

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

HUMBERTO PIRES DA PAIXÃO

SABER, PODER E SUJEITO NO DISPOSITIVO DA MODA

GOIÂNIA
2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Humberto Pires da Paixão		
E-mail:	paixaohumberto@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	Instituto Federal de Goiás		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:		UF:	
		CNPJ:	
Título:	Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda		
Palavras-chave:	Dispositivo. Saber. Poder. Sujeito. Moda.		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Área de concentração:	Estudos Linguísticos		
Data defesa: (17/06/2013)			
Programa de Pós-Graduação:	PPG Letras e Linguística UFG		
Orientador (a):	Kátia Menezes de Sousa		
E-mail:	km-sousa@uol.com.br		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: 19 / 07 / 2013

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

HUMBERTO PIRES DA PAIXÃO

SABER, PODER E SUJEITO NO DISPOSITIVO DA MODA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos.
Linha de Pesquisa: Língua, Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Menezes de Sousa.

GOIÂNIA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

P149s Paixão, Humberto Pires da
Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda [manuscrito] /
Humberto Pires da Paixão. – 2013.
xv, 185 f. : il

Orientadora: Prof^a Dr^a Kátia Menezes de Sousa
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Letras, 2013.

Bibliografia: f. 175-185

1. Moda 2. Análise do discurso 3. Poder (Filosofia)
4. Sujeito (Filosofia) I. Título

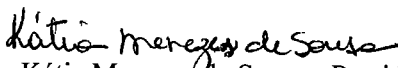
CDU: 391

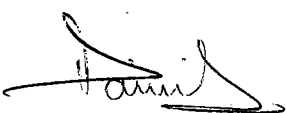


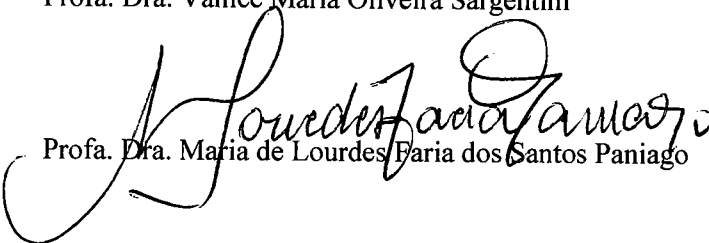
ATA Nº 24/2013

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DO ALUNO HUMBERTO PIRES DA PAIXÃO

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, a partir das quatorze horas, no Miniauditório Professor Egidio Turchi da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, nesta capital, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação intitulada “**Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Kátia Menezes de Sousa (Faculdade de Letras/UFG), com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar) e Professora Doutora Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago (Faculdade de Letras/UFG). A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Kátia Menezes de Sousa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.


Profa. Dra. Kátia Menezes de Sousa - Presidente


Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini


Profa. Dra. Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago

Visto: 
Profa. Dra. Maria Cristina Faria Dalacorte Ferreira

AGRADECIMENTOS

ou A fábula dos espelhos.

Tudo aconteceu numa terra não muito distante, onde os bichos se arvoravam pelos conhecimentos produzidos ou adquiridos a respeito de tudo e de todos. Era uma terra, ou talvez fosse melhor dizer, um campo que insistiam chamar Samambaia, apesar de ali haver pouco ou nenhum exemplar desta espécie. Nesta localidade residia curiosa e astuta fauna composta dos mais variados tipos de bichos. Havia por ali os animais pertencentes ao imperador, os embalsamados, os domesticados, os leitões e as sereias, os fabulosos, os cães em liberdade, os que se agitam como loucos, os inumeráveis, os desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, sem contar, é claro, aqueles que não foram incluídos nesta classificação. Tudo como manda o figurino de uma enciclopédia chinesa descrita por um famoso escritor latino-americano e comentada por um filósofo francês de mais fina fama ainda. Mas, dentre todos os animais, ainda não se destacava nosso herói.

Como ser dotado de extrema normalidade, não despertava a atenção de ninguém, pois todos sabem que o papel da normalidade é não causar nenhum tipo de incômodo ou constrangimento. Ele não era nem manso nem perigoso, nem feio nem bonito, nem inteligente nem limitado. Tinha somente o hábito de andar por aí à deriva, como que a espreitar o acontecimento antes que acontecesse.

E foi numa dessas suas perambulações que o nosso pequeno grande herói se defrontou, naquele dia, com os macaquinhos que estavam sempre nas redondezas a surrupiar dos transeuntes tudo o que lhes parecesse oportuno. Os pequenos primatas olharam bem para nosso bichinho e, antes que ele pensasse que queriam lhe subtrair algo, sem titubear, quase em uníssonos, lhe disseram:

_ Você está diferente hoje, o que aconteceu?

Nosso pequeno, mas um pouco mais herói, sem perceber grandes mutações em si mesmo, até porque não acreditava que tais encantamentos *a la* contos de fada pudessem acontecer, respondeu prontamente:

_ Nada. Estou como sempre fui.

_ Não, senhor, alguma coisa aconteceu – disse o mais astuto dos primatas.

E nesse momento sacou um espelhinho que tinha “tomado emprestado” de uma dessas alunas que perambulava por aquelas bandas a se olhar ininterruptamente:

_ Olhe!

E estendeu-lhe o objeto.

Nosso amigo, por mais que tentasse enxergar o que os macaquinhos lhe diziam, não conseguia ver nada além do que sempre enxergara. Entre cabisbaixo e pensativo, intrigado e resignado, o pobre animal continuou sua mais que corriqueira perambulação por aquelas paragens. Mas ficou pensativo sobre o que acabara de lhe ocorrer.

Qual não foi sua surpresa quando, algum tempo depois, mais à frente deu de cara com os bichos letrados fazendo suas algazarras de sempre e falando nomes esquisitos de origem russa ou francesa, sempre num pretense ar de superioridade como camuflagem para esconder suas verdadeiras vocações. Como se tivesse visto um fantasma, ou um ente sobrenatural, a turma calou-se de súbito e o grande espelho que carregava partiu-se em pedaços mil. Já havia chegado (ou já tinha passado) a época de partir o espelho? Um dos mais afoitos, num misto de tensão e alegria, disse ao nosso animal que ele estava muito diferente – e, no momento que ia dizer que estava mais seguro, recebeu do bicho literato mais próximo um cutucão tão forte que quase lhe quebrou as costelas. E com o espelho que já havia sido partido, tentando juntar o que havia se despedaçado, fizeram o nosso já quase grande animal ver-se refletido entre os cacos do quase metal.

De início, com aquela imagem disforme, nosso amigo não viu nada muito diferente, mas, de repente, para sua surpresa, nosso pequeno e não incipiente heroico personagem pode perceber uma fissura, uma falha, um equívoco na sua vontade de verdade. Ele conseguiu vislumbrar, por entre os cacos, lá no fundo do espelho, a imagem de um grande e respeitável felino e, naquele mesmo instante, lá no seu âmagô, nas entranhas do nosso pequeno e acanhado leão, que porventura habitaria em si, começou a tomar forma um rosnado que nem todo o baixo Meia Ponte poderia ouvir, mas pelo menos aqueles que tivessem condição de entender seu recado.

Moral 1 (potência baixa): Nenhum virginiano jamais será um leonino.

Moral 2(potência média): Escrever uma dissertação ou uma tese é matar um leão por dia.

Moral 3 (potência alta): Para escrever uma dissertação ou uma tese, conta muito as pessoas que são encontradas ao longo do caminho.

Moral (se é que isso é uma moral) **4** (potência elevada): Essa pretensa narrativa é uma forma de agradecer, de forma enviesada, as pessoas, entidades e instituições que, direta ou indiretamente, nos deram suporte na tentativa de inserir este texto, frutos de nossas pesquisas, e reflexões, e discussões, na ordem do acontecimento.

“Vários, como eu, sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto.”
Michel Foucault

“O verdadeiro mistério do mundo é o visível e não o invisível.”
Oscar Wilde

RESUMO

O presente trabalho, originado das reflexões proporcionadas pela leitura da obra de Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber* (2009a), pretende colocar em evidência e investigar enunciados que puderam e foram efetivamente ditos, constituindo saberes e poderes no campo da moda. Se é verdade que todo saber evoca um poder e vice-versa, então é válido questionar que relações de poder e, conseqüentemente, que saberes são esses instaurados pelo/no universo *fashion*, bem como as implicações existentes quanto à objetivação/subjetivação dos indivíduos. Ou seja, questionar, dentre outras coisas, que sujeitos se constituem por meio do que circula na mídia sobre a moda e a quem ou a que esses novos padrões estéticos e comportamentais atendem. Dessa forma, nossa hipótese pode ser assim descrita: a moda é um dispositivo discursivo no qual/por meio do qual se constroem indivíduos dóceis e úteis para as sociedades pautadas na produção e no consumo, ou ainda, um dispositivo que controla a população ao produzir a ilusão de que leva ao bem-estar e à felicidade. Assim sendo, embasamo-nos nos postulados da Análise do Discurso de orientação francesa, principalmente nas contribuições trazidas para o seu interior das reflexões empreendidas por Michel Foucault para tal entendimento. Por meio da noção foucaultiana de dispositivo, busca-se lidar com alguns tópicos que operam e devem ser considerados nas investigações dos processos relacionados à moda. Parafraseando o próprio filósofo francês, trata-se de buscar entender o regime de poder-saber que sustenta o discurso da/sobre a moda e que forja determinadas subjetividades. Significa, portanto, considerar o fato de se falar de moda, tendo em mente quem é autorizado a dizê-lo e os lugares em que se fala, ou seja, o fato de colocar a moda em discurso.

Palavras-chave: Dispositivo. Saber. Poder. Sujeito. Moda.

ABSTRACT

This work originated from reflections offered by the reading the Michel Foucault's work *The Archaeology of Knowledge* (2009a). It aims to highlight and investigate statements that could and have actually been made, constituting knowledge and power in the fashion field. If it is true that all knowledge evokes power and vice versa, then it is valid to question what power relations and consequently what knowledge established by/in the fashion universe are these, as well as the existing implications on the objectification/subjectification of individuals. In other words, it is valid to question, among other things, what kind of subjects are constituted through what circulates in the media about fashion and to whom or what these new aesthetic and behavioral standards serve. Our hypothesis therefore may be described as follows: fashion is a discursive deployment in which/through which docile and useful individuals for societies ruled by production and consumption are created, or even a deployment that controls the population as it produces the illusion that it leads to well-being and happiness. Our hypothesis is therefore based on the postulates of French-oriented Discourse Analysis, especially on the contributions brought to it by Michel Foucault's reflections. Through Foucault's notion of the deployment, this work aims to deal with some topics that operate on and should be considered in the study of processes related to fashion. Paraphrasing the French philosopher himself, it aims to understand the power-knowledge regime that sustains the fashion discourse and forges certain subjectivities. This therefore means considering the fact that fashion is talked about, bearing in mind who is allowed to do it and the places where it is done, in other words, the fact of placing fashion into discourse.

Keywords: Deployment. Knowledge. Power. Subject. Fashion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 INVENTANDO MODA.....	17
1.1 Algumas considerações sobre (a relação entre) Linguística e Análise do Discurso.....	18
1.2 Análise do Discurso e moda: diálogos possíveis e necessários.....	26
1.3 A moda como acontecimento discursivo.....	43
1.4 O corpo na/da moda.....	54
2 A MODA COMO DISPOSITIVO.....	71
2.1 Da noção de dispositivo em Michel Foucault e outros autores.....	71
2.1.1 A noção foucaultiana de dispositivo.....	72
2.1.2 A noção deleuziana de dispositivo.....	76
2.1.3 A noção de dispositivo em outros autores.....	81
2.2 A tríplice aliança do dispositivo.....	85
2.2.1 Saber.....	85
2.2.2 Poder, biopoder e biopolítica.....	91
2.2.3 O sujeito na perspectiva da análise do discurso francesa.....	97
2.2.3.1 <i>Da noção bakhtiniana de sujeito.....</i>	99
2.2.3.2 <i>Da noção foucaultiana de sujeito.....</i>	102
2.2.3.3 <i>Subjetivação e resistência.....</i>	107
3 SE ESSA MODA PEGA! A MODA EM ANÁLISE.....	111
3.1. Levanta a calça, menino: moda e sujeito.....	112
3.2 Vestida para mandar: moda e poder.....	131
3.3. Jeans sem erro? Tá aqui: moda e saber.....	151
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	175

INTRODUÇÃO

“Esta vida não está sopa
E eu pergunto:
Com que roupa?
Com que roupa eu vou?”

Noel Rosa

Falar de moda é ainda hoje uma atitude que demanda coragem da parte de quem o faz. Há, disseminado e impregnado na memória coletiva, um pré-construído que diz tratar-se de algo fútil e pertencente apenas ao universo feminino – apesar das evidências em contrário –, ou mesmo de algo pautado no superficial em detrimento do intelectual. Em qualquer desses argumentos, a sentença é única: a moda é algo que não merece tratamento mais apurado e aprofundado. Nesse sentido, é curioso notar que, no interior mesmo da comunidade acadêmica, ainda há aqueles que se manifestam contrariamente a uma abordagem mais científica da questão, alegando não pertencer tal objeto ao rol daqueles alçados à condição de objetos de pesquisa. Algumas vezes, no entanto, resistindo contra tal poder, conseguem elevar-se acerca dessa problemática:

A questão da moda não faz furor no mundo intelectual. O fenômeno precisa ser sublinhado: no momento mesmo em que a moda não cessa de acelerar sua legislação fugidia, de invadir novas esferas, de arrebatá-la em sua órbita todas as camadas sociais, todos os grupos de idade, deixa impassíveis aqueles que têm vocação de elucidar as forças e o funcionamento das sociedades modernas. (LIPOVETSKY, 2009, p. 09).

Além disso, outro entrave pode ser notado quanto à manutenção do mencionado *status* da moda. Embora nos últimos tempos uma considerável bibliografia tenha sido escrita sobre o tema, a maioria dos textos ainda corrobora as já tradicionais visões sobre o assunto. Evidentemente, cada área do saber procura comprovar, dentro de seu quadro de análise, suas concepções acerca da temática - não cabendo aqui discutir a veracidade ou não de tais posicionamentos e de seus procedimentos. No entanto, é importante que se possa sacudi-las, mantê-las em suspenso, tirá-las de sua existência pacífica e percebê-las, enfim, como efeitos de uma construção.

Se se trata de algo fútil ou não, artístico ou instaurador de diferenças sociais, o fato é que a moda, entendida como parte da ordenação simbólica construída sócio-historicamente, parece ser melhor apreendida sob a perspectiva do acontecimento discursivo, isto é, “importa [...] examinar o jogo das regras que determinam, em uma cultura, a aparição e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua supressão, sua existência paradoxal

de *acontecimentos*” (GREGOLIN, 2001, p. 12). Como acontecimento, a moda constitui-se como um campo discursivo produtivo e em efervescência, trazendo consigo as características que assim o definem: os enunciados, os atravessamentos, as escansões, as brechas, as contradições, enfim, todo um universo discursivo posto em ação.

O presente trabalho, originado das reflexões proporcionadas pela leitura da obra *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault (2009a), pretende exatamente isto: colocar em evidência e investigar os enunciados que puderam e foram efetivamente ditos, constituindo saberes e poderes nesse campo discursivo. Ou, dito de outra forma, pretende-se “descosturar, e analisar, as palavras e os conceitos usados para falar de moda” (BARNARD, 2003, p. 49), o que equivale a dizer: analisar o discurso que a sustenta e a caracteriza. Se é verdade que todo saber evoca um poder e vice-versa, justifica-se questionar que relações de poder e, conseqüentemente, que saberes são esses instaurados pelo/no universo *fashion* e que implicações existem quanto à construção de subjetividades por meio desse discurso.

Sabe-se que a moda é uma área na qual a criação e a comercialização, seja de produtos ou de ideias, movimentam quantias estratosféricas: “essa indústria representa cerca de 6% do consumo mundial diante de todos os setores industriais, com uma cifra de 1.4 trilhão de euros em 2008.” (GODART, 2010). Paralelamente a isso, trata-se de um campo de estudo, como mencionado, ainda pouco explorado, ou subestimado, ou ainda visto com certo preconceito. Diante de tal situação, ou melhor, diante de tal poder, é imperativo inseri-lo na “ordem arriscada do discurso” (FOUCAULT, 2009b, p. 07), buscando entender seu funcionamento e suas particularidades quanto à objetivação/subjetivação dos indivíduos, isto é, “[as] práticas que de dentro da nossa cultura tendem a fazer do homem um objeto” e “as práticas que [...] constituem o indivíduo moderno” (FONSECA, 2003, p. 25). Dito de maneira diversa: questionar, dentre outras coisas, que indivíduos se constituem por meio do que circula na mídia sobre a moda e a quem ou a que esses novos padrões estéticos e comportamentais atendem. Nossa hipótese, então, pode ser descrita da seguinte maneira: a moda é um dispositivo discursivo no qual/por meio do qual se constroem indivíduos dóceis e úteis para as sociedades pautadas na produção e no consumo, ou ainda, um dispositivo que controla a população ao produzir a ilusão de que leva ao bem-estar e à felicidade.

No tocante aos nossos objetivos, neste trabalho buscamos, como objetivo geral, descrever e analisar a articulação entre poder e saber nos processos desencadeados pelo discurso da moda ou, mais precisamente, por meio dos enunciados que são produzidos a seu respeito no interior do dispositivo de moda e que incidem diretamente na constituição de determinados sujeitos. Conforme Michel Foucault, para quem,

[é] a 'economia' dos discursos, ou seja, sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam – é isso, e não um sistema de representações, o que determina as características fundamentais do que eles dizem. A história da sexualidade [...] deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos. (FOUCAULT, 1999, p. 67).

Em consonância com o pensamento foucaultiano, é interessante também pensar que, com relação à moda, não se intenta fazer um estudo sobre os elementos ou objetos que compõem esse campo, ou seja, sobre a moda propriamente dita, mas sobre o discurso da moda, ou mais precisamente, sobre os discursos da moda. Não estamos inseridos no campo da moda e deste lugar lançando um olhar para o discurso, mas, ao contrário, nos posicionamos no interior do universo discursivo e lançamos nosso olhar para o discurso da moda. Logo, o nosso objeto de pesquisa é o discurso que se constitui no interior do respectivo dispositivo.

Sendo assim, cumpre analisar o que se fala, quem fala, por que fala, como fala, de onde se fala acerca do objeto em questão, especialmente, na mídia impressa. Dessa forma, intenta-se responder a questionamentos vários tais como: O que é moda? Que instâncias estabelecem e/ou autorizam os discursos acerca da moda? Que mecanismos de objetivação e subjetivação entram em cena na constituição dos textos encontrados na mídia impressa? Como se articulam poder e saber na constituição dos sujeitos da moda? Em poucas palavras: como se configura o dispositivo de moda no interior da sociedade sob a égide do biopoder?

Com relação aos objetivos específicos, assim podem ser descritos: *Partindo de um arcabouço pautado na Análise do Discurso de orientação francesa (AD), pretende-se investigar os discursos que circulam na mídia, buscando na dispersão a regularidade desses discursos que inscrevem a moda como acontecimento discursivo; *Descrever e analisar estratégias e mecanismos discursivos da mídia que tendem a objetivar/subjetivar os indivíduos, transformando-os em alvo da moda; *Descrever enunciados que puderam e, de fato, foram efetivamente ditos e por que outros não o foram na constituição/caracterização do que se entende por moda; *Partindo dessa “rede de nós”, que é própria do discurso, observar e descrever as regras de funcionamento relativas ao imbricamento entre poder-saber-objetivação/subjetivação na caracterização da moda como um dispositivo.

Uma empreitada um tanto quanto complexa quanto esta, mas igualmente instigante, requer um referencial teórico metodológico apropriado. Para uma sustentação, tanto em relação à teoria quanto à metodologia, apropriada a esta pesquisa de cunho interrogativo e interpretativo, pautamo-nos nos postulados da Análise do Discurso de orientação francesa, principalmente nas contribuições trazidas para o seu interior das reflexões empreendidas por

Michel Foucault. Procuramos, por meio da noção foucaultiana de dispositivo, lidar com alguns tópicos que operam e devem ser considerados nas investigações dos processos relacionados à moda. Parafraseando o próprio Foucault (1999), tratamos de buscar entender o regime de poder-saber que sustenta o discurso da/sobre a moda e que forja determinadas subjetividades. Significa, portanto, considerar o fato de se falar de moda, tendo em mente quem é autorizado a dizê-lo e os lugares em que se fala, ou seja, o fato de colocar a moda em discurso.

A Análise do Discurso, cuja origem data da segunda metade do século XX, opõe-se ao chamado núcleo rígido da Linguística, exatamente por não se ocupar da língua como se fosse apenas um conjunto de regras e propriedades formais; ao contrário, leva em conta, além dos aspectos ditos formais, as conjunturas históricas e sociais para a sua produção. Assim, reiteramos que, para o analista do discurso, o objetivo de seus estudos é descrever discursos “do ponto de vista de uma história dos discursos” (FOUCAULT, 1999, p. 67), e esses só podem ser apreendidos se se considerarem tais condições em sua produção. Nas palavras de Gregolin (2001, p. 10): “Não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno voo.”

Cumprir frisar que, apesar de não filiado à Análise do Discurso francesa (AD), cuja paternidade é creditada a Michel Pêcheux, Foucault foi de fundamental importância para determinados rumos tomados por essa disciplina. Daí ser impossível não cruzar com este pensador no interior da AD e perceber sua influência no tratamento de certas questões basilares para essa área do conhecimento. Segundo Courtine (1981, p. 40), “relier Foucault, ce n’est pas l’appliquer à l’AD, c’est faire travailler sa perspective à l’intérieur de l’AD”¹. Diante dessa observação, “a proposta foucaultiana para uma ‘análise dos discursos’ não é uma análise linguística, mas uma interrogação sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que buscam sustentar práticas [...] ou engendrar-las [...]” (GREGOLIN, 2008, p. 33). Isso quer dizer que, ao focar os discursos, o filósofo francês pretende interrogar as relações entre práticas discursivas e não discursivas, entre práticas discursivas e práticas histórico-sociais: “No interior de uma formação social, quer entender as relações que os enunciados mantêm entre si e com acontecimentos técnicos, políticos, sociais e como as verdades, os sujeitos, os objetos são construídos por meio da produção e circulação de discursos.” (GREGOLIN, 2008, p. 34).

¹ “[...] relier Foucault não é ‘aplicá-lo à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD’” (COURTINE, 2009, p. 82).

Vale mencionar ainda que, abordando as relações entre moda/roupa e poder-saber, contemplamos de alguma forma, mesmo indiretamente, a relação com o corpo, até mesmo porque o corpo, numa hipótese bastante rudimentar ou simplista, é que dá sustentação à moda ou à vestimenta, ou, de outra perspectiva, estas dão àquele uma determinada configuração. Adotando essa perspectiva, acreditamos que a moda² e a roupa, tomadas em grande parte deste trabalho como sinônimos e, portanto, intercambiáveis, são indissociáveis do corpo e, por isso, reveladoras dos poderes que incidem sobre este e que constituem os sujeitos: “[...] a roupa encontra-se intimamente relacionada ao corpo. E porque a roupa está tão intimamente relacionada a nossos corpos, [...] a moda é particularmente capaz de nos desestabilizar” (BARNARD, 2003, p. 166-167).

Partindo, pois, dessa base teórico-metodológica crítica, faz-se necessária a escolha adequada de métodos de geração de dados que se encaixem com esse tipo de abordagem e que deem conta do objeto de estudo em questão. Assim sendo, esta pesquisa utiliza, como método ou procedimento para a coleta/geração de dados, a análise de documentos, ou mais precisamente da análise de textos diversos que circulam na mídia, especialmente extraídos de revistas, como *Men'sHealth* e *Veja*, de propagandas publicadas neste veículo de comunicação, bem como de textos oriundos de manuais de moda e estilo, tais como: *Chic Homem*, de Glorinha Khalil (2004), *Confidencial*, de Costanza Pascolato (2009), e *Guia de estilo para candidatos ao poder: e para quem já chegou lá* (2012). Essa escolha se justifica, uma vez que

[...] o poder disciplinador pelo qual a maioria das pessoas é afetada não é aquele exercido atrás dos muros das prisões, mas o exercido por meio da televisão, dos jornais, das revistas e da mídia, que nos propõem um ideal para o eu físico que estará sempre fora do alcance de quase todos. O corpo se torna algo que estará sempre aquém do objetivo [...]. Desse modo, a norma se transforma em pura ficção, mas nem por isso perde sua função normativa. (SVENDSEN, 2010. p. 94).

Assim as revistas, os manuais/guias e publicidades de moda pareceram-nos um bom ponto de partida para iniciar e fincar as nossas investigações sobre o discurso da moda. Se alguns lugares são autorizados a falar sobre certos assuntos, pareceu-nos que alguns outros são mais privilegiados ainda. Esse pensamento encontra eco e é referendado pelo pensamento foucaultiano expresso nesta passagem:

² Nesse sentido, concordamos com Hollander (2003, p. 23), segundo a qual existem a “Moda” e a moda. Enfatizando a segunda, assim se pronuncia a autora: “[...] todo mundo tem de vestir-se pela manhã e sair para realizar seus afazeres cotidianos. O que todos vestem para fazer isto tem assumido formas diferentes no Ocidente por cerca de setecentos anos, e isto é o que a moda é, agora e sempre, e é o que sempre quero dizer com o termo moda, sem aspas. A moda afetou os sexos igualmente, e ninguém que tenha um par de olhos consegue escapar-lhe.”

[...] afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora. (FOUCAULT, 2010a, p. 233).

Ademais, quando se fala em análise de documentos, merece destaque a diferença, apresentada por Michel Foucault, entre a noção de documento e a de monumento. Para o pensador francês, aquela se vincula a um fazer histórico voltado para grandes acontecimentos e certas regularidades, denominado história das ideias; na análise histórica à qual se vincula a arqueologia foucaultiana, “o documento não é mais essa matéria inerte a partir da qual a história trata de reconstruir o que os homens disseram ou fizeram” (CASTRO, 2009, p. 125), ou seja, como signo de outra coisa, mas como monumento:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. (FOUCAULT, 2009a, p. 157).

Do exposto acima, pode-se depreender que esta pesquisa busca as regularidades em meio a essa dispersão de enunciados existentes no grande arquivo concernente ao que já foi dito sobre a moda. Nesse sentido, convém lembrar que “trabalhar com a noção de arquivo exige do analista que o material em análise receba uma leitura que traga à tona dispositivos e configurações que permitam flagrar o sistema de formação e transformação dos enunciados a partir da diversidade de textos” (SARGENTINI, 2008, p. 132-133). Sendo assim, com relação ao trabalho arqueogenalógico empreendido por M. Foucault, tem-se aí um produtivo referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento de pesquisas de cunho crítico pautados em análises de monumentos. Nas palavras do filósofo:

Todos os meus livros [...] podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder [...] pois bem, tanto melhor. (FOUCAULT, 2006, p. 52).

As páginas seguintes representam, sob esse ponto de vista, uma tentativa de discussão, reflexão, reconfiguração desse universo discursivo chamado de moda, num “esforço – muitas

vezes incerto, sempre difícil – de uma filiação que não seja a repetição pura e simples” (COURTINE, 2009, p. 34). No capítulo 1, buscamos situar nossa discussão no âmbito da Análise do Discurso, trazendo primeiramente a relação desta disciplina em particular com a Linguística, relação tensa, ambígua e, por isso mesmo, produtiva. Em seguida, neste mesmo capítulo, procuramos uma aproximação entre a AD e a moda, refletindo sobre a necessidade e importância de diálogos entre esses dois mundos, para que, então, possamos inseri-la e entendê-la sob a perspectiva do acontecimento. Finalizando esta primeira parte, intentamos discutir as implicações existentes entre a moda e o corpo, levando em conta que ambos são produtos discursivos de diferentes momentos históricos.

No capítulo 2, nosso foco se volta sobre a noção foucaultiana de dispositivo. Neste momento, pretendemos retomar tal conceito tanto para o seu formulador quanto para aqueles que o seguiram. Assim, trazemos vozes outras para essa discussão de pensadores como Gilles Deleuze, Paul Veyne, George Agamben na tentativa de entender a moda como um dos vários dispositivos presentes na sociedade moderna. Buscar-se-á, por meio dessa noção foucaultiana, amparar nossa discussão sobre as múltiplas dimensões que operam e que devem ser consideradas nas investigações dos processos relacionados à moda. Para tal esforço, necessário se faz discorrer sobre a tríade saber-poder-sujeito que, imbricados um ao outro, dão sustentação àquilo que se entende por tal termo, dispositivo.

Por isso, no capítulo 3, desenvolvemos uma análise separadamente de cada uma das três colunas que sustentam o dispositivo, fazendo uso de textos que circulam na mídia e a partir dos quais podemos apreender o discurso da moda. Desse ponto de vista, buscamos tentar resolver o problema com relação ao momento da interpretação e da descrição nas práticas de análise de discurso, separando-os, mas não totalmente e assim o fazendo para fins didáticos, já que, de acordo com Pêcheux (2008, p. 54), “[...] não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.”

Seguindo essa direção, esperamos contribuir para revolver o discurso que constitui a história de lutas atuais que rondam em torno “do mais evidente dos problemas filosóficos”, isto é, da questão kantiana retomada por Michel Foucault que passa pelo entendimento “do tempo presente e daquilo que somos neste exato momento”, em suma: quem somos nós? Indo um pouco mais além, talvez possamos partir do próprio entendimento de Michel Foucault segundo o qual “[...] o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (FOUCAULT, 2010c, p. 283).

1 INVENTANDO MODA

“A moda virou questão central na sociedade pós-moderna [...]. Ela rege outras esferas da vida, como o culto ao corpo, o consumo e o bem-estar. Não dar lugar a ela é não querer olhar de frente para o que é hoje a nossa sociedade.”

Gilles Lipovetsky

De acordo com Simmel (2008, p. 53): “O que verdadeiramente importa à moda é variar; só que, como qualquer outra criação, ela tem uma tendência para economizar esforço; procura alcançar os seus fins da forma mais plena, porém, com os meios relativamente mais escassos.” E continua o filósofo, afirmando que, justamente por isso, é possível “comparar o seu caminho com um círculo; ela regressa sempre de novo a formas anteriores”. De alguma forma, essa ideia da moda com suas variações, sua plenitude e escassez, além da circularidade de seus movimentos, regressando a formas anteriores, nos pareceu muito próxima, quando da leitura da *A Arqueologia do saber* (2009a), do conceito foucaultiano de enunciado e sua repetibilidade: “o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade” (FOUCAULT, 2009a, p. 115). Sem pretensões reducionistas, parecia-nos – e ainda parece – haver entre a ideia de enunciado e a da própria dinâmica da moda algo de similar, de próximo entre ambos.

Pensando nisso, vislumbramos a possibilidade de inserir a moda nessa (des)ordem arriscada do discurso. Tomando tal direção, partimos do entendimento que se trata de um fenômeno complexo, que envolve questões da ordem do poder, e do saber, e da subjetivação. Logo, sua apreensão pela via discursiva, mais que um capricho, transforma-se numa necessidade. Além disso, não se trata de percebê-la como, por exemplo, um indicador de diferenças sociais, mas como um objeto que tem sua especificidade no campo geral dos saberes e dos outros processos de poder, que transformam o próprio corpo por meio dessas relações que envolvem o(s) poder(es). Mister se faz, pois, apreendê-la discursivamente, sem que nos esqueçamos, logicamente, da necessidade de que “nos situemos dentro dos estudos linguísticos e, ao mesmo tempo, fora deles, ou seja, o objeto de nossas reflexões não é a materialidade linguística, mas a constituição dos discursos e a possibilidade de serem enunciados” (SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 11).

Esta seção tem, portanto, como objetivo, inserir nossas reflexões e discussões no âmbito discursivo. Iniciamos situando a relação entre Linguística e Análise do Discurso (AD) para, então, pensarmos nos possíveis diálogos (e duelos?) entre a moda e a AD. Feito isso, nos propomos a considerar a moda e suas ocorrências como pertencente ao plano do

acontecimento, isto é, situando-a não apenas como estrutura, mas, em grande medida, como da ordem do histórico. Finalizando esta parte, buscamos tecer alguns comentários sobre a relação entre a moda e o corpo, uma vez que um depende, molda, envolve, enfim, imiscui-se no outro.

1.1 Algumas considerações sobre (a relação entre) Linguística e Análise do Discurso

Quando, em geral, faz-se referência à Linguística, tomam-na como um bloco homogêneo no interior do qual se desenvolvem pesquisas acerca de um objeto bem delimitado ou recortado. Nos dizeres de Maingueneau (2008, p. 160), “aqueles que estão situados do lado de fora evocam ‘a’ linguística como uma disciplina que acreditam ser homogênea”, mas, por outro lado, do ponto de vista do interior mesmo da disciplina, o que se nota é que os linguistas experimentam grande dificuldade em estabelecer unidade em seu campo de estudo, haja vista a grande disparidade que o constitui. Daí ser comum ouvir falar, no âmbito dos estudos e pesquisas desta disciplina, em centro e periferia, em uma linguística *hard* e uma linguística *soft*, isto é, fala-se frequentemente em domínios que se organizam a partir de uma espécie de falha original entre “língua” e “discurso”.

O problema é precisamente o aparecimento constante de uma linha de clivagem quando se trata de dizer qual é o objeto legítimo da linguística e quem tem o direito de invocá-la. Essa clivagem entre a “língua” e aquilo que se coloca no domínio do “discurso” não é transitória, ela passa pelo próprio interior da relação entre a linguística e a linguagem. (MAINGUENEAU, 2008, p. 160).

Mesmo que alguns vejam os estudos pautados no discurso como uma espécie de continuidade dos estudos da língua, o que equivale a dizer que “[...] haja, de algum modo, continuidade entre o projeto de Saussure e, por exemplo, o projeto de Michel Pêcheux [...]”, a fissura entre os estudos que tomam a língua como foco e aqueles que têm o discurso como seu epicentro, apesar de não ser algo exatamente novo, produz ainda desdobramentos variados para os rumos dos estudos de linguagem (CRUZ, 2011, p. 68-69). Na concepção de Malidier (2003, p. 31), tal problema está intimamente relacionado ao raciocínio que “[...] repousa sobre a intuição muito forte de que não podem visar às sistematicidades da língua como um contínuo de níveis.” O problema é, portanto, da ordem da ruptura instaurada quando se trata de precisar qual é o objeto da Linguística e a quem pertenceria o direito de evocá-la em suas pesquisas.

A Linguística, em sua face moderna, que tomou forma a partir dos postulados de Ferdinand de Saussure, no início do século XX, pauta-se, em grande medida, na dicotomia *langue/parole*, língua/fala. Em seu *Curso de Linguística Geral*, pretendendo delimitar o objeto de estudo da disciplina, Saussure estabelece uma noção de língua que, de acordo com o entendimento corrente, outorga-lhe o *status* de cientificidade, alçando-a à condição de ciência piloto. Entendendo a língua como constituída por dicotomias, Saussure busca uma autonomia do que deve ser essa língua, recortando seu campo de atuação e delimitando o corte entre o objeto da ciência linguística e o das outras ciências sociais. Tal delimitação passa, assim, pelo reconhecimento/estabelecimento de uma dualidade no campo da língua e, ao mesmo tempo, passa por um (re)corte dessa noção a fim de solucionar o dilema das dicotomias. É sob tais condições que ele separa língua e linguagem, uma vez que

[a língua] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela [...]. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita [...], ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos [...]. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. (SAUSSURE, 1996, p. 17).

Caminhando rumo à distinção entre aquilo que é da ordem da língua e aquilo que não o é, o mestre genebrino destitui, pois, a língua da fala. Para ele, aquela é anterior a esta na medida em que é uma instituição social, pertencente a uma comunidade linguística, com seu ordenamento característico. A fala, por seu turno, é a realização da língua, configurando-se, assim, como ato individual que manifesta um intento comunicativo, ou seja, a colocação em prática do código partilhado entre indivíduos de um mesmo meio social, ou ainda, segundo Saussure, o mecanismo psicofísico que permite ao falante exteriorizar essas combinações.

Dessas rápidas observações sobre a fissura instaurada pela linguística saussuriana, tem-se que as questões referentes à fala e, ainda mais, as que concernem ao discurso são deixadas de lado em prol de um reconhecimento supostamente científico. Tal posicionamento leva o autor genebrino à distinção entre o que seria uma linguística interna (da língua) e uma linguística externa. Contrariando, para usar um termo em voga, esse paradoxo, Maingueneau (2008, p. 161) aponta interessante questionamento sobre o que poderia ser uma Linguística daquilo que seria exterior à língua e, ainda mais, como seria possível considerar a língua como o objeto da Linguística e atribuir, ao mesmo tempo, a condição de Linguística a disciplinas que lhe são exteriores. Nesse sentido, sentencia:

Falar de interior e exterior da “língua” constitui uma defesa ilusória: a linguagem não é o objeto de duas linguísticas situadas lado a lado, cada uma delas assumindo uma parte dos fenômenos da linguagem, mas é a linguística que se desdobra para analisar os “mesmos” fenômenos. Não duas regiões complementares, mas duas linhas que se misturam e se afastam. (MAINGUENEAU, 2008, p. 161).

Se isso pode ser tomado ao pé da letra em relação a certas áreas de conflito situadas na “região periférica” da Linguística, talvez não seja o caso do conflito instaurado entre esta e a Análise do Discurso. Para tanto, vale lembrar que a AD é uma disciplina que se constitui a partir da intersecção de três campos distintos, a saber: a Linguística, a Psicanálise e a História. Como conclui Orlandi (2010a, p. 13), não se trata de mera soma dessas outras disciplinas para que se obtenha uma outra como resultado dessa operação, ao contrário, o discurso, objeto de estudo da AD, “[...] se constitui em um seu sentido próprio, pensando a materialidade discursiva que não é apenas ‘reflexo’ da mistura dos três campos acima referidos”. Ademais, vale acrescentar, em conformidade com Jean-Jacques Courtine (2009), que não há entre a Linguística e a AD uma espécie de ascensão natural e gradual de uma à outra, mas algo bem diverso:

Não nos parece, pois, que as relações entre a AD e a Linguística devam ser explicadas a partir da passagem gradual de uma à outra, que se confunde às vezes com a evidência da substituição de uma pela outra, mas sob a forma de uma coexistência contraditória que tem sua origem na configuração epistêmica interna da Linguística. (COURTINE, 2009, p. 40).

Dessa forma, a AD toma um rumo próprio, nem totalmente linguística e nem totalmente histórica, mas não deixando de sê-las. Constitui-se não como uma interdisciplina, já que não se é análoga a um instrumental posto em ação, mas como uma disciplina de ‘entremeio’:

A análise do discurso se faz entre a linguística e as ciências sociais, interrogando a linguística que pensa a linguagem mas exclui o que é histórico-social e interrogando as ciências sociais na medida em que estas não consideram a linguagem em sua materialidade. (ORLANDI, 2010a, p. 14).

Os trabalhos em análise do discurso não se identificam, então, com a descrição dos mecanismos internos da língua, mas na relação entre o linguístico/a materialidade linguística e o histórico, entendido como processo ininterrupto de produção de sentidos. Estabelece-se, então, não a língua como objeto de estudo, mas o discurso, fruto da conjugação de aspectos linguísticos e de aspectos histórico-ideológicos.

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época. (FERREIRA, 2003, p. 40).

Pautando-se como uma espécie de anverso das noções usuais relativas ao campo científico, as ideias de Michel Foucault aparecem no cenário da Análise do Discurso, revolucionando a já revolucionária disciplina arquitetada por Michel Pêcheux. Apesar de não ter como seu propósito fazer esse tipo de análise, é imperativo dizer que, em Foucault, mais precisamente em sua concepção de discurso, esse “[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação [...]” (FOUCAULT, 2009a, p. 122), o uso da lingua(gem) passa a ser mais que a produção de sequências verbais/não-verbais, trata-se antes de criar uma situação na qual essa produção não será senão uma prática dentre um número ilimitado de outras práticas. Isso leva, certamente, a alguns desdobramentos, inclusive ao deslocamento do próprio estatuto atribuído à AD de não ser uma disciplina séria, ou não pertencente ao núcleo rígido da Linguística. Quanto a isso, é pertinente retomar esta passagem da *A Arqueologia do Saber*:

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização; a língua, na verdade, jamais se apresenta em si mesma e em sua totalidade; só poderia sê-lo de uma forma secundária e pelo expediente de uma descrição que a tomaria por objeto; os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior. Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua. (FOUCAULT, 2009a, p. 96).

Nesse trecho, o filósofo francês afirma, frise-se bem, que os signos “[...] são formas que se impõem aos enunciados [...]”, o que leva a, no mínimo, duas consequências. Se, em Barthes (2009, p. 14), tem-se que: “É preciso inverter a formulação de Saussure e afirmar que a semiologia é que é uma parte da linguística”, em consonância com as teorias foucaultianas, não se trata de saber se a AD faz ou não parte da Linguística, mas que esta deve algo de muito valioso à perspectiva apresentada pela Análise do Discurso, uma vez que só há língua, porque há um discurso que a sustenta: “Foucault inverte os níveis consagrados de análise e de sustentação epistemológica da linguística: não se vai da frase gramatical ao ato de discurso, pois é enquanto discurso que uma frase ganha estatuto de frase gramatical.” (ARAÚJO, 2004,

p. 219). Pode-se ir ainda mais longe e dizer que “[...] a Análise do Discurso relaciona-se com a Linguística de forma problemática, isto é, lhe coloca problemas” (GREGOLIN, 2003b, p. 02) ou, dito de outra forma, a AD apresenta problematizações à Linguística, “interpelando-a pela historicidade que ela apaga” (ORLANDI, 2010b, p. 16) e contribuindo com suas transformações.

A AD traz, pois, à tona esse mais, esse *plus*, isto é, o próprio discurso, que torna irreduzível aquilo que é preciso fazer aparecer aos fatos puramente linguísticos:

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É nesse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer o que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2009a, p. 55).

Para que se possa entender melhor a diferença entre discurso e língua, vale recuperar, mesmo que *en passant*, algumas ideias significativas presentes na obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Nela, Foucault (1999, p. 21) busca contrapor-se à chamada hipótese repressiva, cuja base se assenta na repressão ao sexo em nossa sociedade, e propõe que, contrariamente a esse pensamento, nos três últimos séculos, “[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva”. Dito isso, acrescenta que “[...] talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado [...]”, algo relativo a “[...] uma política da língua e das palavras [...]”, entretanto, continua o filósofo, “[...] no nível do discurso e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso.” Trata-se de uma passagem bastante elucidativa no que tange à diferença entre língua e discurso. Como se pode perceber, de um lado, tem-se aquilo que é denominado língua e, de outro, o discurso, ou seja, enquanto, no exemplo foucaultiano, no nível linguístico houve toda uma proibição do dizer sobre o sexo, toda uma economia de vocabulário; no nível discursivo, inversamente, ocorreu uma incitação, uma provocação para que se fizesse o contrário: dizer mais e mais a cada vez.

Se língua e discurso são elementos diferentes, podendo inclusive operar em direções divergentes, ressalte-se que a noção de língua utilizada pela AD não compartilha do sentido que lhe é atribuído pela Linguística – ou por uma parte da Linguística –, isto é, transparente, autônoma, imanente; ao contrário, trata-se de algo da ordem material, opaco e sujeito a equívocos: “É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência.” (FERREIRA, 2003, p. 42). Ademais, a noção de língua(gem) subjacente a essa disciplina não poderia atrelar-se ao conceito de verdade, quer dizer, não haveria de um lado palavras e, de outro lado, as coisas, tomadas como entes verdadeiros em si próprios, mas uma vontade de verdade. Trata-se, assim, de

[...] interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade e, em compensação, de se deter no momento - logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado – que determina sua existência singular e limitada. Trata-se de suspender, no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (o que já é comum agora), mas também o do significante, para fazer surgir o fato de que em ambos existe linguagem, de acordo com domínios de objetos e sujeitos possíveis, de acordo com outras formulações e reutilizações eventuais. (FOUCAULT, 2009a, p. 126).

Ao analisar os saberes possíveis de uma época, Foucault (2009a) argumenta que conceitos, tais como o de verdade, são mutáveis à medida que o discurso filosófico e/ou científico que lhes servem de suporte também são mutáveis. Assim, ao comentar sobre o surgimento das ciências humanas, Foucault diz que elas apareceram quando se decidiu tomar o homem como objeto científico, “[...] elas apareceram no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber”, acrescentando a seguir que se tais campos do saber se articulam em determinadas circunstâncias e para responder a uma questão precisa, “[...] isso não pode ser tratado como um fenômeno de opinião: é um acontecimento na ordem do saber” (FOUCAULT, 2007, p. 477). Assim, para Michel Foucault, o sujeito moderno não é/está na origem dos saberes, “[...] ele não é o produtor de saberes, mas, ao contrário, ele é um produto dos saberes [...], o sujeito não é um produtor, mas é produzido no interior dos saberes” (VEIGA-NETO, 2007, p. 44).

Dentro dessa perspectiva, outra noção também cara à Linguística sofrerá um deslocamento ou, ainda melhor, um redimensionamento no confronto com o pensamento de Michel Foucault. De referente passa-se a falar, portanto, em referencial. Por meio da função enunciativa, ao invés de relacionar palavra e coisa, lança-se mão de um referencial, algo bastante diverso da noção do referente para a gramática e para a lógica. O enunciado, dessa forma, não se reporta a um indivíduo ou a um objeto específico, mas a outro enunciado, sendo sua especificidade advinda de seu referencial, da disposição de um domínio associado, do revestimento de uma materialidade específica. Em outras palavras, isso equivaleria a dizer que o espaço discursivo é anterior ao espaço lógico e linguístico: “É no interior de uma relação enunciativa bem determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com o seu sentido pode ser assinalada.” (FOUCAULT, 2009a, p. 102). Daí que não existem enunciados livres, neutros e inteligíveis por eles mesmos; o que há são enunciados que se prendem a outros, numa cadeia tal que o sentido ou a suposta referência se dá por meio dessa interdependência.

Dessa forma, para o arqueólogo/genealogista, a questão que, de fato, interessa não é como uma palavra se liga a uma coisa ou vice-versa, mas como pode um determinado enunciado ter surgido, justamente ele, e não outro em seu lugar? Ao descrever enunciados, o analista busca, assim, unir língua(gem) e história, pois, de acordo com Foucault (2009a), trata-se de perceber os enunciados na singularidade de seu acontecimento; determinar as condições de sua existência e, sobretudo, estabelecer correlações com outros enunciados. Sendo o enunciado da ordem do acontecimento, interessa, pois, saber como é possível dizer certas coisas sobre determinados objetos em determinadas épocas:

1. As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes [...] são numerosas e importantes. Isso significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época: não é fácil dizer alguma coisa nova [...] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo [...], mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.
2. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de norma, técnicas, tipos de classificação [...]. Elas não definem sua constituição interna, mas o que lhes permite aparecer [...]; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. (FOUCAULT, 2009a, p. 50).

Diante dessas observações expostas até aqui, é possível atestar a tensão entre Linguística e AD como algo histórico, impossível de não ser considerada ao se falar de discursos e sua relação com a língua. Mas, independentemente disso, não se pretende que a Análise do Discurso tome o lugar da Linguística e se transforme numa espécie de Linguística Discursiva, como afirma Ferreira (2003, p. 42):

Independente dessa relação com a Linguística ser mais ou menos conflituosa, ficou cada vez mais claro, no decurso da teoria entre nós, que a Análise do Discurso não pretende ser uma “Linguística Discursiva”, abrigada, portanto, no mesmo guarda-chuva teórico. Há pontos de contato, sim, há compatibilidade em certos lugares, mas há, sobretudo, diferenças. Talvez seja o caso de aqui fazermos também uso da expressão “estranha familiaridade” para descrevermos a tensão existente nesses limites.

As questões que surgem, então, podem ser assim explicitadas: Por que falar de tudo isso? Por que trazer à tona todo esse arsenal de ideias, teorias e conceitos que dizem respeito à língua(gem) humana? O que isso teria a ver com o universo da moda ou das roupas/indumentárias? É imperativo que se saiba que, se foram aproximados universos que parecem, num primeiro momento, tão distantes, é porque isso nos leva a pensar que, com muita probabilidade, no tocante à moda/às roupas ou aos seus supostos significados, as

formas usuais utilizadas para compreendê-las não são suficientes para captá-las em sua complexidade, necessitando, pois, lançar mão de uma disciplina interpretativa mais condizente com um objeto de tal dimensão.

Nesse horizonte de incertezas e complexidades, a Análise do Discurso configura-se, em face dos fatos, como um campo de estudo bastante produtivo para essa empreitada “[...] na medida em que toma como objetos de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história.” (GREGOLIN, 2007a, p. 13). Isto quer dizer que a AD francesa ou mais precisamente a AD foucaultiana parece condizente com um projeto que tem por escopo lidar com tal problemática exatamente por oferecer ferramentas para a análise de acontecimentos discursivos, sejam eles políticos, midiáticos ou relacionados à moda/à indumentária.

Se, em seu início, nos idos da década de 1960, a AD se arvorava por buscar construir um dispositivo de leitura que fosse capaz de “dessubjetivar” a apreensão de textos de caráter estritamente político, hoje, meio século depois, a situação é outra. Não apenas os *corpora* se modificaram e se multiplicaram, como também outras formas de fazer análise se impuseram. Assim, se é possível reconhecer, de um lado, a história de uma AD francesa, também é possível entender, de outro lado, a existência de uma AD brasileira. Nos dizeres de Gregolin (2008, p. 29): “[...] se temos uma análise do discurso de tradição francesa podemos chamá-la hoje de ‘brasileira’ porque, surgindo em outro momento histórico e em outro espaço geográfico e institucional, adquiriu outras características, tem outras problemáticas, formula outras perguntas.”

Essa visão é partilhada por autores diversos que atestam, a partir da observação de pesquisas e estudos em Análise do Discurso em território brasileiro, a existência de uma forma nacional de fazer esse tipo de pesquisa:

Do campo verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais (imigração, movimento sem terra, greves) e por diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano), ou por questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua), a Análise do Discurso no Brasil ou Escola Brasileira de Análise de Discurso [...] amadureceu, se consolidou e garantiu seu lugar no âmbito dos estudos da linguagem realizados pelas ciências humanas. (FERREIRA, 2003, p. 46).

Uma particularidade da AD brasileira está, pois, na diversidade do *corpus* que tomou e ainda toma como seu objeto: “enquanto na França o discurso político escrito foi predominante nas análises, no Brasil sempre se tomou uma heterogeneidade de gêneros discursivos que vão desde o literário até as produções orais cotidianas.” (GREGOLIN, 2008, p. 28). Isso se deve

em grande parte aos entornos que margeiam o aparecimento da disciplina entre franceses (final da década de 1960) e entre brasileiros (final da década de 1970). Se, na França, “o quadro da conjuntura política da época contrapunha a Análise do Discurso à tendência dominante nas ciências sociais [...] como também à entrada com força da corrente formalista-logicista [...]”, no Brasil, “[...] o embate se deu com a Linguística, sendo a Análise do Discurso acusada de não dar importância à língua, fixando-se exclusivamente no político” (FERREIRA, 2003, p. 42).

Se há um reconhecimento que precisa ser feito em relação à Análise do Discurso é que ela, diferentemente de outras áreas, não se fechou e não se fecha, abrindo espaço para novos e produtivos desafios. Isso é condizente com sua própria trajetória epistemológica e suas bases teóricas, cujas aporias perpassam a ideia de que os sentidos não são dados *a priori*, mas estão por fazer, num eterno movimento de retorno e atualização. Ademais, a figura do outro/Outro³, bem como do inter e do intradiscurso são elementos constitutivos da existência do próprio discurso, daí que não se fechar para o novo, para o diferente, para a alteridade é condição de existência da disciplina. Em suma, é possível, então, dizer que a AD é marcada por incompletude:

Do mesmo modo que constituem uma ruptura, as fronteiras da Análise do Discurso não apontam para o fechamento [...]. As análises não têm a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação, da mesma forma que os conceitos-chave da teoria estão sempre se movimentando, reordenando, reconfigurando, a cada análise. E isso se deve à marca da incompletude. A incompletude caracteriza e distingue todo o dispositivo teórico do discurso e abre espaço para a entrada em cena da noção da falta, que é motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras ‘faltam’ e, ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos. (FERREIRA, 2003, p. 43).

1.2 Análise do Discurso e moda: diálogos possíveis e necessários

De início, convém mencionar que o conceito da moda, assim como grande parte dos conceitos advindos das ciências humanas, não é algo fácil de formular e, uma vez elaborado, de resultado inquestionável. Não há uma definição exata que possa ser acionada e que tenha um caráter global válido para toda e qualquer situação na qual dela se necessite. Assim, para questionamentos do tipo *O que é exatamente a moda? Onde se manifesta? Quem a institui?*, não é possível encontrar respostas satisfatórias e conclusivas. Se, para determinadas áreas do conhecimento, a ausência de conceitos tão estáveis torna-se senão um problema pelo menos

³ Segundo Fernandes (2008, p. 31), “[...] Authier-Revuz [...] tomou de Lacan a designação Outro (com letra ‘O’ inicial maiúscula). Esse ‘Outro’, em contraposição ao ‘outro’ (minúsculo) que designa o exterior, o social constitutivo do sujeito, refere-se ao desejo, e sua manifestação pelo inconsciente, sob a forma de linguagem.”

um desconforto, na perspectiva foucaultiana, contrariamente, o fato de se partir de conceituações ou de tomá-las em definitivo é que se configura como algo problemático.

Assim

[...] se quisermos adotar uma perspectiva foucaultiana, não devemos partir de conceitos, nem devemos nos ocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nessa perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras. (VEIGA-NETO, 2007, p. 19).

Não havendo a necessidade de se ater a conceituações/definições, cabe olhar as formas de abordagem de diferentes áreas em relação à moda. Nesse caso, o que se percebe é que, embora nos últimos tempos uma considerável bibliografia tenha sido escrita sobre o tema, ao que parece, a maioria dos textos ainda corrobora as tradicionais formas de percepção que a tomam, em grande medida, como algo não merecedor de um tratamento mais crítico. Evidentemente, cada área do saber procura comprovar, dentro de seu quadro de análise, suas concepções acerca da temática. Não caberia aqui pormenorizar ou discutir a fundo a veracidade ou não de tais posicionamentos. No entanto, seria importante, no mínimo, sacudi-las, mantê-las em suspenso, tirá-las de sua existência pacífica e percebê-las, até mesmo, como possíveis efeitos de uma construção.

Uma dessas concepções é a que sustenta ser a moda uma frivolidade, algo banal, sem necessidade, portanto, de um tratamento mais sério. Notadamente difundida no/pelo senso comum, tal concepção encontra respaldo no meio acadêmico e, dessa forma, perpetua a ideia de que não se trata de objeto de investigação científica. Paralelamente, encontra-se outra que lhe confere um tratamento estético particular, atribuindo-lhe o *status* de objeto artístico, resultante do processo de transformação de uma determinada estrutura em objeto de apreciação. Há ainda a que relaciona a moda a estados interiores, de expressão individual, fruto de um certo psicologismo. Mas, talvez a mais difundida, seja a que vê na moda um “fato social total” (GODART, 2010) ou, melhor ainda, um indicador de diferenças sociais e estudá-la permite dar conta de mudanças sociais, da transformação de códigos culturais. Contra tal visão, alguns autores são bastante enfáticos:

Quando Sapir [...] salienta a íntima relação entre as formas e símbolos, através do que vêm sendo modas, em geral – especialmente no Ocidente – toca no fato de predominâncias, nessas modas, de formas, cores, tecidos, posturas, virem sendo condicionadas por símbolos em vigor em conjuntos sociais e culturais. As modas

[...] não vêm sendo criações arbitrárias. Tampouco vêm se restringindo a ser expressões ou monopólios de uma só classe [...]. Pode-se mesmo sugerir [...] que elas vêm tendendo a desmentir o absoluto da chamada luta entre classes, tão cara ao marxismo ortodoxo. (FREIRE, 2009, p. 11).

Corroborando o ponto de vista acima, Lipovetsky (2009, p. 11) assim se pronuncia sobre a questão:

O esquema da distinção social que se impôs como a chave soberana da inteligibilidade da moda, tanto na esfera do vestuário como na dos objetos e da cultura moderna, é fundamentalmente incapaz de explicar o mais significativo: a lógica da inconstância, as grandes mutações organizacionais e estéticas da moda. [...] Espécie de inconsciente epistemológico do discurso sobre a moda, a problemática da distinção tornou-se um obstáculo à compreensão histórica do fenômeno, obstáculo acompanhado de um jogo ostensivo de volutas conceituais capaz de mascarar a indigência da afirmação erudita.

Se frívolo ou não, se artístico ou indicador de diferenças sociais, o fato é que a moda, parte da ordenação simbólica construída sócio-historicamente, insere-se na ordem do acontecimento, mais precisamente, do acontecimento discursivo, que instaura um campo (discursivo) em efervescência, trazendo consigo as características que assim o definem: os enunciados, os atravessamentos, as brechas, as contradições, enfim, todo um universo pertencente ao plano do discurso posto em ação. Não se trata simplesmente de deixar tais concepções de lado, como se não tivessem seu valor, até mesmo porque continuam a produzir sentidos, mas de colocar o problema numa certa ordem – numa ordem discursiva – e pensar que são os discursos que produzem as coisas e não o contrário, isto é, nada pré-existe ao discurso, o discurso instaura o restante, o tudo.

Dito isso, podemos destacar, em segundo lugar, que a tentativa de aproximação entre o universo linguístico e o das roupas/da moda não é algo recente, mas, já há algum tempo, autores diversos buscam esse entrelaçamento. Para além da constatação de que é possível falar/escrever sobre roupas, utilizando o código verbal para descrever ou criar o universo imagético, o que se observa é que a ligação entre esses dois universos parece produtiva e até mesmo necessária. Talvez, por esse motivo, teóricos filiados a diferentes concepções de língua/linguagem tenham se debruçado sobre a questão e tentado uma analogia que os aproximasse, como aponta Barthes sobre a proposta de Trubetskoy de ligação entre a linguística saussuriana e o universo da moda:

Numa observação incidental de seu *Princípios de fonologia*, Trubetskoy sugere aplicar ao vestuário a distinção saussuriana entre língua e fala; assim como a língua, a indumentária seria um sistema institucional, abstrato, definido por funções, do qual

o usuário individual extrairia seu traje, atualizando a cada vez uma virtualidade normativa. (BARTHES, 2005, p. 293).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Roland Barthes propõe, com base na dicotomia entre língua e fala, isto é, ato individual e instituição coletiva, que a mesma distinção estabelecida por Ferdinand de Saussure possa ser levada para o âmbito do vestuário:

Parece extremamente útil distinguir de modo análogo, no vestuário, uma realidade institucional, essencialmente social, independente do indivíduo, como que a reserva sistemática, normativa, da qual ele extrai seu próprio traje; propomos chamar essa realidade, que corresponde à língua em Saussure, de *indumentária*; e uma realidade individual, verdadeiro ato de “vestir-se”, pelo qual o indivíduo atualiza em si a instituição geral da indumentária; propomos chamar esta segunda realidade, que corresponde à fala em Saussure, de *traje*. Indumentária e traje constituem um todo genérico, ao qual propomos reservar doravante o nome de vestuário (é a linguagem em Saussure). (BARTHES, 2005, p. 264).

Apesar da ressalva de que “[...] é preciso ter o cuidado de não levar demasiadamente longe a analogia” (BARTHES, 2005, p. 269), vale frisar, a partir dos dizeres acima expostos, a proximidade incitada por diferentes autores entre a visão sistêmica ou estrutural e o vestuário. Para além da (não) pertinência de tal aproximação, o que vale sublinhar nestes exemplos é o movimento rumo a uma teoria de signos que envolva a totalidade destes. Certo é que, para além dos estruturalistas, outros teóricos perseguiram este ideal.

Situando-se em outro ponto dos estudos de linguagem, autores filiados a outras correntes do pensamento linguístico fazem uso da metáfora que sustenta a relação próxima entre texto e tecido. Etimologicamente, ambos derivam de um mesmo tronco *textu* e daí extraem suas premissas básicas: o tecido emerge do entrelaçamento de seus fios, enquanto o texto se traduz como um todo constituído no/do entrelaçamento de formas, ideias, enfim, discursos. Ou seja, entre texto e tecido ou, extensivamente, entre discurso e moda, tudo indica haver uma relação útil e produtiva. A imagem de um tecido parece, assim, sobrepor-se persistentemente ao conceito de texto, conjugando elementos, como o fio da meada, a urdidura ou o próprio cruzamento dos fios na construção do tecido/texto. Texto e tecido não mais vistos como produto acabado e pronto, mas como algo que se constrói na medida mesmo em que significa. Um entrelaçamento perpétuo por meio do qual se enreda o mundo linguístico e extralinguístico, os sujeitos e os sentidos. Na literatura, isso se figurativiza no poder da mulher do conto *Moça tecelã*, de Marina Colasanti, cujo enredo narra a história de uma personagem que, ao fiar os tecidos, dá vida às coisas do mundo e à própria vida.

Mas é na Análise do Discurso que ganha força a metáfora da “rede de nós”, ou de uma “malha do discurso”, ou ainda de um emaranhado de fios que se cruzam. De acordo com

Ferreira (2003, p. 44), “[...] já se tornou lugar comum usar a expressão ‘tecido discursivo’ ou ‘tessitura’ para falar-se de discurso [...]”, e continua a autora levantando o questionamento: “É constante também referirem-se os nós, os fios que se cruzam, se rompem, abrem furos. Por que será que essa preferência por uma metáfora da rede serve tão bem ao objeto discursivo?” Para, em seguida, responder:

Penso que para responder a isso é preciso acionar a noção de **sistema**. Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escoar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico, o não-representável. Temos aí a noção de real da língua, como o lugar do impossível que se faz possível pela língua. O não-sistematizado, o não simbolizado, o impossível da língua, aquilo que falta e que resiste a ser representado. A língua como o todo que comporta em si o não-todo. (FERREIRA, 2003, p. 44, grifo do autor).

Deleuze, em *O que é um dispositivo?*, explica que a filosofia de Foucault apresenta-se como uma análise de dispositivos concretos e, para o entendimento de tal termo, aproxima-o de uma meada, de um conjunto formado por linhas de natureza diferente. Novamente, tem-se, no exemplo deleuziano, que afirma a necessidade de “desenredar as linhas de um dispositivo” (DELEUZE, 2005b, p. 84), a possibilidade de enxergar um íntimo envolvimento do universo das práticas relativas ao discurso, inclusas nestas as de linguagem, com práticas de outra natureza, como as referentes ao campo dos tecidos, das roupas, trajes etc. O próprio Foucault (2009a), em sua busca por definir o enunciado, utiliza-se da metáfora do tecido para apoiar-se nesse empreendimento:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; *como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte*; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2009a, p. 90, grifo nosso).

Não é porque o século é foucaultiano ou porque Foucault está na moda – com todas as possibilidades de sentidos que o trocadilho oferece – que se propõe aqui uma aproximação de tal natureza, o que, nos dizeres de Veiga-Neto (2007, p. 20), seria uma conduta inoportuna: “a conduta intelectual que adjetivo de inadequada consiste em querer se valer da perspectiva

foucaultiana porque Foucault está na moda”. Há dados que apontam para a necessidade e produtividade de um empreendimento nessa direção posto que, para entendermos o que somos, o que nos tornamos, ou melhor ainda, como chegamos a ser o que somos, necessariamente, deve-se passar por tópicos como os que aqui se delineiam. Assim, abrem-se as possibilidades de que as ferramentas foucaultianas da arqueologia, da genealogia e das tecnologias do eu sejam adequadas e úteis à pesquisa que aqui ganha forma.

Em terceiro lugar, é possível que se afirme que uma aproximação entre moda e discurso seja um empreendimento possível, uma vez que se vislumbra um imbricamento entre a língua, o corpo e a moda. Piovezani (2004), subsidiado pelos dizeres foucaultianos e pecheutianos, estabelece intrigante relação entre língua, corpo e edificações. Segundo a hipótese do autor, há uma relação próxima entre os discursos do bem falar/bem escrever daqueles que incidem sobre a boa forma e o bem-estar do corpo, bem como das práticas urbanas materializadas nos muros, grades etc. Retomando Michel Pêcheux, relembra as práticas na Idade Média que apontam para uma rigorosa imobilidade nas relações sociais “sob a forma de nítidas fronteiras que separam nobres e plebeus; do lado dos primeiros, os muros, os fossos, os castelos e o latim; dos últimos, as cercas frágeis, simbólicas, ou até mesmo sua elisão, as casas simples e os falares vulgares.” (PIOVEZANI, 2004, p. 135).

Transportada para o momento atual, essa ideia aponta para uma “ubiquidade midiática de nossa sociedade de controle”, que engendra padrões de conduta para o uso da língua, para a aparência física e para o uso dos espaços públicos. Nesse sentido, o autor afirma:

Por absorver em boa medida um conjunto de representações acerca do que seja "a" língua portuguesa, ou o seu bom uso, do que seja "o" corpo, ou a sua forma esteticamente viável, uma considerável parcela dos sujeitos de nossa sociedade veem nas especificidades de seus corpos a feiúra, e nas particularidades de sua variante linguística, a incorreção, inscrevendo-se numa exterioridade, num "do lado de fora", de modo semelhante ao que acontece com a inacessibilidade e com exclusão promovidas por meio das grades, da altura dos muros, das cercas elétricas e, sobretudo, dos condomínios fechados, que sintetizam os casos mais emblemáticos do distanciamento, da "clausura" voluntária, da segregação, do não-acesso ou, mais radicalmente, da impossibilidade de habitar, da frustração do desejo de ter um "canto". (PIOVEZANI, 2004, p. 146-147).

De maneira extensiva, pode-se inserir no rol daqueles elementos analisados pelo autor o objeto de pesquisa deste trabalho. Dessa forma, tem-se que, não apenas o comportamento linguístico, a apresentação do corpo ou a ocupação da cidade obedecem, por assim dizer, a certo ritual, mas o próprio ato de vestir-se, de fazer uso de determinada indumentária também aponta para formas engendradas socialmente a partir de um modelo de bem vestir-se. Isso equivale a dizer que, assim como há nas práticas linguísticas certo padrão valorizado

socialmente, uma forma *standard* de falar, de maneira análoga, há, no plano da moda, um certo *standard* a seguir. Daí não ser novidade encontrar em diferentes lugares sociais, mas em especial nos *mass media*, textos que se imbuem da tarefa de indicar o que e como vestir, seja em situações festivas, de suposta informalidade, mas também em situações de formalidade, de trabalho, como se pode notar, a título de exemplo, na figura 1:

O funcionário-modelo Como encarar o verão no ambiente de trabalho

Homens		Mulheres	
Certo	Errado	Certo	Errado
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando usar camisas de manga curta, prefira as de tecido estruturado, por fora da calça, ou camisetas pólo. E calças de modelagem reta, de fibras naturais, como sarja e gabardine ✓ Camisa de manga comprida é essencial. Sem o paletó, dobre o punho cuidadosamente, duas ou três vezes ✓ A lã fria funciona como um isolante térmico. Ideal para ternos em clima tropical ✓ Meias finas de algodão ou tecidos recentes, como o modal, melhoram a absorção da transpiração 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Mesmo que o ambiente seja informal, evite a dupla jeans e camiseta de algodão no escritório ✗ Camisa de manga curta não combina com gravata e deixa a aparência pouco profissional ✗ Evite ternos de poliéster ou microfibra, tecidos que esquentam demais e muitas vezes não têm bom caimento. Fique longe do blazer com camiseta à Roberto Carlos ✗ Usar sapatos sem meias não alivia o calor, intensifica a transpiração e é pouco elegante 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A camiseta regata é permitida, desde que tenha alças largas e cubra a barriga ✓ O comprimento ideal da calça fica abaixo do ossinho do tornozelo. Ela deve ser reta e de tecidos como microfibra ou sarja ✓ Saias retas ou levemente evasés (em forma de trapézio) são elegantes e discretas ✓ Sapatos fechados podem ter recortes para aliviar o calor. Outra opção são os modelos do tipo chanel (escarpim aberto no calcanhar, preso por uma tirinha) 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Evite alças finas, decotes exagerados, babados, laços ou frufus ✗ Calças corsário (logo abaixo do joelho) ou capri (no meio da panturrilha) não ficam bem para todas, principalmente para quem tem quadris largos. Tecidos leves, como a seda, não são indicados, porque marcam demais o corpo ✗ Saias curtas, de tecidos esvoaçantes, ou que se abrem bastante na barra, estão proibidas ✗ Evite sandálias que deixam o pé muito à mostra, com tiras finas ou de dedo

Fonte: Ilana Berenholtz, consultora de imagem

Figura 1 – O funcionário-modelo. Revista *Veja*, 2004.

De forma sutil, esse controle exercido sobre a população se dá por meio de generalizantes dicas, ou através do jogo entre certo e errado, o que equivale a mesma fórmula utilizada por veículos de comunicação para estabelecer – leia-se impor – um certo padrão linguístico. Vale frisar: grande parte desse adestramento ou dessa pedagogização, no sentido de determinar uma forma ideal de comportamento, encontra respaldo nos diferentes meios midiáticos e por meio deles se cristalizam.

Daí decorre o fato de a mídia brasileira [...] estar desenvolvendo um trabalho de controle sobre as práticas languageiras e corporais, por meio das quais os indivíduos tornam-se sujeitos, erigindo balizas rígidas (o corpo malhado e a manifestação linguística na norma-padrão do português) no interior de instâncias suficientemente reguladas e necessariamente maleáveis (estruturas passíveis de jogo). (PIOVEZANI, 2004, p. 148).

Em quarto lugar, vale apontar – e questionar – a ideia socialmente construída de que as roupas dizem algo, que existe uma linguagem das roupas. O mundo social é, sem dúvida, um lugar de corpos vestidos e/ou adornados. A nudez pura e simples, sem nada que a disfarce, é

quase sempre inadequada para as culturas ocidentais, mesmo em situações em que o corpo, ou parte dele, pode ser exposto. Na praia, na piscina, na rua ou mesmo em casa, corpos em exibição são suscetíveis de serem vestidos, logo o corpo social é sempre embelezado e decorado para dar-lhe uma certa ordem simbólica e/ou social. Nessa teia discursiva, dada a importância que as roupas assumem, não é difícil notar afirmações variadas sobre o seu significado, e principalmente sobre o fato de que elas falam ou transmitem informações a respeito dos sujeitos que as utilizam.

Dentre os inúmeros dizeres que buscam explicações sobre as roupas, um dos mais correntes é o que afirma serem elas não apenas uma forma de proteção do corpo ou um simples adorno, mas uma tradução de estados de espírito e/ou mesmo identidades pessoais: “Por milhares de anos os seres humanos têm se comunicado na linguagem das roupas. [...] Quando nos conhecermos e conversarmos já teremos falado um com o outro em uma língua mais antiga e universal.” (LURIE, 1997, p. 19). Isso quer dizer que há um pensamento aceito e (re)produzido, seja nos círculos cotidianos ou mesmo nos meios acadêmicos, de que as roupas falam, traduzem-se como uma espécie de linguagem:

Ao escolher uma roupa antes de sair de casa, não estamos apenas optando pelo conforto, pela praticidade ou pela segurança que ela possa vir a nos oferecer. A roupa nos define, diz aos outros quem somos, o que queremos, o que pensamos e até o que gostaríamos de ser [...], a roupa não é só uma espécie de auto-satisfação, mas também algo que expressa a forma como o mundo nos vê e a forma como vemos o mundo. (BRAGA, 2005, p. 225).

Em textos como este, notam-se passagens significativas quanto a um modo de perceber/entender as roupas como elementos que dizem algo sobre quem as utiliza, deixando transparecer uma concepção que as trata como uma forma de linguagem. Mas o que exatamente significa dizer que as roupas dizem coisas ou expressam algo sobre quem as usa? Que implicações teria a afirmação de que (as roupas) são um tipo de linguagem? Se, de fato, as roupas falam ou expressam o que seus usuários estão pensando e sentindo, faz-se necessário, antes de mais nada, colocar tal postulado em suspenso, questionando em que medida isso se traduz como algo verdadeiro e que concepção de linguagem subjaz a uma afirmação dessa natureza. Se existe a possibilidade de se expressar estados e pensamentos por meio do que se está vestindo, isso pode ser constatado no mais rotineiro ato da vida de um ser humano no interior de um sistema social qualquer. Logo, o que se torna necessário entender é em que medida tal “fato” é algo característico do próprio vestuário, ou fruto de uma convenção, ou mesmo um construto, ou seja, por em xeque o pré-construído de que as roupas

dizem algo sobre quem as utiliza ou que, se comunicam algo, de onde vem essa produção de sentido.

Historicamente, e isso já não é novidade, a linguagem humana, materializada por meio de diferentes línguas, tem sido concebida a partir de pontos de vistas diferentes e divergentes. De acordo com Geraldi (2001), esses variados pontos de vista poderiam ser sintetizados em três principais concepções: como representação ou “espelho” do mundo e do pensamento, como instrumento ou “ferramenta” de comunicação e como forma ou “lugar” de ação/interação entre sujeitos – acrescente-se, à última, a noção advinda da AD que toma a linguagem como opaca, lugar de equívocos, de rupturas. Essas concepções são importantes à medida que delimitam a maneira de se olhar sobre o objeto língua(gem), pois “[...] longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1996, p. 15). Assim sendo, em cada uma dessas três dimensões, torna-se fundamental perceber o tratamento dado tanto à questão da referência quanto à do sujeito, uma vez que esses elementos são responsáveis, em grande parte, pelos rumos de cada uma das abordagens e, conseqüentemente, dos regimes de verdades por elas instaurados.

No que diz respeito às roupas e indumentárias, a primeira dessas concepções associa-as a um sistema regido por regras e leis, garantindo, dessa forma, a produtividade e a regularidade de tais objetos. É o que se nota em passagens como esta extraída da obra *Sistema da Moda*:

Para além dos vocábulos que o compõem, todo enunciado da revista, portanto, constitui um sistema de significações, composto de um significante, de termos discretos, materiais, enumeráveis e visíveis – o vestuário –, e um significado imaterial, que, segundo o *caso*, é o mundo ou a Moda; em conformidade com a nomenclatura saussuriana, chamaremos de *signo* a correlação de dois termos: significante indumentário e significado mundano ou de Moda. (BARTHES, 2009, p. 52).

Pautada principalmente nos postulados saussureanos, essa concepção aproxima o universo de roupas do universo da língua, tomando-o como um sistema ordenado e regular. Tudo é explicado com base na noção de signo linguístico, que, segundo esse ponto de vista, é constituído pela dualidade significante/significado, da qual se exclui sua relação com o que lhe é exterior. Conseqüências dessa acepção, denominada estruturalismo, tem-se uma estrutura sem sujeito e um deslocamento da noção de referência: “O primeiro momento, o da linguística estrutural, para a qual os sentidos existem de maneira imanente ao sistema, permanece despreocupado com o referente linguístico. Nem mesmo se fala em ‘referência’ e ‘referentes’” (CARDOSO, 2003, p. 3). Ou seja, ao aproximar as roupas da concepção

estruturalista da língua(gem), orienta-se o olhar para uma certa interpretação, engessadora de seus sentidos: as roupas, como parte de um sistema, é analisada/estudada apenas por meio de seus próprios elementos, constituídos no interior de um todo estruturado. Trata-se, como se pode perceber, de um ponto de vista abstrato, idealista sobre a linguagem e o significado, o que leva a uma explicação de igual teor acerca do significado das roupas e da moda.

Quanto à segunda concepção, de uma maneira geral, as teorias da comunicação representam-na de forma incontestada, tomando a língua como um código capaz de transmitir informações entre certo emissor e seu receptor. Transportada para o universo do vestuário, essa ideia vê nas roupas um meio de comunicação ou uma forma de expressão: “A moda é de fato uma forma de expressão não verbal. Ou seja, usar alguma coisa sobre o corpo é comunicar-se sem verbalizar, é dizer algo sem que se emita uma única palavra.” (BRAGA, 2005, p. 225). Amplamente difundida e aceita como explicação acerca da dinâmica das roupas e da moda, tal concepção requer que sejam feitos alguns detalhamentos.

Aqui também se torna necessário voltar atenção à questão da referência, uma vez que, preocupados com a ‘função referencial’, os teóricos dessa área não estavam interessados na relação entre língua e realidade, mas voltavam-se, sobretudo, para a mensagem que se orientava para o contexto ou referente. Por razões inerentes ao próprio arcabouço teórico, o fato é que essa concepção deixa transparecer uma abordagem simplista acerca da referência, bem como certa desconsideração à noção de sujeito, o qual é visto ou apreendido a partir do par emissor-receptor, encarregados de enviar/receber e codificar/decodificar a mensagem: “Os conceitos [...] constituem a mensagem, que se orienta para o contexto ou ‘referente’, transmitindo conteúdo intelectual, quando o emissor e o receptor são capazes de, respectivamente codificá-la e decodificá-la pela sua experiência de falante, ou conhecimento do código.” (CARDOSO, 2003, p. 31).

Ao buscar uma aproximação entre tal teoria e o complexo universo de roupas e indumentárias, surgem alguns percalços. Primeiro, porque não se trata apenas de transmitir/receber informações, como se a mensagem fosse fruto de uma série quase mecânica de atos e seu objetivo último fosse informar. É certo que a linguagem serve para comunicar, mas também serve para não comunicar. Além disso, emissor e receptor estão envolvidos em uma atividade, realizando ao mesmo tempo o processo de significação, que não é, definitivamente, um ato mecânico realizado de forma estanque:

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e

produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2010b, p. 21).

Como se pode deduzir, nenhuma dessas concepções conseguiu lidar com tal problemática, apresentando uma teoria capaz de lidar com os sentidos “em pleno voo”; ao contrário, muitas delas fomentaram novos e complexos dilemas. Daí que, representando outra concepção de linguagem, que passa necessariamente pela interação, mas inscrevendo-a na história, outra disciplina aparece no cenário europeu na segunda metade do século XX. Gostaríamos, pois, de nos ater a esta concepção e, após discorrer sobre ela, apresentar uma análise na tentativa de aproximá-la da moda.

A Análise do Discurso, por meio de seu idealizador, posicionando-se criticamente em relação ao esquema elementar da comunicação, estabelece que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, e não apenas transmissão de informação: “[...] o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” (PÊCHEUX, 2010, p. 81). Assim, com o objetivo de compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, busca, como seu nome aponta, um novo objeto de estudo: o discurso. Não mais a linguagem como instrumento da comunicação, não mais o sentido como consequência automática entre a ação de um emissor e a atitude passiva de um receptor:

Dizer que o discurso é efeito de sentidos entre locutores significa deslocar a análise do discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação. Além disso significa, em termos do esquema elementar da comunicação, sair do comportamentalismo que preside a relação entre locutores como relação de estímulo e resposta em que alguém toma a palavra transmite uma mensagem a propósito de um referente e baseando-se em um código que seria a língua, o outro responde e teríamos aí o circuito da comunicação. Não há essa relação linear entre enunciador e destinatário. Ambos estão sempre já tocados pelo simbólico. Tampouco a língua é apenas um código no qual se pautaria a mensagem que seria assim transmitida de um a outro. Não há, além disso, esta transmissão: há efeitos de sentidos entre interlocutores. [...] Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas. (ORLANDI, 2010a, p. 14-15).

É levando isso em consideração que se afirma ser necessário, na análise dos diferentes discursos que circulam socialmente em um dado momento histórico, que se faça a relação entre o discurso e suas condições de produção, ou seja, aquilo que lhe é exterior. É da relação com a exterioridade que os sentidos emergem, não de um simples gesto associativo entre uma imagem acústica e a representação mental que se tem de um objeto qualquer.

Sabe-se, com a AD francesa, que os sentidos não são um dado empírico situado no mundo pronto para ser apontado por uma linguagem transparente. Os sentidos são construídos e, nesse caso, seria mais apropriado falar em efeitos de sentido, uma vez que é da relação entre o linguístico e o histórico que eles emergem. Isso quer dizer, por exemplo, que para um determinado vestuário poder ser apontado como significando algo X ou Y, há que se buscar os trajetos de sentido instaurados por uma teia de relações que envolve discurso, história e memória. A apreensão de tais trajetos proporciona o entendimento da emergência de certos significados e não de outros, isto é, o aparecimento de uns em detrimento (ou silenciamento) de outros, pois, de acordo com Gregolin (2007a, p. 15): “Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades.”

Mas onde estão situados esses efeitos de sentido e de onde eles se originam? Pelo próprio conceito de efeito, deduz-se que não são pré-existentes, mas derivam de algo que os sustenta. Os efeitos de sentido, embora concretizados nos textos, sejam eles verbais ou não, que circulam socialmente, são possibilitados pelos discursos, ou mais precisamente, por meio do interdiscurso, dessa teia que liga um enunciado a outro, já que as formações discursivas de onde emergem são perpassadas por outras formações. Como o (inter)discurso não é transparente, segue-se que não é possível apreender a grandeza e/ou extensão de significados ou perceber todos os percursos de sentido produzidos nas práticas sociais. A coerência aparente e perceptível de cada discurso é, portanto, um dado ilusório, um efeito de construção do discurso: “[...] o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social.” (GREGOLIN, 2003b, p. 97).

Para que se perceba como isso ocorre, vejamos um breve exemplo do percurso de construção de sentido(s) a partir de um texto extraído da revista *Veja* de maio de 2006. Mas, antes, faz-se necessário lembrar que os discursos materializados em textos da mídia são por si só um acontecimento, uma vez que os suportes midiáticos produzem todo um processo de espetacularização desses discursos: “A mídia, ao mesmo tempo em que trabalha discursivamente para produzir o acontecimento, lhe dá visibilidade, espetacularidade”. Além do mais “[...] produz sentidos por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social” (GREGOLIN, 2003b, p. 96). Vejamos o texto:



Figura 2 – Forum Jeans. Revista *Veja*, 2006.

Trata-se, como já foi dito, de entender por que determinado enunciado irrompeu e não outro em seu lugar, ou ainda porque tal sentido e não outro(s) emergiu(ram) dessa rede de relações. A figura 2 se constitui de uma cena que se passa num ambiente *clean*, sugerindo uma realidade imaginariamente/virtualmente limpa e, à exceção de alguns elementos verbais (nome da marca anunciante, p. ex.), todo o texto se traduz por elementos imagéticos. No centro da cena, há uma luta/oposição entre aqueles que vestem jeans e os que estão vestidos de terno. Os que vestem terno carregam dinheiro nos bolsos e em malas, além de – “detalhe” importante – terem os ternos sujos de lama; essa vestimenta evoca, dentre outras, a classe dos políticos, uma vez que, ao se relacionar com os outros elementos da cena, o enunciado se insere no interior da história e retoma outros enunciados que o constituem, como os referentes ao episódio amplamente conhecido e já instaurado na memória denominado “mensalão”.

Os que usam jeans aparentam serem jovens, com corpos saudáveis e limpos – como igualmente é clara a lavagem do jeans –, trajam apenas calça (a sugestão é de que sejam da marca anunciante) e, numa atitude cujo efeito de sentido assinala para certa moralização, combatem com seus golpes e sua flexibilidade os “sujos”/corruptos/fora de forma, que carregam dinheiro nos bolsos e malas. Cabe ressaltar que a associação do *valor juventude* à mercadoria é algo significativo, pois tende a torná-la atraente não apenas à geração jovem, mas também ao público adulto, dado que envolve, além de outros, padrões de beleza difundidos em nossa cultura, “reforçando desse modo a ideia de juventude não mais como categoria de idade e sim como norma de vida.” (SOARES, 2011, p. 81). É nesse sentido que Vincent-Ricard (2008, p. 155) afirma: “Hoje a moda é como um caleidoscópio no qual os

looks dos jovens [...] se sucedem a um ritmo alucinante, trazendo um sentimento de vertigem e irrealdade.”

De acordo com Michel Foucault (2009a), o enunciado é

[...] um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque *está ligado, de um lado, a um gesto* de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, *por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória* [...]; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas *está aberto à repetição, à transformação, à reativação*; finalmente, porque está ligado [...] a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2009a, p. 31-32, grifo nosso).

Assim sendo, os sentidos, repita-se, emergem desse entrecruzamento entre diferentes enunciados, “[...] se produzem no cruzamento entre uma atualidade e uma memória”. A memória discursiva nos leva a estabelecer relações também com outros dizeres, acionando uma cadeia de sentido construída a partir do interdiscurso: “[...] não há um único enunciado que não retome outros e com eles dialogue; não há um único enunciado sem margens, pois ele será sempre povoado por outros enunciados. Os sentidos acontecem, portanto, em uma dispersão.” (GREGOLIN, 2003a, p. 5).

No texto em questão, percebe-se a ação dessa rede constitutiva de sentidos, através de certas atualizações, como, por exemplo, pela retomada de cenas de lutas características do cinema de ação. Pautado num já-dito, o referencial desses enunciados recupera todo um arsenal de cenas de combate de títulos diversos e, em especial, as de *Matrix*, trilogia de sucesso de bilheteria do início dos anos 2000. Ambientado num futuro próximo, no qual a humanidade encontra-se à mercê das máquinas, o enredo atualiza, no plano da ação, cenas de lutas de filmes do tipo *kung-fu* e retrata a saga dos humanos para se verem livres do aprisionamento virtual a que estão submetidos. Transportados para o plano do texto em análise, há, portanto, um jogo (ou um combate) por meio do qual opera uma atualização desses vários fragmentos dispersos, centrando-os em uma única cena através da qual se (re)afirma a imagem de uma juventude combativa, que luta contra o mal instalado no campo das práticas políticas. Essa imagem, por sua vez, também não é nova, mas se insere numa rede de outros eventos já constitutivos de uma memória discursiva ocorridos ao longo das últimas décadas, dentre os quais destacam-se o Maio de 68, as lutas contra a ditadura e as marchas contra a corrupção na retomada da democracia, como o movimento dos cara-pintada.

Sendo assim, o texto em questão dialoga discursivamente com este outro texto publicitário, emblemático para a geração jovem da década de 1980. Na propaganda *Passeata*, há a simulação de um confronto entre dezenas de jovens, usando jeans, e a polícia. Ao

desafiar a polícia com palavras e gestos obscenos, o confronto transforma-se em perseguição. Entre correria, jatos d'água, tropeços, tombos, revistas e detenções, o jeans aparece envolvendo e protegendo essa massa de jovens que tem “o poder de transformar o mundo”. À medida que as ações vão se desenrolando ao longo da peça publicitária, a locução que as acompanha, ironicamente, afirma: “Staroup sofre um processo especial de lavagem. Staroup é resistente. E tem caimento perfeito. Staroup passa pelo mais rigoroso controle de qualidade. E dá total liberdade a seus movimentos. Staroup. O mais testado. O mais procurado. Se não for Staroup, proteste.”



Figura 3 – Staroup. Propaganda W/Brasil. 1989. Adaptada.

Emerge, assim, dessas relações a (re)afirmação de uma imagem de juventude e, concomitantemente, a do jeans como símbolo de juventude, liberdade e rebeldia. A publicidade, como nesta outra peça publicitária extraída da *Veja* de 1986, que simula uma guerra entre homens e mulheres pela posse de um jeans, retoma e explora essa ideia, revivendo a máxima ‘liberdade é uma calça velha, azul e desbotada’, construindo sentidos por meio de uma rede discursiva que, num percurso que vai do cinema à propaganda, das práticas cotidianas ao que jornais/revista publicam, acaba por objetivar e, conseqüentemente, subjetivar jovens como indivíduos, ou quem sabe mesmo heróis, que lutam contra o *establishment*.



Figura 4 – Staroup. Força e liberdade. Revista *Veja*, 1986.

De acordo com o ponto de vista ao qual nos filiamos, tudo isso não passa de ilusão (de liberdade), pois, segundo Gregolin (2003b, p. 108):

Na era da informação ininterrupta e em tempo real, as técnicas de disciplina e vigilância são sofisticadas a ponto de exigirem reordenamentos discursivos, a fim de criarem a ilusão de liberdade. São novas formas de apelo e de constituição do imaginário social em que a própria resistência se transforma em mercadoria a ser insistentemente (re)produzida e transformada em discurso, neutralizado seu potencial de subversão. Naturalizando a resistência, forja-se um consenso que, dialeticamente destrói a rede de contra-discurso.

De acordo com Foucault (2007), os ditos são rebeldes a interesses, entram na ordem das contestações e das lutas, tornam-se temas de rivalidade. Esses mesmos enunciados, junto com as memórias que trazem, colocam-se em contato e em confronto com outros enunciados, permitindo afirmar que o universo de roupas e indumentárias não compõe uma unidade homogênea, mas um campo discursivo inevitavelmente constituído por discursos heterogêneos que, dentre outras coisas, falam, sobretudo, de sujeitos e, ao fazê-lo, acabam por constituí-los: “Embora o sujeito encontre na moda um variado cardápio de estilos, roupas; a necessidade de estar inserido em um grupo social o coloca sob efeito de coerções, delimitações e regras bem marcadas, que, por sua vez, o conecta a uma identidade.” (PRADO, 2006).

Assim sendo, na esteira do pensamento foucaultiano, o que se pode observar é que os enunciados são postos sempre em contato com outros por meio de uma extensa rede discursiva, contato esse que possibilita a emergência de sentidos que podem ser traduzidos como uma rede de nós, num paradoxo que envolve dispersão e unidade, apagamento e

atualização, comprovando que há menos transparência nas formas de apreensão da realidade do que se possa conceber. Sendo assim, o fato de uma calça jeans significar liberdade ou rebeldia ou de um terno significar formalidade ou seriedade, isso deve ser entendido menos como um dado natural do que aquilo que foi possibilitado por essa rede discursiva na qual esses enunciados estão inseridos.

Como se pode notar, as roupas são sim um elemento forte da nossa cultura material. Nas relações com o mundo, elas ajudam a construir sentido/significação, além de representações sobre aspectos relativos à identidade pessoal e social. Entretanto, para além de posicionamentos de ordem sociológica ou antropológica, ou de considerações pautadas em teorias de horizonte restrito, é necessário que se entenda que a criação/utilização de certas peças e sua transformação em algo utilizável, desejável ou ainda objeto de controvérsia, portadoras de determinados significados e instauradoras de representações, se dá pela obediência a certas regras, regras essas advindas, primordialmente, das relações discursivas possibilitadas por meio do interdiscurso ou da memória discursiva a que estão submetidos os enunciados.

Não há como desconsiderar as relações, seja entre o linguístico e o histórico, entre o discurso e o interdiscurso, entre a atualidade e a memória, enfim, entre um limite e outro, sob pena de limitar o entendimento, a compreensão do fenômeno. Se é verdade, pois, que estamos longe de dar à roupa o lugar que lhe cabe, tanto em relação à integração quanto à contestação sociais (MONNEYRON, 2007), isso se deve muito provavelmente a escolhas teóricas ou conceituais limitadas, não suficientes para lidar com tal complexidade por desconsiderar os embates discursivos que permeiam o problema.

Recolocar a roupa (a moda) no centro de uma interrogação discursiva significa, então, extraí-las da banalidade em que geralmente são submetidas e considerá-las ao mesmo tempo produtora e também produto de um processo que se dá entre atualizações e esquecimentos, distanciamentos e aproximações, história e linguagem. Significa considerar, como diz Oscar Wilde (2006, p. 25), em *O Retrato de Dorian Gray*, que “[...] o verdadeiro mistério do mundo é o visível e não o invisível”, e em seguida dedicar-se a pensar a roupa não mais como portadora de sentidos pré-existentes ou como elemento secundário, incidental, mas como um objeto simbólico que produz sentidos, “[...] investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2010b, p. 26). Significa, em resumo, entender esses elementos como da ordem do discurso, possivelmente um discurso da moda, e, ampliando o pensamento foucaultiano, considerar o homem na modernidade como um ser que vive, fala, trabalha e se veste.

1.3 A moda como acontecimento discursivo

Embasando as nossas discussões nos postulados teóricos da AD de vertente francesa e pensando a moda, a partir desse ancoradouro, como fruto de um processo que se dá por meio de práticas discursivas ocorridas no interior mesmo do meio social, requer sejam levantados alguns questionamentos: É possível considerar a moda sob a perspectiva do acontecimento discursivo? Ou seria ela um sistema, um todo estruturado? Que desdobramentos haveria para um empreendimento que a tomasse sob tal enfoque? Como o discurso midiático contribui na/para a irrupção de acontecimentos relativos ao discurso da moda? Na tentativa de desenvolver uma reflexão sobre tais questões, necessário se faz, pois, discorrer inicialmente sobre a noção de acontecimento e as implicações para a Análise do Discurso.

De início, é imperativo mencionar que a noção de acontecimento é um tópico importante para a AD, em especial por sua relação próxima e direta com a história, pois, de acordo com M. Foucault (2009a, p.28):

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros.

Todavia, apesar dessa importância, a AD parece não lhe ter reservado, pelo menos em princípio, o seu merecido lugar, preferindo “[...] o repetível, o estrutural, como atestam quase todas as pesquisas, que privilegiam a identificação do mesmo arquivo.” (POSSENTI, 2009b, p. 120). Talvez isso tenha acontecido em decorrência da necessidade primeira de estabelecer uma máquina discursiva e seus dispositivos de leituras de textos – especialmente os de caráter político – tão caros à AD em sua primeira fase. No entendimento de Sargentini (2006, p. 37), esse período inicial, centrado no discurso político, muda radicalmente e, com isso, “[...] o período pós-84, na França, é marcado por um novo regime de discursividade”. Nesse novo contexto, “[...] a conjuntura histórica conduz a uma desmarxização da análise do discurso e uma guinada à gramaticalização.”

Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), Michel Pêcheux considera a possibilidade de apreensão do discurso “[...] não apenas como uma materialidade, que une um significante e um significado [...], mas principalmente como uma materialidade significante inoculada de historicidade” (BARONAS; AGUIAR, 2009, p. 167). Pensando o discurso como estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento, Pêcheux não o entende como um “[...]”

aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas [...] que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos.” (PÊCHEUX, 2008, p. 56). Esse “estruturamento discursivo”, por assim dizer, se dá na instabilidade produzida pelas tensões, pelos conflitos, pelos atravessamentos, o que na visão pecheutiana significa dizer que: “Todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”, um “trabalho de deslocamento” (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

De qualquer forma, como fissuras e rupturas são inerentes não apenas ao percurso de construção dos sentidos em geral, mas também, em particular, ao trajeto da própria disciplina, entram em cena, em certo momento desse trajeto, conceitos ancorados nas propostas foucaultianas. Em consonância com sua proposta de fazer uma arqueologia do saber, Michel Foucault estabelece o enunciado como base de análise e, considerando-o historicamente, trata-o sob a perspectiva do acontecimento:

Uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um [...]. Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (FOUCAULT, 2009a, p. 29-30).

Sendo uma espécie de matéria-prima para o fazer histórico, o acontecimento pode ser caracterizado “[...] como aquilo que foge à estrutura, ou a uma rede causal, ou a uma origem” (POSSENTI, 2010, p. 29) e, com base nisso, é possível dizer que “em um sentido ele é único”. É nessa direção que Michel Foucault, cujos trabalhos têm como “ponto de partida não o sujeito ou o objeto constituído, e sim os acontecimentos – no sentido deleuziano do termo” (SANT’ANNA, 2011, p. 84), afirma que empreendeu certa análise do discurso cujo foco encontra-se nos acontecimentos discursivos:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso [...]. O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. [...]. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história. (FOUCAULT, 2010a, p. 255-256).

Assim sendo, apesar do esforço de alguns em situá-lo em proximidade com a noção de enunciação, o acontecimento não se reduz à situação ou ao contexto, dado que “[...] é, ao mesmo tempo, espaço e gênese sem, no entanto, dispor de uma dinâmica própria” (GUILHAUMOU, 2009, p. 126), além do mais “[...] o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade” (FOUCAULT, 2009a, p. 115). Assim, tudo indica que, para os estudos discursivos, aproximar a noção de acontecimento de outros parâmetros, notadamente ligados ao plano histórico, torna tal empreendimento mais fecundo, posto que “[...] temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e campo de utilização)” (FOUCAULT, 2009a, p. 146).

Dessa maneira, tem-se que o objeto de pesquisas de base histórica – incluídos aí uma parcela considerável dos trabalhos em AD – tem menos a ver com uma realidade escondida e mais com o que efetivamente é dito ou ainda o que permite “[...] fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido” (FOUCAULT, 2005, p. 291). Diferentemente da história tradicional, que considera como da ordem do acontecimento apenas aqueles fatos observáveis “a olho nu” e organizáveis em períodos que se sucedem numa linha temporal, sob outra perspectiva histórica, diversos acontecimentos emergem, dos quais uns são visíveis e mais óbvios, mas também outros, abaixo desses, invisíveis ou imperceptíveis também encontram seu lugar. Segundo Navarro-Barbosa (2004, p. 104), a partir de Foucault

[...] funda-se uma prática histórica [...], que direciona sua atenção aos heróis anônimos, aqueles que são excluídos da história tradicional. Uma modalidade de história que deixa de olhar para as grandes batalhas, as importantes lutas de monarcas, para se voltar para os pequenos acontecimentos (a micro-história), que fazem a história mudar seu curso.

Histórias pequenas, minúsculas – irrelevantes, do ponto de vista de uma perspectiva positivista – são alçadas agora à condição de acontecimento. Desse modo, contra a concepção de história que se desenvolve em uma certa linearidade e, portanto, numa continuidade, “Foucault, fundamentado em Bachelard, Canguilhem e Nietzsche, apresenta uma genealogia cujo motor é a descontinuidade” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 100). Nas palavras do próprio Michel Foucault (2009a, p. 8-9):

De agora em diante, o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou "quadros": daí a multiplicação dos estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias; daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de conseqüências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente.

Do exposto anteriormente, é importante sublinhar duas acepções desse termo: o acontecimento como novidade/diferença e o acontecimento como prática histórica. O primeiro corresponderia ao chamado "acontecimento arqueológico", responsável pela novidade histórica; já o segundo, ao "acontecimento discursivo", que se ocuparia da regularidade histórica das práticas. Relacionando os dois sentidos, pode-se inferir que as novidades instauram novas formas de regularidade ou, em outros termos, novidade e regularidade traduzem o surgimento e o funcionamento de práticas discursivas. Partindo dessa ideia, à noção de ruptura, pensada comumente como algo radical, abre-se outra forma de abordagem:

À medida que Foucault estenda o domínio de análise ao não discursivo [...], o surgimento de outras práticas [...] deixará de ser pensado em termos de ruptura radical, de um acontecimento em certo sentido oculto. Com efeito, já não se trata tanto de afirmar o aparecimento de outras práticas, porém, mais propriamente, de analisar sua formação. (CASTRO, 2009).

Seguindo o raciocínio instaurado por Foucault, alguns autores que o sucederam estabelecem ainda outra diferenciação. Para além das singularidades entre as diversas ordens de acontecimentos, há também outra especificidade, mais elementar ainda, que distingue os fatos dos acontecimentos discursivos:

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 166).

Sendo assim, distinguem-se os fatos discursivos e os acontecimentos discursivos: enquanto aqueles dizem; estes dizem, redizem, são ditos, são comentados. Com base nesta diferenciação, um fato discursivo, em princípio, não pode ser repetido, ficando, portanto, na condição de algo único, sem força para desencadear outros semelhantes ou não a ele; enquanto o acontecimento, por sua natureza e características particulares, é suficiente para provocar outros fatos e/ou acontecimentos, movimentando a teia discursiva. A linha divisória

entre ambos é tênue, permitindo que um fato se transforme em acontecimento dependendo de como retorna ou reaparece: toda vez que um discurso é retomado, ele vira um acontecimento.

O que interessa deixar claro é que o acontecimento fundamental não é somente aquele de notoriedade incontestada ou que chega ao conhecimento de todos – a queda do Muro de Berlim, por exemplo, ou mesmo a entrada no poder de certo partido político –, e passa a sê-lo também, não somente na condição de meras reformulações ou novas enunciações destes, os acontecimentos menos óbvios. Isso se dá a partir da ideia de que há “[...] diferentes temporalidades na história e, assim, os sujeitos não a vivem somente a partir de uma temporalidade de longa duração, mas também em temporalidades que são da instância do acontecimento, que emergem num determinado momento” (GREGOLIN, 2011, p. 90). E como se dá esse aparecimento, essa emergência? “Essa emergência (seja na longa duração, seja na instância do acontecimento) é materializada no discurso, em palavras e imagens.”

Isso é particularmente importante, haja vista que se nota, já há algum tempo – e isso não é uma novidade – uma certa espetacularização da vida, desde os pequenos fatos até os de maior proporção, transformando tudo ou quase tudo em algo que poderia vir a ser considerado, segundo a discussão aqui estabelecida, um acontecimento discursivo. Segundo Debord (1997, p. 13): “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.”

É nesse sentido que é possível inserir acontecimentos relativos à moda no âmbito dos

acontecimentos discursivos, como, por exemplo, a repercussão de um desfile, o lançamento de uma coleção, a utilização de certas peças de roupas em determinadas épocas e não mais em outras ou ainda o retorno de modelos de vestimentas após um período de “esquecimento”. O exemplo advindo da figura 5 corrobora essa ideia por tratar do lançamento de um livro a respeito (da repercussão) de um desfile-show



Figura 5 – Viu, gostou, rasgou. Revista *Veja*, 2005.

arquitetado por Jum Nakao, conhecido estilista brasileiro, que, ao final da apresentação das roupas de papel por ele criadas, fez com que as modelos rasgassem-nas diante do público que assistia ao espetáculo.

Ratificando a ideia acerca da espetacularização dos mínimos e cotidianos eventos, já que o espetáculo, segundo Debord (1997, p. 14), “[...] constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”, Lacouture formula uma explicação a respeito do retorno do acontecimento como matéria fundamental nessa nova concepção histórica e discursiva, o qual se liga intimamente à explosão midiática:

No acontecimento verdadeiro [...] aliam-se as forças de mudança e as potências da informação. A história também segue outros caminhos, e a diminuição do índice de natalidade do povo chinês entre 1960 e 1970 pesará mais nos séculos vindouros do que as mudanças de titulares no Eliseu ou na Casa Branca. Mas o acontecimento verdadeiro acaso é sem fronteiras? É na busca de seus harmônicos, de seus ecos, que consiste, sobretudo, a operação histórica. O ano de 2020 pouco se preocupará, talvez, com as tribulações e avatares de um general francês em meados do século XX. Todavia, o que talvez ainda contará será o processo de decomposição, na França, da democracia representativa, inventada três séculos antes na Inglaterra, e a ascensão de um sistema sociopolítico baseado, ao mesmo tempo, na centralização, na industrialização e na tecnocracia. (LACOUTURE, 1978 apud POSSENTI, 2010, p. 31-32).

Tal noção a respeito do acontecimento apresentaria alguns desdobramentos para uma teoria do discurso? A resposta a uma formulação retórica como essa é, definitivamente, sim. Tomar o discurso como da ordem do acontecimento, nos termos postos acima, significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, “despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108). Além do mais, é importante, segundo argumenta Possenti (2009b), por promover uma quebra com mecanismos cuja tendência é a padronização dos sentidos e dos processos de produção de sentido, além do que permitiria, por analogia, uma aproximação entre o acontecimento histórico e o acontecimento discursivo e, por conseguinte, especificar o que, de fato, escapa ao conhecimento do sujeito e aquilo que lhe é próximo. E, em especial, isso poderia levar a outra reflexão acerca da memória que é ativada pelo sujeito ou subjaz a este no processo de produção-interpretação de enunciados:

Essa noção plural de acontecimento permitiria romper, em primeiro lugar com uma história que procurasse em tudo o sentido [...]. Em segundo, com a relação discurso-enunciação como evento singular. Além disso, [...], permitiria especificar mais finamente os elementos que, em um discurso, escapam de fato aos sujeitos e aqueles dos quais eles têm conhecimento, conforme pertençam a uma ou a outra camada ou duração [...]. (POSSSENTI, 2009b, p. 126).

Diante do exposto, parece inequívoco pensar nesses termos em relação ao objeto moda. Apesar da tendência em abordá-la a partir de outros enfoques – artísticos,

antropológicos etc. –, é oportuno e necessário colocá-la em destaque para, à luz do acontecimento discursivo e dos desdobramentos históricos que lhe são inerentes, por à prova esses pré-concebidos construídos em torno de si. Dessa forma, a moda, entendida aqui como análoga ou correlativa à noção de vestuário, apesar de no campo prático não se circunscrever apenas a esse recorte, para que tenha existência, configura-se, num primeiro olhar, como um sistema com regras e coerções, mas também – e principalmente – com suas falhas, brechas. Adotando, pois, um ponto de vista discursivo, como aquele advindo das formulações pecheutianas e transformados pelas reflexões foucaultianas, pode-se cambiar esta noção de sistema por outra, pensando, assim, numa ordem de funcionamento do discurso ou, mais precisamente, numa ordem de funcionamento do discurso convencionalmente chamado de moda.

Adotando tal perspectiva, não se faz necessário voltar à gênese dos tempos e observar aí os primeiros momentos da moda, como o que pode ser encontrado na clássica passagem do texto bíblico: “Abriram-se os olhos de ambos que estavam nus, coseram folhas de figueira, e fizeram cintas para si” (BÍBLIA SAGRADA, 2002). Ou, como entendem alguns (PALOMINO, 2010), voltar ao final da chamada Idade Média e identificar neste momento histórico o embrião conceitual do universo *fashion*. Aliás, essa obsessiva busca pela origem ou a pretensão por sua apreensão é algo que se percebe em alguns segmentos, como, no caso da figura 6, um texto publicitário referente à revista *Elle*, na qual se afirma que tal publicação



está onde nasce a moda, ideia que encontra apoio na imagem de uma mulher, em posição fetal, envolta numa bruma de tecido vermelho esvoaçante numa sugestão de mundo onírico originário ou original.

Num plano discursivo, tratar tal objeto a partir dessas escansões lineares torna-se uma

Figura 6 – *Elle* está onde a moda nasce. Revista *Veja*, 2010. tarefa contraproducente, pois é tomá-lo como algo da ordem do natural, do imanente: “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2009a, p. 28). Ainda segundo a teorização do filósofo francês, trabalhar com a descrição de um acontecimento, na perspectiva genealógica, é opor-se à busca pela origem, pois,

[...] procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. (FOUCAULT, 2011b, p. 17).

Pelas evidências, torna-se inapropriado tal tratamento uma vez que a moda e seus elementos são construções “[...] ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 2011b, p. 18), isto quer dizer que se trata de efeitos de sentido, fruto da rarefação dos discursos, que surgem das práticas sociais. Como argumenta Dosse (2001), a rejeição à noção de origem é respaldada pela filosofia nietzschiana, segundo a qual interpretar não quer dizer buscar um suposto significado original, dado que é o discurso que instaura a interpretação. Dessa forma, pensar a moda

[...] requer não apenas que se renuncie a assimilá-la a um princípio inscrito necessária e universalmente no curso do desenvolvimento de todas as civilizações, mas também que se renuncie a fazer dela uma constante histórica fundada em raízes antropológicas universais. O mistério da moda está aí, na unicidade do fenômeno, na emergência e na instalação de seu reino no Ocidente moderno, e em nenhuma outra parte. Nem força elementar da vida coletiva, nem princípio permanente de transformação das sociedades enraizado nos dados gerais da espécie humana, a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade. Não é invocando uma suposta universalidade da moda que se revelarão seus efeitos fascinantes e seu poder na vida social, mas delimitando estritamente sua extensão histórica. (LIPOVETSKY, 2009, p. 24-25).

O sentido da moda, ou melhor, os sentidos da moda estão, pois, nas vivências cotidianas, nas formulações midiáticas consumidas pela população, nas representações e naquilo que sócio-historicamente orienta a relação das pessoas com o vestuário. Se é que as roupas, de fato, nunca calam (LURIE, 1997), elas tendem a apontar cotidianamente rumos, sentidos e instrumentos de mediação entre os próprios indivíduos e entre indivíduos e instituições. E isso é possível uma vez que às roupas são atribuídas significações em todas as circunstâncias do convívio social, mas significações que só ganham esse *status* dado que dialogam com outras fronteiras, isto é, porque postas em relação com outros discursos: “[...] o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece co-relações, deslocamentos, vizinhanças.” (GREGOLIN, 2007b, p.167).

Tratar a moda como um acontecimento discursivo gera, assim, algumas implicações. A primeira delas refere-se ao fato de que, como tal, passa a ser vista como uma construção histórica, produzida por meio de enunciados efetivamente ditos e elaborados por sujeitos circunscritos sócio-historicamente nas práticas sociais. Não se trata, pois, de uma obra de um ente superior, super-humano ou acima dos humanos, ou, menos ainda, mero fruto do acaso,

mas algo regrado, ou seja, constituído por certas normas e leis que lhe são próprias e que estabelecem o seu funcionamento ou o que pode e deve ser “dito” – leia-se utilizado, vestido – e por quais instâncias pode ser discursivizada.

Foucault (2009a) diz ser o enunciado essa unidade mínima a ser considerada, o qual se difere da proposição ou mesmo da frase. Detalhando isso, explica a formação das modalidades enunciativas, das quais o sujeito é uma delas, e questiona como quem reflete sobre quem fala, quem tem boas razões para ter essa espécie de linguagem, quem é o seu titular. Esse é um ponto a ser considerado ao tratar do objeto em questão, uma vez que lhe é peculiar o poder de estabelecer quem pode determinar o que é chamado de moda. Na verdade, esse “lugar” de onde se estabelece tal coisa é, na linha de raciocínio aqui desenvolvida, um lugar vazio, a ser ocupado pelas instâncias que chamam a si tal domínio. Na esteira de Foucault, entende-se que, antes de um fundamento dos discursos, o sujeito é apenas uma posição ocupada por aquele que enuncia algo, ou seja, uma função do discurso. Ao longo dos últimos anos, nota-se cada vez mais o desdobramento de funções que se especializaram em detalhar e estabelecer o que é ou o que virá a ser moda. Como se trata de um campo bastante efêmero, no qual tudo muda rapidamente⁴, a habilidade de discursivizar esse dizer aparece em diversos segmentos. Dos tradicionais costureiros e suas *maisons* à indústria têxtil, dos especialistas no assunto aos comerciantes devotados a essa área, da mídia especializada aos *stylists* ou diretores de arte dos grandes desfiles, nota-se uma gama incalculável de lugares de onde, num feixe intrincado de relações discursivas, criam-se as chamadas tendências.

Decorrente, de certa forma, dessa primeira implicação, a segunda relaciona-se intimamente à dicotomia entre a moda e a mídia. Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux toma como tema o enunciado “*On a gagné*” e demonstra como o espetáculo midiático, logo após a vitória de François Mitterrand à presidência da França, começa “a ‘fazer trabalhar’ o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele evoca” (PÊCHEUX, 2008, p. 19). Comentando esse que é um dos últimos textos do fundador da AD, Gregolin (2007b, p. 160) diz que “Pêcheux procura dar respostas (em termos políticos e analíticos) a um momento histórico em que se instalava a ‘sociedade do espetáculo midiático’”, um momento de grandes mudanças no contexto histórico, “[...] marcado pelos novos regimes de discursividades instaurados pelos meios de comunicação de massa”. Na leitura de Jean-Jaques Courtine (2003, p. 23), “[...] surge uma nova divisão da verdade no

⁴De acordo com Palomino (2010), as mudanças de estação aconteciam a cada 25 anos no século XIX, passando a ser de 6 em 6 meses na atualidade.

campo político, que tende a escapar das demarcações tradicionais (direita/esquerda) para se repartir segundo as categorias do arcaico e do moderno, do *démodé* e do *fashion*.”

Deste exemplo extraído das análises pecheutianas, é possível perceber e, por conseguinte, entender o trabalho da(s) mídia(s) que, num movimento de atualização e apagamento, constrói e reconstrói o acontecimento histórico-discursivo. Também é possível vislumbrar a relação entre a moda e a mídia, notadamente marcada pela proximidade dos dois campos, sendo difícil muitas vezes estabelecer os limites entre um e outro. De qualquer forma, sabe-se que a moda, para existir ou tomar forma, utiliza-se dos meios de comunicação, em especial das chamadas peças publicitárias, mas também de todo aparato midiático.

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. (GREGOLIN, 2007a, p. 16).

Dado que os discursos que circulam na mídia são por si só um acontecimento (GREGOLIN, 2003b), uma vez que os suportes midiáticos produzem todo um processo de espetacularização, é importante notar que o discurso da moda, além de se configurar como um acontecimento, no entendimento da Análise do Discurso, por conseguinte, instaura-se como uma forma poder-saber e, como tal, procura ditar aquilo que se deve vestir. Não se trata, como será discutido mais adiante, de um poder na concepção clássica do termo, aquele, por exemplo, exercido pelo monarca em direção aos seus súditos. Trata-se, em verdade, de parte desses vários (micro)poderes instaurados pelos discursos e que reclamam para si a tarefa de ditar regras a serem seguidas. Universo midiático e universo *fashion* se imiscuem de modo que se constituam saberes e instituem poderes na formatação de subjetividades.

A terceira implicação relaciona-se à questão da novidade ou mesmo da originalidade. Sabe-se que: “Em nossos dias, ama-se o Novo por ele mesmo; não é mais um álibi de classe, é um valor em si que, além disso, permite exhibir uma individualidade estética, moderna, mutável.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 177). Mas, se é sabido que a forma-moda estabelece e/ou se ampara na novidade, na originalidade, no efêmero, a questão discursiva que surge é, portanto, acerca da possibilidade de se falar em novidade e originalidade. Se o que há são enunciados e se esses se definem pelas relações estabelecidas com outros enunciados, a novidade, conceito tão caro ao mundo da moda, passa a ser vista como resultado dessas relações. Dessa forma, o novo se configura como um retorno do que já existiu ou mesmo de novas relações entre o que já existe, posto que “[o] novo não está no que é dito, mas no

acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2009b, p. 26) e o que torna possível tal empreendimento é, em parte, a existência de trajetos temáticos, isto é, “[...] os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem” ou o conjunto de configurações textuais que articula os temas e opera “o novo na repetição.” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 166). Particularmente, no campo do vestuário, esse é um dado relevante, uma vez que as chamadas tendências, na melhor das hipóteses, refletem estilos e formas de comportamento de outros momentos e que são revistos em processos muito próximos do que ocorre com os enunciados em geral.

A quarta implicação tem a ver com os sujeitos e os processos de subjetivação. Apesar de também ser detalhada mais à frente, vale neste momento lembrar que, para a compreensão destes processos, é fundamental entender que a linguagem cria subjetividades e, nesse ínterim, algumas instituições desempenham papel decisivo. A moda e a mídia podem ser vistas como duas dessas instâncias nas quais/por meio das quais os sujeitos são confrontados e, como resultado, um peculiar processo de construção de subjetividades delimita-se, quer dizer, da confluência entre moda e mídia observa-se um espaço de conflitos de subjetividades, um lugar de onde se percebe as resistências, um palco de onde os sujeitos expressam suas subjetividades, onde encenam o espetáculo de si. Pensando com Michel Foucault, segundo o qual a construção dos sujeitos se dá a partir de práticas discursivas e, como também, por meio de técnicas que agem diretamente sobre os sujeitos, regulamentando suas atitudes, comportamentos e corpos, os sujeitos são, pois, um produto realizado pelos discursos.

Fazendo uma análise da relação entre acontecimento e mídia na construção de uma “história do presente”, numa sociedade marcada por novas tecnologias e por saberes voláteis/efêmeros, Gregolin (2003b, p. 15) chega a conceber um processo não mais de subjetivação, mas de dessubjetivação em andamento, isto é, “[...] cria-se a aparência de uma história que se faz por si mesma, sem sujeito, sem determinação das ideologias, no cruzamento entre uma atualidade e domínios de memórias que não pertencem a ninguém”. Nesse fazer histórico realizado pela mídia, há um apagamento das determinações históricas produzidas de um certo lugar, por sujeitos e discursos. Ao associar a noção de dispositivo aos processos de subjetivação, Agamben (2009, p. 147) deixa transparecer um posicionamento análogo e pontua que: “O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação.” O resultado desse processo? Um agenciamento de identidades por meio da fusão entre ideias do passado e sua restauração na atualidade (GREGOLIN, 2003b) ou, radicalizando um pouco mais, uma indiferença entre

processos de subjetivação e de dessubjetivação, não dando lugar “[...] à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer, espectral.” (AGAMBEN, 2009, p. 47).

Em resumo, pode-se dizer que tratar o acontecimento a partir da ótica da descontinuidade muda a forma de percepção do fazer histórico e, em consonância com a proposta foucaultiana, propicia ao arqueólogo/pesquisador uma outra compreensão dos objetos cristalizados em nossa cultura possibilitados pelos acontecimentos discursivos. Ao suspender as formas lineares ou continuadas de tratamento desses objetos, libera-se um campo vasto de possibilidades, isto é, do conjunto de enunciados efetivamente postos em circulação em sua dispersão de acontecimentos e, ao mesmo tempo, na instância própria de cada um.

1.4 O corpo na/da moda

O que é o corpo? Ou melhor: o que é um corpo? Ou ainda: o que pode um corpo? Questões simples ou superficiais – inúteis até, para alguns – como essas podem provocar estremecimentos ou fissuras impensáveis na ordem estabelecida. De fato, o corpo, esse material humano constituído de estrutura óssea, carne, pele, órgãos etc., por ser aquilo que é mais palpável, mais acessível, acaba por tornar-se o mais irrelevante, desnecessário ou mesmo indesejado tópico a questionar. Entretanto, talvez seja exatamente por este motivo que se deva voltar-lhe uma atenção maior: aquilo que é óbvio demais pode não o ser tanto assim. Disputado como objeto de pesquisa entre diferentes áreas do conhecimento, da biologia à antropologia, da medicina à física, da estética à robótica, enfim, longe da obviedade que o determinaria, o corpo nos apresenta como um ilustre (des)conhecido e, para melhor entendimento do momento presente, requer que seja revisitada a sua história: “Pensar o presente é [...] tentar compreender a viagem do nosso corpo pelo espaço num tempo determinado” (MILANEZ, 2006b, p. 155).

Indo um pouco além, é possível que se perceba o corpo como foco de luta, alvo predileto de domínio pelos poderes e pelos saberes. Segundo Lipovetsky (2005, p. 80): “Nunca o corpo foi tão objeto de tamanha atenção, preocupação e cuidados reparadores.” Isso ganha contornos de asserção verídica se se olhar ao redor e perceber, mesmo sem necessário rigor científico e metodológico, a ênfase que se tem dado a esse “inocente” e corriqueiro elemento físico. É o que se depreende de inúmeras publicações que, mesmo não o tendo como foco, a exemplo da capa da *Vogue*, de junho de 2011 (figura 7), colocam o corpo em evidência, devotando-lhe, não apenas capas, como também editoriais, reportagens etc. É, no



Figura 7 – Revista *Vogue*, 2011.

entanto, enganoso pensar que se trata de um fenômeno exclusivo do momento presente, na medida em que o corpo tem sido aquilo pelo que se luta em diferentes momentos históricos. Por que, então, tamanha atenção a ele dedicada? O que isso traduz em termos sociais e, principalmente, políticos? Como entender todo esse investimento feito sobre o corpo se levadas em consideração as questões relacionadas ao par saber-poder? E ainda: Que relações seriam possíveis estabelecer entre corpo e moda?

Apesar de ser considerado por muitos como um objeto revelador de questões de ordem biológica, ou do funcionamento de processos históricos aplicados ao físico, o corpo, no entendimento de Michel Foucault,

“[...] está diretamente mergulhado num campo político [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 25), ou dito de outra forma: “[...] o que há de essencial em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo.” (FOUCAULT, 2006, p. 18-19). O corpo não é algo que pré-existe discursivamente, mas é talhado nos/pelos discursos. Novamente é o autor de *Vigiar e Punir* (2002) que, orientando-nos nesta breve retomada histórica, demonstra que, na época clássica, o suplício traduz o investimento político feito sobre o corpo. Na série de atrocidades que se configuram sob seu teto, repousa uma espetacularização ritualística da condenação e execração pública do condenado: seu corpo, além de punido, dilacerado, vilipendiado, torturado, é exposto à população como forma de demonstração de um poder, de um poder que vinga aqueles que o afrontam e que “[...] se retempera ostentando ritualmente sua realidade de superpoder.” (FOUCAULT, 2002, p. 48). Dessa forma, é possível deduzir que tal prática teve uma função bastante precisa:

O suplício se inseriu tão fortemente na prática judicial, porque é revelador da verdade e agente do poder. Ele promove a articulação do escrito com o oral, do secreto com o público, do processo de inquérito com a operação de confissão; permite que o crime seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso; faz com que o crime, no mesmo horror, se manifeste e se anule. Faz também do corpo do condenado o local de aplicação da vindita soberana, o ponto sobre o qual se manifesta o poder, a ocasião de afirmar a dissimetria de forças. (FOUCAULT, 2002, p. 47).

Conforme se nota, o suplício é uma penalidade que incide diretamente sobre o corpo do condenado. Através dele, a aplicação da pena pode extrair alguma verdade escondida;

expor publicamente, na condição de exemplo, o sofrimento daquele que cometeu um ato contra a ordem legal; demonstrar à sociedade um poder do soberano pautado no excesso e, assim, reconstituir não só o poder, mas também a ordem suspensa pela ação tida como criminosa. De qualquer forma, o corpo punido é, sem dúvida, nesse momento histórico, o corpo do criminoso, mas o que de fato se procura recuperar com tal punição ou o que se tenta restabelecer com todo esse ritual, considerado mais tarde como macabro ou desumano demais, é a integridade do corpo do soberano. O soberano – e por extensão seu próprio corpo – é o que o povo deve preservar, zelar para que seja mantido, afinal é dele que vem as benesses e é para ele que todas as bonanças devem se voltar.

A lógica, portanto, passa por uma visibilidade do poder, o que quer dizer que, nesse estrato histórico, o poder não é só e completamente visível, mas também a sua força depende dessa sua visibilidade, dessa sua projeção para fora, de tal maneira que o povo veja e, com isso, participe do teatro do cadafalso. Sob tais condições, quando alguém comete algum crime, deve pagar com todas as atrocidades incidindo diretamente sobre seu corpo porque é essa parte de seu quinhão que é devido ao soberano. O suplício “[...] traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 31).

No que diz respeito à moda, alguns autores identificam nesse período histórico o surgimento de seu império e estabelecem a sua inserção nos quadros do poder de então como fundamental para a sua existência:

A partir do final da Idade Média, a moda é tributária do gosto cambiante dos monarcas e dos grandes senhores; aparece como um decreto estético que vem em resposta um estado de alma, uma inspiração, uma vontade particular, ainda que com evidência esteja estritamente circunscrita aos mais altos dignitários da sociedade. (LIPOVETSKY, 2009, p. 50).

Imita-se, ou toma por modelo, sobretudo, o soberano, mas também a corte que o cerca, tornando-se o reflexo das predileções do poder em detrimento da tradição de se vestir pertencente a uma memória coletiva. Entretanto, esse poder totalizante, cujo personagem central é a figura do soberano, longe de ser eterno, também passa a ser alvo de ataques e revoltas e, sob suas asas, ou melhor dizendo, sob seu manto, a revanche contra o crime cometido ganha ares de desumanidade.

No Século das Luzes, o suplício é posto em questão. As razões mais evidentes desta desestabilização residem no chamamento para o debate da humanização das penas e contra o horror do espetáculo popular, mas o que se percebe, de fato, é que “[...] não é como tema de

um saber positivo que o homem é posto como objeção contra a barbárie dos suplícios, mas como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir.” (FOUCAULT, 2002, p. 64). Toda uma reforma penal é articulada e, encaixando-se num modelo político e econômico novo, pautados com mais centralidade na propriedade que nos direitos, requer não que a punição seja em menor quantidade, mas que tenha mais qualidade. No século XVIII, o criminoso já não atenta com seu crime contra o poder soberano, mas sim contra a sociedade: não é o corpo soberano o alvo do crime, mas o corpo social. Se no antigo sistema, o corpo do condenado transfigurava-se em coisa do soberano, nessas novas circunstâncias “[...] ele será um bem social, objeto de uma apropriação coletiva e útil.” (FOUCAULT, 2002, p. 91). Daí que, nessas condições, é preciso ser mais vigilante e impedir que o crime aconteça, que lhe sobressaia seu exemplo negativo.

Foucault apresenta, então, outro tipo de sociedade/de poder que se desenvolve juntamente com a ascensão da burguesia e do capitalismo industrial. De uma sociedade de soberania, passa-se a uma sociedade dita disciplinar. No lugar do suplício, entram em cena as disciplinas, simbolizadas por uma “novidade” chamada prisão:

O cadafalso onde o corpo do supliciado era exposto à força ritualmente manifesta do soberano, o teatro punitivo onde a representação do castigo teria sido permanentemente dada ao corpo social, são substituídos por uma grande arquitetura fechada, complexa e hierarquizada que se integra no próprio corpo do aparelho do Estado. Uma materialidade totalmente diferente, uma física do poder totalmente diferente, uma maneira de investir o corpo do homem totalmente diferente. (FOUCAULT, 2002, p. 96).

A prisão transforma-se na metonímia desse novo poder que enclausura, mais que publiciza e faz do castigo e da correção processos controlados e vigiados. Tais processos implicam uma transformação do indivíduo ou mais precisamente dos corpos e hábitos daqueles sob a custódia da instituição. Dessa forma, através de todo um aparato de observação e controle, nas diferentes instâncias que se desenvolvem em torno da instituição judiciária, uma individualização se põe em andamento concomitantemente, seja como condição ou consequência, à formação de um saber acerca do indivíduo. De acordo com Foucault (2002, p. 104): “Organiza-se todo um saber individualizante que toma como campo de referência não tanto o crime cometido [...] mas a virtualidade de perigos contida num indivíduo e que se manifesta no comportamento observado cotidianamente.” A prisão, portanto, se aproxima de um aparelho de saber e, com seus dispositivos de vigilância e de exame, o poder se encarrega da fabricação de determinados indivíduos, produzindo certas individualidades.

Na sociedade disciplinar, em oposição à sociedade de soberania, os corpos já não são propriedades do rei, ao invés disso são submetidos ao que Foucault chama de uma “ortopedia social”: “Entramos assim na idade do que eu chamaria de ortopedia social. [...] É a idade de controle social.” (FOUCAULT, 2011a, p. 86). Na perspectiva apontada por Vigarello (1995, p. 30-31), nota-se que:

Da passagem do século XVIII ao século XIX, “[...] A mecânica que vinha se apoiar sobre os membros para impor uma aparência, é transposta para o espaço buscando agora guiar e controlar uma ação. [...] Ele [o corpo] se põe, na economia de seus gestos, ou no cálculo de seus efeitos, a funcionar ele próprio como máquina. Ele é, sob todos os aspectos, e sobretudo em seus comportamentos de dispêndio de energia, atravessado por uma lógica que funda cada movimento num elemento neutro de um espaço quase matematizado. As expectativas são novas, dispoño os espaços e os aparelhos de modo que eles possam tornar rentáveis as forças, racionalizando, até o extremo de certa formalização, o ajustamento dos deslocamentos. Nessas pedagogias, em que rigor e concisão de cada evolução parecem primordiais, constitui-se um material encarregado de normalizar o trabalho.

No plano da vestimenta, os espartilhos parecem definir essa nova economia política, mas é no uniforme que se tem uma visão exata de tal manifestação. O que conta, nesse momento, é menos uma forma imposta e artificializada do que um vigor. Estamos no limiar de uma sociedade disciplinar, na concepção foucaultiana, e, nesse sentido, vale destacar, no campo da indumentária, a presença do uniforme como uma peça que requer a devida atenção, pois se liga indubitavelmente às práticas exercidas de disciplinarização sobre os indivíduos. O uniforme, pode-se dizer, é esse elemento que substitui a correção para que melhor se faça uso do tempo e do espaço.

No plano arquitetônico, destaca-se a figura do *Panopticon*, de Bentham. Trata-se de um edifício em forma de anel constituído de várias celas e, em seu pátio interior, uma torre de observação. Na torre, um vigilante; em cada cela, “[...] uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc.” (FOUCAULT, 2011a, p. 87). Tudo que se passa no interior de cada cubículo está sob um olhar que tudo vê, mas não pode ser visto. O efeito provocado naqueles é de uma perpétua vigilância. No entendimento de Michel Foucault (2011a, p. 87): “O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos [...]. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo.” A visibilidade agora é outra, mais atenuada: trata-se de por em evidência não aquele que está vigiando, mas o que é vigiado, não mais o lado dos “dominantes” que detém o poder central, mas o lado dos “dominados” sobre o qual esse poder se dirige, além disso, como os focos de poder

diversificam-se, esta visibilidade pulveriza-se. Em poucas palavras, opacidade do poder e transparência dos indivíduos.

Sob a vigilância constante incidindo sobre os indivíduos, que na literatura de Orwell (2004) ganhou ares de *Big Brother* ou o Grande Irmão, o poder é exercido por meio de dispositivos e, através deste exercício, tem-se a possibilidade de constituir um determinado saber a respeito daqueles que estão sendo vigiados. Um saber que tem por finalidade precisar a conduta do indivíduo: “Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer.” (FOUCAULT, 2011a, p. 88). Nota-se, portanto, nesse ínterim, que o poder, aparentemente menos corpóreo e mais sabiamente físico, irrompe numa forma de saber-poder o qual servirá de base, mais tarde, para o nascimento das ciências humanas (Psicologia, Sociologia, Antropologia etc.) e seu correlato: o homem.

O corpo é, portanto o foco das disciplinas: trata-se de trabalhá-lo detalhadamente, de buscar a eficácia de seus movimentos e de sua organização interna, bem como de esquadrihar o tempo e o espaço em que se movimenta. A função maior desse processo é transformá-lo em um objeto dócil e útil: “O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa [...] à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.” (FOUCAULT, 2002, p. 119). Uma “anatomia política” associada a uma “mecânica do poder” tomam, portanto, o corpo como o seu objeto de incidência e, por meio das disciplinas, aumenta, de um lado, a sua força econômica/de utilidade e, de outro lado, diminui essa mesma força em termos de obediência, em resumo: “uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”. Assim, pode-se dizer que:

Esse poder que se exerce sobre o corpo é ininterrupto e, por isso, naturalizado, é internalizado pelo sujeito. A sociedade moderna construiu uma maquinaria de poder através do controle dos corpos (anatomia política), isto é, o corpo para fazer não o que se quer, mas para operar como se quer. É a tecnologia da disciplina fabricando corpos submissos. Essa anatomia política desenha-se aos poucos até alcançar um método geral e espalhar-se numa microfísica do poder que vem evoluindo em técnicas cada vez mais sutis, mais sofisticadas e, com sua aparente inocência, vem tomando o corpo social em sua quase totalidade. (GREGOLIN, 2003b, p. 99).

Se no limiar dos séculos XVII e XVIII ganha terreno a reviravolta relatada anteriormente, isto é, o surgimento da sociedade e do poder disciplinar, no início do século XX outra mudança toma forma e as sociedades disciplinares são sucedidas pelas sociedades de controle. No entendimento de Deleuze (2010, p. 223-224), “[...] as disciplinas [...] também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se

precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”.

Controle, e não apenas disciplina. O que não quer dizer que as disciplinas desaparecem como num passe de mágica. Acerca dessa constância das disciplinas numa era do controle, vale mencionar, como elementos comprobatórios de tal situação, dois exemplos atuais. Primeiro, uma afirmação de Costanza Pascolato (2009, p. 16), em seu livro-manual, no qual afirma logo na introdução: “Quando olham para mim, as pessoas acham que nasci assim. Não imaginam o empenho e a disciplina necessários para me manter bem”. O objetivo é claro nesse caso: conduzir o outro, o leitor pela via da disciplina e do autocontrole para que alcance resultados positivos com relação à elegância e ao reconhecimento.

Segundo, como se pode notar na matéria, extraída da revista *Veja* de 2005 (figura 8), o espartilho, uma peça que ilustra o momento das disciplinas, nunca desapareceu totalmente, afinal *comprimir continua a ser preciso*, na verdade, transforma-se em outras vestimentas, íntimas ou não, como os chamados *bodies*, e finalmente é convertido no corpo moderno bem-exercitado. Vale aqui o questionamento de Svendsen (2010, p. 93): “Estará alguém livre do espartilho quando não precisa mais dele para moldar o corpo, tendo alcançado a mesma norma moldando-o em horas intermináveis de exercícios numa academia de ginástica?”.

Na verdade, nem o poder soberano se esvai por completo, nem o poder disciplinar se evapora, mas, diante de uma nova ordem mundial, a lógica do regime disciplinar transcende o muro da prisão, da fábrica, da escola e se generaliza por todo o campo social: o poder torna-se mais sutil e penetra mais profundamente no corpo social e individual. Não que não haja mais o antigo confinamento, ao contrário, ele existe, mas sem a necessidade de muros que separem o interior das instituições do seu exterior. Situando-se em redes flexíveis e com a possibilidade de ser exercido à distância, o poder controlador é como uma disciplina “[...] aumentada exponencialmente por meio de novas formas mais móveis e fluidas.” (HARDT,



Figura 8 – Aperto com conforto. Revista *Veja*, 2005.

1996, p. 07). Segundo Deleuze (2005b, p. 93), Michel Foucault admite que “[...] o nosso futuro será um futuro controlado e não já disciplinado”, e que “[a] questão não é a de saber se é pior” ou se é melhor, já que “[...] a nossa atualidade desenha-se em dispositivos de *controle* aberto e contínuo, muito diferentes das recentes disciplinas fechadas” e, tanto em um caso como no outro, podemos apelar a subjetividades capazes de resistir a tais formas de dominação.

Em suas reflexões acerca do funcionamento do poder na sociedade de controle, Paniago (2005, p. 130), em sua tese de doutoramento, afirma que ele

[...] é tão sofisticado, tão invisível por estar tão pulverizado, que, embora o exercício do poder esteja muito mais eficiente, aos ouvidos dos dominados podem chegar apenas os discursos dissimuladores de “liberdade”, “saúde”, “qualidade”, “bem-estar”. E é assim que, em nossa sociedade de controle, são produzidos discursos que nos governam, que nos adestram, que disciplinam o nosso corpo, que direcionam as nossas escolhas, e que são altamente eficientes porque nos dão a impressão de que somos livres.

Nessas circunstâncias, os indivíduos não são mais individualidades, isto é, seres indivisíveis, mas passam nessa nova tecnologia de poder à condição de “divíduos”, como destaca Deleuze (2010, p. 226): “Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’”. Esse é um dado interessante para a Análise do Discurso já que, na teoria do discurso,

[...] abandona-se a categoria do sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas. (FERREIRA, 2003, p. 43).

Seres divisíveis organizados sob a forma de bancos de dados, perdendo a sua assinatura e o seu número, ou seja, a sua antiga identidade em favor de uma senha. (In)divíduos e massas agora são fragmentados e (re)absorvidos e, melhor dizer, gerenciados por empresas, de acordo com a visão deleuziana, “[...] a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inextinguível como são emulação, excelente motivação que [...] contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo.” (DELEUZE, 2010, p. 225).

Nessa espécie de controle aberto e contínuo, sutil, mas hipereficiente, as instituições sociais produzem e gerenciam (in)divíduos muito mais flexíveis e moldáveis que outrora. A preocupação com o “estilo de vida” associada à necessidade exacerbada de consumo são duas formas de adequação do indivíduo que comprovam a eficiência desse poder na construção de

novas subjetividades. Na sociedade de controle, a subjetividade produzida não está fixada na individualidade, isto é, o indivíduo não pertence a nenhuma identidade, ao contrário, pertence a todas. Em um de seus textos, intitulado *Poder-corpo*, Foucault (2011b, p. 147) assim explica o atual investimento sobre os corpos:

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através da exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!”.

A moda encontra neste momento histórico um terreno fértil para o desenvolvimento e a fixação de seu império. A queda das transcendências políticas, morais e religiosas, e o esfacelamento dos grandes sistemas de significação (SOARES, 2011) talvez possam funcionar como uma base de explicação ou reforço para a importância cada vez maior que ela vem alcançando nos últimos tempos ou, no entendimento de Simmel (2008, p. 32): “[...] entre as razões por que a moda domina tão fortemente a consciência encontra-se também a de que as convicções grandes, estáveis e indiscutíveis, perderam, pouco a pouco, a sua força”. Trata-se, como se pode notar, de um porto seguro num momento em que tudo ao redor parece ruir; trata-se de um investimento em algo que denota confiabilidade, uma vez que se aposta naquilo que lhe é mais próprio e possivelmente característico, ou seja, a aparência, o que se traduz, ao final, como uma forma de tornar-se “um *manager* de seu corpo” (SOARES, 2011, p. 75). À medida que o corpo torna-se o principal alvo dessa sociedade disciplinar e de controle, as roupas aproximam-se mais do elemento somático: menos tecido para a vestimenta, mais exposição física e, contraditoriamente, mais importância para a moda.

O que se nota é, portanto, uma mudança de paradigma com a transformação das disciplinas em controles. Nas sociedades disciplinares, apesar de um germe desse novo poder que incide sobre a vida já ser passível de entrar em funcionamento, o enclausuramento e a sisudez que lhe são característicos impedem que opere de forma efetiva. É, pois, nesse ambiente “livre” e mutante das sociedades de controle que ganha terreno outro tipo de poder: o biopoder. O político transforma-se, assim, em biopolítico. De acordo com Negri (2003, p.107): “Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e seus dispositivos de poder.” A vida em toda a sua extensão é o alvo constante desse novo poder, um poder que atinge, por meio de sua ambiguidade em controlar sem demonstrar tal controle, não apenas os corpos, mas também a consciência da população:

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da ‘população’, como problema econômico e político [...]. Os governos percebem que não têm como lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 28).

Numa ponta do alvo do biopoder encontra-se essa massa denominada população e todas as suas particularidades relacionadas a taxas de natalidade e mortalidade, na outra ponta estão os corpos sobre os quais esse poderio opera: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o físico.” (FOUCAULT, 1994 apud HARDT; NEGRI, 2010, p. 46). É nesse sentido que se vê uma série de esforços, sobretudo midiáticos, operando sobre os corpos, no intuito de talhá-los em um formato bastante específico. Nas propagandas de moda, esse corpo é sempre saudável, jovem, bonito, de bem com a vida e, sobretudo, feliz. A felicidade sintetiza o bem maior que o indivíduo deve apresentar, é o cartão de crédito para a entrada nesse mundo dominado por uma biopolítica. É o que se denota deste exemplo avindo da publicidade da moda:

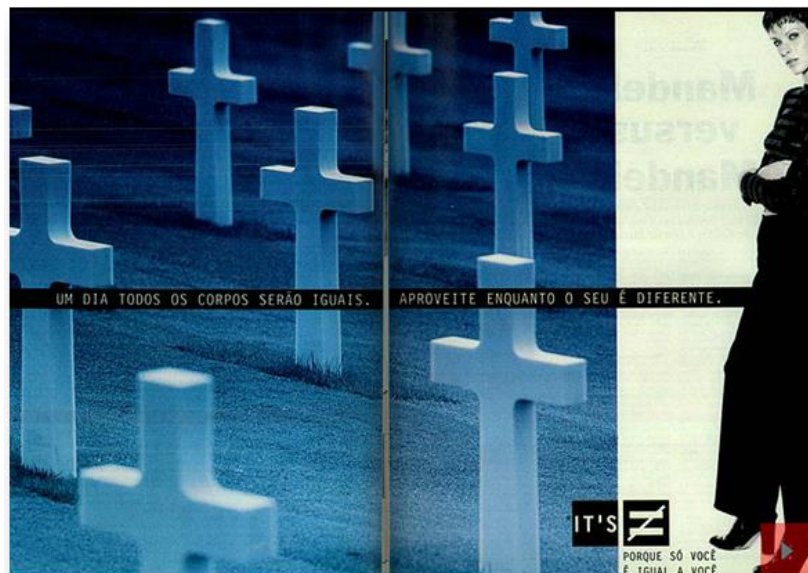


Figura 9 – It's – Porque só você é igual a você. Revista *Veja*, 1996.

No que diz respeito tanto às técnicas disciplinares quanto às do biopoder, o corpo é o *target*, o alvo, o ponto em que se mira, seja o corpo individual ou o corpo social ou populacional. A constituição desses corpos está “[...] diretamente ligada a interesses

capitalistas para melhor gestão e eficiência de indivíduos” (MENDES, 2006, p. 173) e se constitui como um passo decisivo para a objetivação do sujeito. A vida é prolongada e elevada à potência máxima, tratada como o bem máximo, a ser preservado, estimulado, mantido, como se nota em diversos textos – a exemplo da figura 9 - que propagam um ideal de vida (em clara contraposição à morte explicitada na imagem) a ser aproveitada. Em se tratando, pois, da biopolítica,

[...] o corpo do sujeito, além de ainda continuar a sofrer a ação de técnicas disciplinares, é estimulado a falar de si mesmo para mais bem se governar ou ser governado. Com a noção de biopoder e com suas técnicas orientadas para que o sujeito se torne objeto de conhecimento de si mesmo (uma genealogia da ética), [...] exerce-se um poder sobre a vida e para manter a vida, tipos específicos de vida que se relacionam com tipos de corpos, saberes e discursos, constituindo tipos de sujeito. (MENDES, 2006, p. 173).

Do breve percurso histórico acima exposto, pode-se notar que à cada sociedade corresponde um modelo de corpo, e a constituição deste corpo é algo que passa necessariamente pelo plano histórico, sendo condicionado pelo político e suas respectivas investidas. O corpo não é algo inerte, parado, um elemento que, desde tempos imemoriais, continua a respirar, falar, digerir, movimentar e a ter suas configurações eternamente iguais. O corpo é um produto, um *locus* privilegiado sobre o qual se investe um arsenal de tecnologias políticas cuja finalidade maior é obter, de um lado, a sua modelação e, de outro lado, produzir subjetividades. Trata-se, pois, de um objeto histórico, um “corpo político”, uma vez não se tratar do mesmo elemento nos diferentes estratos em que se possa estudá-lo. Na leitura de Mendes (2006, p. 168),

[para] Foucault, o corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. [...] Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares e de biopolítica. Com isso, o corpo é um ente – com sua propriedade de ‘ser’ –, que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas. (MENDES, 2006, p. 168).

Nessa relação entre corpo e história, entre corpo e política, necessariamente se deve fazer apontamentos sobre esse “adorno” que o recobre nas diferentes épocas. Seria ele também alvo de investimentos do poder? Seria algo neutro ou dotado de valor? Afinal que relações poderiam ser estabelecidas, para além da mera função de cobertura, entre as roupas/a moda e o corpo? Se não se cuida do corpo somente para mantê-lo saudável, mas para estar

pronto para vencer sempre, sendo jovens *ad eternum*, de que forma a moda contribui para que esse objetivo se concretize?

Segundo o ponto de vista de Katz (2008, p. 72) acerca de reflexões empreendidas por Michel Foucault,

[...] o panóptico é transformado nas sociedades disciplinares de controle [...], uma vez que são os discursos que passam a fazer o papel de panópticos entre nós. Um desses discursos, talvez o mais proeminente hoje, seja aquele produzido por uma certa proliferação de imagens sobre o corpo na área da moda, pois a moda que os meios de comunicação divulga revela-se um bom exemplo de discurso fetichista sobre o corpo processador, que o desinveste da potência política à qual lhe pertence.

Em sua secular existência, a moda parece ter exibido relativa liberdade com relação ao corpo, um existindo independentemente da existência do outro, mas “[...] o corpo e as roupas sempre estiveram em ‘diálogo’, o desenho do primeiro influenciando a moda e vice-versa.” (SVENDSEN, 2010, p. 86). Como visto, há falhas nas afirmativas de que o corpo é neutro, sem significado algum, ou que tem algum significado natural; ao contrário, o corpo humano não é apenas profunda e, algumas vezes, chocantemente carregado de significação, como também essas são mutáveis de época para época. “A nudez só diz alguma coisa quando em diálogo com roupas” e, assim como o silêncio pode ser bastante eloquente, e com isso dizer mais até que a verbalização, a nudez também diz, também revela, ou desvela, uma vez que se insere numa cadeia discursiva que, com outros enunciados, mantém um constante diálogo. O corpo, quando despido de toda e qualquer roupa, não é, portanto, um corpo natural, “[...] mas um corpo moldado pela moda: o corpo não é mais ‘natural’ que as roupas que veste.” (SVENDSEN, 2010, p. 88-89).

Sendo assim, “[...] é muito difícil sustentar o argumento de que existe, primeiro que tudo, uma coisa sem significado, que a moda e a indumentária então adornam e conferem sentido [...]”, bem como, por outro lado, sustentar “[...] a idéia de que existe um significado natural ao corpo, que se encontra em qualquer parte e que é sempre o mesmo.” (BARNARD, 2003, p. 40). As modas e as roupas não são, pois, um disfarce a esconder algo dado *a priori*, isto é, a natureza física de um indivíduo, até mesmo porque essa “natureza” está submetida, em grande medida, a regras culturais e políticas. As roupas “[...] reestruturam o corpo, ao omitir ou evidenciar uma ou outra de suas partes [...]” (CASTRO, 2007, p. 13), reescrevem o corpo, dão a ele outras possibilidades de expressão, dado que a percepção que dele se pode ter necessariamente depende das modas que dominam as diferentes épocas. “Nossa percepção do corpo humano é sempre dependente das modas dominantes na época, e nossa percepção das

modas é por sua vez dependente de como são representadas visualmente em pinturas, fotografias e outros meios.” (SVENDSEN, 2010, p. 87).

Em tempos de predominância de um biopoder agindo sobre a população, moda e corpo se entrelaçam na constituição do indivíduo moderno: “A roupa é uma segunda pele que, recobrando a primeira, compõe com ela a aparência final do sujeito.” (CASTILHO; VICENTINI, 2008, p. 133). Parece plausível, assim, admitir que os elementos da moda reconfiguram, (re)atualizam ou reelaboram determinadas partes do corpo, uma vez que o corpo, na concepção de Svendsen (2010, p. 85), “[...] tornou-se objeto de moda especialmente privilegiado. Ele parece ser algo plástico que pode mudar constantemente para se adequar a novas normas à medida que elas emergem.” Mas que modelo de corpo é esse hoje projetado na/pela moda em consonância com seu tempo?

O que se nota, já há algum tempo, como parte dessa biopolítica que procura manter, prolongar, melhorar a vida é um investimento incisivo sobre a ideia de um corpo jovem, de juventude: “Seja jovem!”, “Mantenha sua juventude!” são *slogans* facilmente detectáveis por todo lado e, especialmente, nas publicidades de moda. Dessa forma, usar menos tecido e mostrar mais a pele torna-se uma prática de uma época marcada por uma visibilidade extremada – uma visibilidade potencializada pelos panópticos modernos. A imagem vale como a tradução da realidade e sua validade depende das “qualidades” joviais do elemento físico que ela mostra:

Parece não haver dúvidas acerca do visível na definição de tudo o que concerne aos corpos no Ocidente. [...] Talvez por que, sob a aparente delimitação do visível, de fato, regulam-se em definitivo e são colocadas em jogo, outras dimensões do indivíduo e da sociedade, de espessura mais profunda. Ou ainda porque as tecnologias que interferem na aparência, num certo sentido, e dada a sua crescente e insidiosa sofisticação, liberam o visível da ‘prisão da idade’, fazendo da juventude uma norma de vida e não mais uma categoria de idade. (SOARES, 2011, p. 73-74).

Daí não ser difícil encontrar, por exemplo, uma íntima relação entre a moda e as práticas esportivas, supostamente responsáveis pela manutenção da saúde e da beleza do corpo. Os artefatos atléticos têm sido uma versão recente do que foi a armadura no passado: “A vestimenta semelhante à armadura, agora muitas vezes fabricada com fibras sintéticas e moldada tanto em plástico como em couro, é novamente sensacional.” (HOLLANDER, 2003, p. 73). O *sportswear*, bem como o *streetwear* e o *beachwear*, são lados ou tendências *fashion* que vão ao encontro dessa política centrada na aparência saudável. Na matéria de *Veja* de 15 de maio de 1991 (figura 10), isso se confirma e, uma vez que as peças do universo esportivo são adaptadas ao *look* cotidiano, funcionando como uma segunda pele e evidenciando esse

modelo corpóreo, não é difícil perceber porque motivos *as roupas colantes conquistam as brasileiras*, como sugerido no *lead* da matéria.



Figura 10 – Da Cabeça ao pé. Revista *Veja*, 1991.

De acordo com Laver (2005, p. 270), em seu entendimento sobre a moda que ganha forma a partir da década de 1970:

A moda realçou muito mais as nádegas do que na virada do século ou na década de 30, à medida que o jeans e as calças ficaram mais apertados e todas as malhas eram colantes. As nádegas passaram a ser a mais nova zona erógena, porém o mais importante é a maneira como a moda tornou erótico o corpo esguio e em boa forma. A preocupação com a saúde, as corridas e as caminhadas viraram moda. Os fabricantes de roupas íntimas começaram a confeccionar sutiãs com um mínimo de costuras para proporcionar um acabamento liso e evitar saliências.

Em um contexto como este, as noções de normalidade/anormalidade, decência/indecência, quanto às vestimentas, entram no jogo da historicidade e modificam-se: “A utilização de uma indumentária que deixa à mostra determinadas partes do corpo, ou mesmo a exibição do corpo nu, não é considerada, muitas vezes, tão indecente quanto a exibição de um corpo ‘fora de forma’ e o uso de roupas não condizentes com a forma física.” (GOLDENBERG; RAMOS, 2002, p. 28). Devido a essa moral da “boa forma”, a exposição do corpo exige dos indivíduos, além do controle de desejos e vontades, também o controle de sua aparência física, o que significa dizer que: “O decoro, que antes parecia se limitar à não-

exposição do corpo nu, se concentra, agora, na observância das regras da sua exposição.” (GOLDENBERG; RAMOS, 2002, p. 25).

O discurso da moda atravessado e constituído por meio desses elementos de formações discursivas diversas, no limite, contribui decisivamente na constituição desse modelo de indivíduo. Trata-se de um ser destituído, em tese, da proteção advinda das instituições sociais das quais o liberalismo o desvinculou: “O indivíduo modelado por essa nova mitologia esportiva contemporânea é sempre heroico, é aquele que se arrisca sempre [...], procurando agir sobre si mesmo e não se deixar comandar pelos outros e definindo sua imagem idealizada.” (SOARES, 2011, p. 81). Trata-se, o que já não é novidade, de uma atitude narcísica, que num movimento quase metalinguístico faz o ser se voltar sobre si mesmo, incontáveis vezes, na constituição de si, ou melhor, na constituição de um tipo específico de si:

Novo foco da imitação social, a exaltação do look jovem é inseparável da era moderna democrático-individualista, cuja lógica ela leva até seu termo narcísico: cada um é, com efeito, convidado a trabalhar sua imagem pessoal, a adaptar-se, manter-se e reciclar-se. O culto da juventude e o culto do corpo caminham juntos, exigem o mesmo olhar constante sobre si mesmo, a mesma autovigilância narcísica, a mesma coação de informação e de adaptação às novidades [...]. (LIPOVETSKY, 2009, p. 142).

A invenção do jeans e sua mutação em um tipo de vestimenta que atravessa todas as faixas etárias e camadas sociais é um interessante item a se observar, pois corrobora a ideia da inter-relação entre moda e corpo, de um lado, e mecanismos de controle e disciplinamento, de outro lado, além de estar intimamente relacionada a esse processo de culto à boa forma física e a conformidade da moda a essa realidade. Nessa perspectiva, o jeans, essa peça do vestuário feita com um tecido simples chamado denim, é um bom exemplo de como a moda está à mercê de movimentos que lhe são ao mesmo tempo internos e externos, políticos e sociais, econômicos e culturais.

Expressão das aspirações a uma vida privada livre, menos opressora, mais maleável, o jeans foi a manifestação de uma cultura hiperindividualista fundada no culto do corpo e na busca de uma sensualidade menos teatralizada. Longe de ser uniformizante, o jeans sublinha de perto a forma do corpo, valoriza os quadris, o comprimento das pernas, as nádegas. (LIPOVETSKY, 1999, p. 148 apud CASTRO, 2007, p. 27).

Segundo consta, um velho garimpeiro convenceu o alemão Levi Strauss - coincidentemente de mesma alcunha que o conhecido antropólogo - a fazer calças do tecido

trazido por ele da cidade francesa de Nimes – viria daí o nome denim (“toile de Nimes”). De resistência suficiente para confeccionar até velas de barco, o tecido era tingido de índigo, um corante azul extraído de algumas plantas vindas do oriente, e parecia ideal para os trabalhos em minas. Assim sendo, o jeans irrompe no século XIX não apenas motivado por uma inspiração para o trabalho, como também já apresenta em sua essência a aptidão para alcançar o mundo: “O jeans, na verdade, já começou sua trajetória como um elemento globalizado: é um tecido francês, as primeiras roupas foram italianas, mas o mérito é do alemão Levi Strauss, e o produto virou ‘febre’ no mundo todo.” (CATOIRA, 2006, p. 83).

De garimpeiros a vaqueiros (os cowboys das antigas propagandas de cigarros são prova dessa aderência), logo o jeans é adotado pelo cinema e transforma-se em símbolo da juventude. Na figura 11, essa relação jeans-corpo-juventude pode ser atestada e do enunciado “A revista Time acaba de eleger o jeans Levi’s 501 como o melhor item de moda do século XX” depreende-se a importância desse item para a moda do século XX.

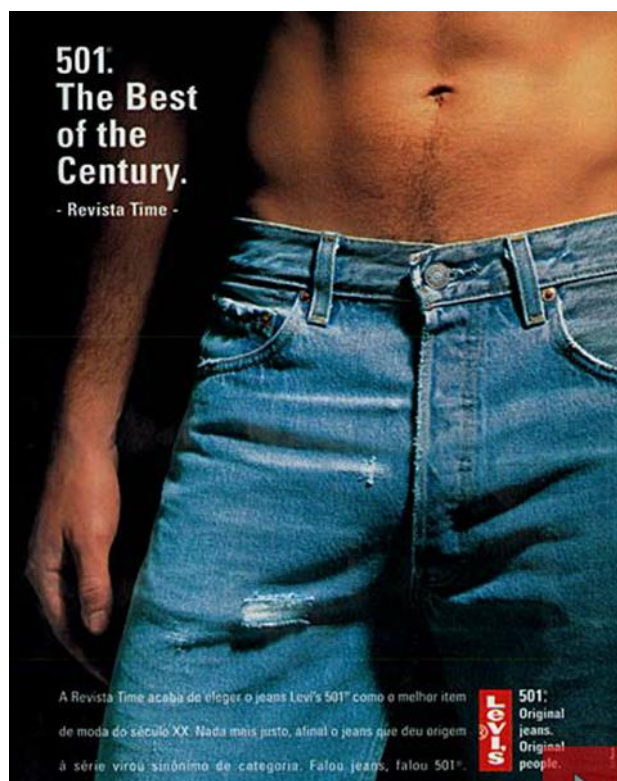


Figura 11 – Levi’s. Revista *Veja*, 2000.

Também os ídolos da música contribuem decisivamente na construção dessa relação entre jeans e juventude. Além disso, o processo de urbanização acelerado do século XX, bem como a sofisticação da ideia de lazer obrigatório também no mesmo século, tornam-se fundamentais para que isso se efetive. Hippies, punks, góticos, *new romantics*, *new wavers*,

rock stars, “mauricinhos e patricinhas”, praticamente todos se renderam a essa peça do vestuário usada inicialmente apenas por pessoas do sexo masculino. Não tardou, até o *prêt-à-porter* aderir ao encanto azul. Nos dizeres de Vincent-Ricard (2008, p. 255), “[...] apenas dois trajes trouxeram uma revolução absoluta à história do século XX: o jeans e o conjunto esportivo. Ambos trajes sóbrios, íntegros, funcionais e neutros.”

Mais que portador de uma certa autonomia, o jeans, transformado em sinônimo da moda jovem que impera no Ocidente, demonstra como as vestimentas e o que emerge como possibilidade nos discursos hegemônicos de cada época estão submetidos aos processos sociopolíticos que lhe são a sua moldura. Uniformizador, modelador, homogeneizador, o jeans, e por extensão a própria moda, não tem vida e significados próprios, mas encontram-se à mercê do verdadeiro, da vontade de verdade que caracterizam as diferentes sociedades identificadas por Michel Foucault.

2 A MODA COMO DISPOSITIVO

“[...] advinha-se que cada “discurso” põe em jogo [...] uma multidão de elementos a cercá-lo: costumes, palavras, saberes, normas, leis, instituições; assim, seria melhor falar de práticas discursivas ou ainda, com uma palavra carregada de sentido [...] de dispositivos”.

Paul Veyne

Dispositivos disciplinares, de poder, de saber, de sexualidade. O termo “dispositivo” aparece, inicialmente, na obra de Michel Foucault na década de 1970, mais precisamente em sua fase denominada genealógica, como relativo a técnicas, estratégias e formas de “assujeitamento” postas em ação pelas relações de poder: “Ele o usa com frequência, sobretudo a partir da metade dos anos 1970, quando começa a ocupar daquilo que chamava de ‘governabilidade’ ou de ‘governo dos homens’” (AGAMBEN, 2009, p. 27). Segundo Revel (2005, p. 39), a partir de então, ou seja, do momento em que a análise feita por Foucault incidirá sobre a questão do poder, “[...] o filósofo insiste sobre a importância de se ocupar não ‘do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos do Estado, das ideologias que o acompanham’, mas dos mecanismos de dominação: é essa escolha metodológica que engendra a utilização da noção de ‘dispositivos’”.

Apesar de ser um instrumental bastante rico e relevante para ser utilizado para os estudos que se desdobram sobre os mecanismos de poder e saber que incidem diretamente no indivíduo, subjetivando-o, parece haver poucos trabalhos que dele se servem. Pretendemos, pois, fazer uso dessa ferramenta teórica na tentativa de entendimento do universo da moda. Dedicar-nos-emos, nas próximas seções, ao enfoque dos aspectos mais relevantes que o termo dispositivo apresenta em Michel Foucault e em outros autores que o seguiram, seja ampliando ou redimensionando essa noção. Dessa forma, nossos questionamentos centrais podem ser sintetizados da seguinte maneira: O que é um dispositivo? De que é constituído? Seria a moda um dispositivo discursivo e, enquanto tal, um campo a partir do qual se constroem indivíduos na/para a sociedade contemporânea?

2.1 Da noção de dispositivo em Michel Foucault e outros autores

A presente seção não tem a pretensão de profundidade e complexidade de forma a esgotar o que o tema exige. Para buscar compreender esse termo, pretendemos realizar uma

revisão teórica de seus principais aspectos em quatro autores: iniciando com Michel Foucault, seu idealizador, e suas considerações, seguiremos com Deleuze e seus fios de entendimento para os dispositivos, finalmente Veyne e Agamben com as atualizações do termo.

2.1.1 A noção foucaultiana de dispositivo

Ao que tudo indica, o uso desse termo no universo conceitual foucaultiano “[...] está ligado à sua utilização por Deleuze e Guattari no *Anti-Édipo* (1972) [...]” (REVEL, 2005, p. 39-40). Daí em diante, ele recebe um tratamento mais preciso, tornando-se, segundo o entendimento de alguns, “[...] um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault.” (AGAMBEM, 2009, p. 27). É, pois, no livro *História da sexualidade I: A vontade de saber* (1999), que Michel Foucault pormenoriza a relação entre dois dispositivos, “de aliança” e “de sexualidade”, e, comentando sobre a obra, diz que dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o *dito* e o não-dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2011b, p. 244).

Ao tratá-lo como uma rede, observa-se uma relação próxima e necessária entre o dispositivo e sua irrupção histórica, o próprio Foucault (2011b, p. 244) afirma que o considera “[...] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.”. Se ‘positividade’ foi o termo utilizado por Hegel para se referir ao elemento histórico, Foucault o toma emprestado, transformando-o posteriormente em ‘dispositivo’, para tratar de uma questão que lhe é particularmente cara: a relação entre os sujeitos e a história, isto é, a relação entre indivíduos e o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. Daí que, avançando um pouco mais, pode-se dizer que:

O objetivo último de Foucault não é, porém, como em Hegel, aquele de reconciliar os dois elementos. E nem mesmo o de enfatizar o conflito entre esses. Trata-se para ele, antes, de investigar os modos concretos em que as positividades (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder. (AGAMBEN, 2009, p. 32-33).

Em consonância com os fatos, a noção de dispositivo substitui a de episteme, utilizada pelo filósofo francês em sua fase arqueológica. Com dispositivo, ele pretende abarcar um

conjunto maior, algo mais geral, mais heterogêneo que o conceito de episteme poderia oferecer: “[...] a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos.” (FOUCAULT, 2011b, p. 246). Com efeito, a episteme, objeto da descrição arqueológica, diz respeito a um elemento estratégico que possibilita a escolha de enunciados que podem ser aceitos num campo científico, permitindo dizer, no interior deste, o que é verdadeiro ou falso; já o “dispositivo”, objeto da descrição genealógica, de acordo com o sentido que lhe é conferido por Foucault, envolve não somente instituições, mas também práticas, isto é, ‘todo o social não-discursivo’:

[...] a arqueologia permitia descrever os discursos das diferentes epistemes (renascentista, clássica, moderna), mas encerrada na ordem do discursivo, não podia descrever as mudanças em si mesmas, somente em seus resultados. Como reconhecerá o próprio Foucault, faltava ao seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo. A essa necessidade responde a introdução do conceito de dispositivo como objeto da descrição genealógica. (CASTRO, 2009, p. 123-124).

Nota-se, nesta citação, que a noção de dispositivo é uma resposta a uma necessidade surgida no interior das pesquisas foucaultianas, quando, em função de novos objetivos, buscou-se escolher tanto os objetos possíveis quanto a maneira de abordá-los e os conceitos para apreendê-los. Como diz o próprio M. Foucault (2011b, p. 246): “Para dizer: eis um dispositivo, procuro quais foram os elementos que intervieram em uma racionalidade, em uma organização.” Assim sendo, “O problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica.” (REVEL, 2005, p. 39-40).

Retomando, pois, o “conceito” formulado por Foucault, exposto anteriormente, pode-se dele destacar e reter alguns pontos:

1. Trata-se de conjunto heterogêneo, que liga, pela própria ideia de rede que encerra, o linguístico e o não-linguístico (“[...] implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não-dito [...]” (FOUCAULT, 2011b, p. 244);
2. Estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos;
3. Cumpre sempre uma função estratégica concreta em resposta a uma urgência num dado momento e se inscreve sempre numa relação de poder;

4. Define-se por sua gênese, para a qual se distingue dois momentos essenciais: um em que há predomínio do objetivo estratégico e outro que se dá a constituição do dispositivo propriamente dito;
5. Resulta das relações entre poder e saber, pois está sempre inscrito num jogo de poder e, concomitantemente, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse;
6. Uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo ou negativo, pretendido ou não, entra em ressonância ou em contradição com outros e exige um reajuste.

Depreende-se do exposto que a noção de ‘dispositivo’ é de grande importância na/para a obra foucaultiana, ou parte dela. Trata-se, dessa forma, de um conceito operacional ou estratégico, que se encontra numa ordem ou contribui na constituição de uma determinada ordem na/para a qual as práticas concretas ou as práticas discursivas são de extrema relevância, pois, de acordo com Gregolin (2007c, p. 91): “[o] conceito de práticas discursivas vem substituir a ideia de *episteme*” e esta, como já mencionado, transforma-se em dispositivos. Por sua vez, Foucault (2010c) observa ser necessário estudar essas práticas, dado que, por meio delas, ocorre o que ele chamou de objetivação do sujeito, isto é, essas práticas fazem de um sujeito o seu objeto, constituindo determinados saberes sobre ele que estão além de uma relação epistêmica. Trata-se também de analisar uma operação de subjetivação que liga o sujeito a uma forma de ser, de comportar, de agir, em suma, a uma determinada identidade. Assim sendo, os dispositivos são também fundamentais, pois agem como “[...] uma chave de entrada para a descrição/interpretação dos processos de subjetivação, que funcionam como efeitos de poder [...]” (NAVARRO, 2008, p. 97).

Os sujeitos pertencem, pois, a certos dispositivos e suas ações se dão e se condicionam neles ou por meio deles. “Pertencemos a dispositivos e nele agimos”, é o que sentencia Deleuze (2005b, p. 92), antes de acrescentar que: “À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo, a nossa actualidade”. Ou seja, a relação entre os sujeitos e os dispositivos é de ordem constitutiva, uma vez que estes encerram, constroem, transformam, modelam aqueles.

Do exposto até aqui, infere-se não se tratar de um termo particular, referente apenas a esta ou àquela tecnologia do poder; ao contrário, trata-se de um termo mais amplo, que corresponde, como já mencionado, à rede que conecta elementos de naturezas diversas, apontando para além dos discursos e articulando elementos heterogêneos, permanecendo, dessa forma, como conjuntos significantes. Por isso não é excessivo dizer que, no momento atual, isto é, nessa fase extrema do desenvolvimento capitalista, e nessa sociedade em que

tudo ou quase tudo passa por um processo de espetacularização, estamos sob a égide de uma volumosa acumulação e proliferação de dispositivos, não havendo “[...] um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.” (AGAMBEN, 2009, p. 42). Talvez essa particularidade a eles relacionada encontre explicação no fato de que as ações de controle e subjugação, obedecendo a estratégias típicas de sociedades de controle, estejam mais sutis, menos reveladoras do poder que engendram. Assim sendo, os sujeitos por eles constituídos acreditam estar no papel de comando de seus desejos e intenções, quando, na verdade, estão inseridos no interior desses dispositivos que os subjetivam.

Chegou-se a pensar que o que Foucault fazia era, por oposição aos antigos dispositivos de soberania, estabelecer o quadro da sociedade moderna com dispositivos disciplinares. Mas não é nada disso: as disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser; e a nossa atualidade desenha-se em disposições de *controle* aberto e contínuo, disposições muito diferentes das recentes disciplinas fechadas. (DELEUZE, 2005b, p. 93).

Mas o que tem isso a ver com a moda e as roupas? Que relação é possível estabelecer entre elementos de natureza tão diversa? Se, num primeiro instante, somos levados a pensar que nada ou bem pouco ligaria tais elementos, numa reflexão mais adiantada, isso implica em pensar a moda nesses termos, pois, agindo sobre os indivíduos e seus corpos, constitui-se como um dispositivo que engendra processos de construção de subjetividades, isto é, processos de subjetivação. Marcada pela efemeridade e pela fantasia estética, a moda é, pois, o “primeiro grande dispositivo a produzir social e regularmente a personalidade aparente, [que] estetizou e individualizou a vaidade humana, conseguiu fazer do superficial um instrumento de salvação, uma finalidade da existência.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 43).

De acordo com tal enfoque, pode-se afirmar que o dispositivo de moda consiste em um conjunto heterogêneo de práticas disciplinares e de controle sobre a população, que envolve elementos diversos, tais como discursos sobre a importância de se vestir adequadamente e de obedecer a regras de combinação voltados a certa uniformização, instituições diversas, prédios e regulamentos, manuais de estilo, etc. Esse dispositivo de cunho disciplinar e de controle populacional produz, então, determinados sujeitos, cujas características de normalidade e adequação parecem suprir a demanda das sociedades de consumo e de controle.

2.1.2 A noção deleuziana de dispositivo

Em um de seus já conhecidos textos, intitulado *O que é um dispositivo?* (2005b), Deleuze articula algumas reflexões sobre o termo, afirmando, já de início, que diversas vezes a filosofia de Michel Foucault se apresenta como “uma análise de ‘dispositivos’ concretos” (DELEUZE, 2005b, p. 83). É possível que o conceito de agenciamento, “[...] que Félix e eu propusemos, o tenha ajudado na sua própria análise dos ‘dispositivos’” (DELEUZE, 2010, p. 83). A partir daí, o autor busca respostas ao questionamento-título de seu trabalho:

É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direcções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a *variações de direcção* – e pode ser bifurcada, em forma de enforquilha – e está submetida a *derivações*. Os objectos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir Saber, Poder e Subjectividade, não possuem contornos definitivos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam umas das outras. (DELEUZE, 2005b, p. 83).

Atente-se, pois, à definição acima. Segundo pode ser notado, o dispositivo consiste, de acordo com a metáfora utilizada pelo autor, numa meada, uma espécie de novelo, cujas linhas “não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos”. Em consonância, pois, com Foucault, tem-se aí o equivalente à noção de rede em que se encontram diferentes e divergentes pontos, constituídos por discursos e práticas discursivas de natureza diversas. Além disso, cada uma dessas linhas pode ser “quebrada e submetida a *variações de direcção*”, o que equivale a dizer que esse “bloco” não é algo homogêneo, um equivalente a estrutura ou a um sistema, mas comporta uma dinâmica a partir da qual seus elementos constitutivos agem e reagem a todo instante; não são eles inertes, parados, previsíveis, mas circulam, bifurcam, dobram, desdobram, criando em seu próprio interior uma tensão e uma circularidade constantes. Isto leva a inferir que o dispositivo não é da ordem da estaticidade, mas do movimento, no qual a tríade saber-poder-subjetividade são antes cadeias de variáveis “que se destacam umas das outras” (DELEUZE, 2005b, p. 83), estão relacionadas entre si.

“Dispositivo” é, assim, um termo operacional complexo cujos elementos que o constituem são de natureza e configurações distintas, não sendo suficiente, para sua apreensão, a mera vontade do pesquisador. Todo um trabalho faz-se necessário para que se possa defini-lo, trabalho este que consiste em desemaranhar as suas linhas, pois, em cada

caso, deve-se “[...] constituir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele [Foucault] chama de ‘trabalho no terreno’” (DELEUZE, 2005b, p. 84). Não se trata, pois, de um dado *dado*, mas um dado construído, ou seja, é percorrendo as linhas de determinado arquivo que se pode determinar uma tal configuração que permita estabelecer a articulação entre poderes, saberes e subjetivações. Sendo assim, um dispositivo em sua essência compõe-se de diferentes dimensões: curvas de visibilidade, curvas de enunciações, linhas de força, linhas de objetivação.

No que se refere a esta característica multilinear, [...] o dispositivo é composto por conjuntos de linhas, curvas e regimes de diferentes naturezas que se mostram transitórias e efêmeras, predispostas a variações de direção e de intensidade. Não são linhas (curvas e regimes) que demarcam limites rígidos de um sistema ou de um objeto; pelo contrário, elas, na verdade, os desestabilizam (tanto o sistema, quanto o objeto) [...]. Essas linhas podem estar em um ou em outro dispositivo (ao mesmo tempo), tornando-os cambiantes entre si; elas são sempre tensionadas pelas enunciações, pelos objetos, pelos sujeitos e pelas forças em exercício (e suas relações manifestas) que o próprio dispositivo produz. (MARCELLO, 2009, p. 231-232).

Quanto às primeiras, as *curvas de visibilidade*, trata-se de uma dimensão que aponta para os elementos que podem (ou não) ser vistos pelo/no dispositivo, ou seja, comportam aquilo que permite (ou não) ser captado através dos feixes de luz lançados pelo/sobre o dispositivo. Nas palavras de Deleuze (2005b, p. 84): “Cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objecto que sem ela não existe.” Essas curvas são, assim, fixadas pelo próprio dispositivo que lhes dão sustentação. Daí a possibilidade e a necessidade de extrair a visibilidade das coisas, pois “[...] a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem do contato da luz com as coisas” (DELEUZE, 2010, p. 124). Tome-se, por exemplo, a loucura, no século XVII, como pode ser vista e o que pode ser dito sobre ela por meio dos enunciados? E, quanto ao hoje, o que vemos e o que dizemos, ou melhor, o que podemos dizer e o que podemos ver?

A dimensão do dizível, que comporta o duplo do visível, aponta para as *curvas de enunciações*. Por meio dessa dimensão (do dizível), tem-se a possibilidade daquilo que é permitido ser dito, ou que efetivamente encontra condições de entrar na *ordem do discurso*, ou ainda que pode ser efetivamente dito por meio de um dispositivo ou no seu interior, em que se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. Isto equivale a dizer que esse nível do dizível faz surgir aquilo que venha a ser considerado X ou Y: uma ciência, uma prisão, um ordenamento jurídico, um movimento social. Se as primeiras colocam seus

elementos no plano da (in)visibilidade, estas últimas lhe inserem no plano do enunciável. Dessa forma, têm-se expostos os componentes essenciais do saber, pois “[...] o saber é um composto de dois elementos, o visível e o enunciado, de tal modo que há diferença de natureza ou heterogeneidade entre os dois, pressuposição recíproca ou disjunção e, finalmente, primado de um sobre o outro.” (MACHADO, 2010, p. 169).

Além das curvas de visibilidade e de “enunciabilidade”, há também as chamadas *linhas de força* e as *linhas de subjetivação*. Quanto àquelas, vale dizer que um dispositivo implica tais linhas de forças uma vez que estas “[...] estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha.” (DELEUZE, 2005b, p.85). Estas linhas, portanto, retificam as linhas de visibilidade e de enunciação, estabelecem suas formas e seus percursos, traçam os caminhos que deverão ser percorridos:

Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito num jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam.. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 2011b, p. 246).

Como é possível notar, essas linhas perpetram todo o dispositivo, de uma ponta a outra, em toda a sua extensão, mesclando-se às anteriores e constituindo o que se entende por “dimensão do poder”. O poder é, pois, a terceira dimensão do espaço interno do dispositivo, que se compõe juntamente com o saber: “O poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas do saber, ou por baixo delas. Por isso, ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de forças, não forma.” (DELEUZE, 2010, p. 126).

As *linhas de subjetivação* surgem na medida em que as linhas de força não podem encerrar os dispositivos em si mesmos, isto é, fechá-los, enclausurá-los, sem que outros vetores os desestabilizem: é nesse momento em que se propõe que as linhas de força se voltem sobre si mesmas, constituindo um domínio de si mesmo: entra em jogo, pois, uma objetivação e, conseqüentemente, uma subjetivação. De acordo com Deleuze (2005b, p. 87): “O <Si Próprio> (*Soi*) não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia.”. Mas o que se pode compreender por meio do termo subjetivação?

Um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a “pessoa”: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento [...]. É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder. (DELEUZE, 2010, p. 128).

A noção de ‘dispositivo’ funciona, assim, como uma espécie de ferramenta ou de “chave de entrada” para a descrição/interpretação dos processos de subjetivação. Reposicionando o pensamento foucaultiano por meio do pensamento deleuziano, é possível dizer que: “Um dispositivo é algo que, numa sociedade, permite ver sem ser visto, tal como ocorre como o dispositivo da prisão; é algo também da ordem do enunciável, ou seja, possui um regime de enunciação. [...] nós pertencemos a certos dispositivos e nele agimos.” (NAVARRO, 2008, p. 97). Entretanto, a relação consigo, que subjaz aos processos de subjetivação, não se reduz à ordem da visibilidade, da enunciabilidade, ou mesmo da sistematização das forças – embora, em grande medida, seja uma derivação destas. Essa relação consigo traduz uma luta agonística que o sujeito trava consigo mesmo com vistas à produção de si.

Finalmente, podem ser acrescentadas, ainda, a essa lista de forças que atuam num dispositivo, as chamadas *linhas de ruptura ou de fissura*. Como todo poder evoca uma resistência, é possível pensar também que, nos limites dos dispositivos, as linhas de ruptura são como flechas que apontam para uma mudança de *status* e, com isso, para outras esferas, outros dispositivos: “[...] produções de subjectividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutro, sob outras formas que hão-de nascer.” (DELEUZE, 2005b, p. 88). Elas são linhas históricas, bem como as demais, dado que os dispositivos se traduzem por sua condição de novidade e criatividade, por seu poder transformador e de se transformar, de romper com seus próprios limites. Nesta condição, essas linhas produzem novos terrenos em que se articulam saber-poder-subjetividade, e por tal razão podem suscitar e indicar um dispositivo futuro.

Diante do que foi dito, duas consequências se delineiam no horizonte dessa concepção de dispositivo: repúdio aos universais (seja de um sujeito fundador, de uma razão ou mesmo de uma catástrofe) e desvinculação do eterno para apreensão do novo. De fato, quanto aos universais, estes não dizem nada ou nada explicam e, se dizem alguma coisa, é porque estão no interior de um dispositivo, o que leva a crer que, antes, carecem também de explicação: “O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação, imanentes a

dado dispositivo.” (DELEUZE, 2005b, p. 89). A própria noção de sociedade, dado o seu *status* de universal, necessita, seguindo esse raciocínio, ser repensada já que: “Para um foucaultiano, ao contrário, a sociedade, longe de ser o princípio ou o termo de toda explicação, precisa ela própria ser explicada; longe de ser última, ela é o que dela fazem a cada época todos os discursos e dispositivos de que ela é o receptáculo.” (VEYNE, 2011, p. 45).

É nesse sentido que Agamben (2009, p. 33-34) propõe que:

Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes [...] a rede (*La réseau*) que se estabelece entre estes elementos.

A outra consequência é a que se relaciona ao novo, isto é, que se volta para a novidade ou atualidade. Isso não pressupõe nem que se busque remontar uma origem, de onde (quase) tudo emanaria, muito menos uma pretensa originalidade. O novo de que fala Deleuze, não se liga, ou melhor, não “[...] designa a moda, mas, pelo contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos.” (DELEUZE, 2005b, p. 91). Na perspectiva foucaultiana, no que tange ao problema da enunciação, para ficar em uma de suas formulações mais intrigantes, o pensador francês afirma a regularidade das enunciações em detrimento de sua “originalidade”. Dessa forma, quando refuta a suposta originalidade do enunciado, Michel Foucault

[...] pretende dizer que a eventual contradição de dois enunciados não basta para os distinguir, nem para marcar a novidade de um em relação ao outro. Porque o que conta é a novidade do próprio regime de enunciação, que pode compreender enunciados contraditórios. (DELEUZE, 2005b, p. 91).

Novidade, criatividade, atualidade, esses são, pois, o substrato de todo dispositivo. A novidade e a criatividade apontam para a peculiaridade inerente ao dispositivo de se transformar, de se reordenar, de se fissurar em proveito de um outro dispositivo. Tal novidade aponta para o que pode ser visto como a sua atualidade.

O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do actual*. A história é o arquivo, é o desenho do que somos e deixamos de ser, enquanto o actual é o esboço daquilo em que nos vamos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o actual é esse Outro com o qual coincidimos desde já. (DELEUZE, 2005b, p. 92-93).

Em resumo, Deleuze trata o dispositivo como um conceito operatório multilinear, pautando-se em linhas de força formadoras dos três grandes eixos: “[...] a especificidade da filosofia de Foucault está na existência de três ‘direções’, três ‘dimensões’, três ‘eixos’, três ‘linhas’ que caracterizam sua problematização do pensamento [...]” (MACHADO, 2010, p. 163). O primeiro diz respeito ao saber ou à constituição de uma rede de discursos por meio de enunciados – o plano do dizível e do visível (uma arqueologia do saber); o segundo refere-se ao poder, cuja direção aponta para as relações e disposições estratégicas entre os elementos constituintes do dispositivo (uma estratégia do poder); finalmente, o terceiro eixo diz respeito à subjetivação, ou, grosso modo, à produção de sujeitos (uma genealogia do sujeito ou da subjetivação). Esses eixos, como se nota, são coincidentes com as dimensões do próprio trabalho de M. Foucault.

2.1.3 A noção de dispositivo em outros autores

Se, para M. Foucault, o dispositivo é um conceito que pode ser explicitado pela via metafórica de uma “rede de nós” e, para Deleuze, de “feixes de luzes” ou “linhas de um novelo”, em outros autores processo semelhante de figurativização também ocorre. Na concepção de Paul Veyne (2011), os dispositivos/os discursos são aquários no interior do qual os sujeitos se encontram presos e, de sua perspectiva, enxergam e dizem o que lhes é possibilitado ser visto ou dito:

Como não podemos pensar qualquer coisa em qualquer momento, pensamos apenas nas fronteiras do discurso do momento. [...] Para mudar de metáfora, sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes; como os discursos são incontornáveis, não se pode, por uma graça especial, avistar a verdade verdadeira, nem mesmo uma futura verdade ou algo que se pretenda como tal. (VEYNE, 2011, p. 49).

Diante desta formulação, convém, primeiramente, esclarecer que, para o autor, o discurso é em si mesmo parte do dispositivo, é imanente a ele: “[...] o discurso faz a singularidade, a estranheza da época, a cor local do dispositivo.” (VEYNE, 2011, p. 54). Cada discurso põe em jogo uma multiplicidade de elementos que o cerceiam e, ao mesmo tempo, “[...] se vê implicado pelas leis penais, nos gestos, nas instituições, nos poderes, nos costumes e até mesmo nos edifícios [...] e formam o que Foucault chama de dispositivo.” (VEYNE, 2011, p. 20). Assim, há uma relação próxima entre discursos e dispositivos, o que possibilita, inclusive, dizer que um implica o outro, pois é nas fronteiras históricas dos discursos que é

possível encontrar os limites dos dispositivos: “O dispositivo mistura, portanto, vivamente, coisas e ideias (entre as quais a de verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas etc. O discurso impregna tudo isso.” (VEYNE, 2011, p. 57)

É importante notar, nesta ideia acerca da noção de dispositivo, sua umbilical relação com a de história, isto é, a mútua dependência entre ambas e, ao mesmo tempo, a marcante presença de uma na constituição da outra. Como já foi dito anteriormente, o próprio Michel Foucault (2011b) já compreendia essa interdependência, pois considerava o dispositivo como um tipo de formação que, em certo momento histórico, se constituiu como resposta a uma urgência. Disso decorre que os dispositivos não são um acidente, ao contrário, eles cumprem uma função eminentemente estratégica. Se, de fato, só se faz o amor ou a guerra de seu tempo é porque tanto o pensar quanto o agir se dão no interior desse aquário, dentro do qual os sujeitos se inserem em suas práticas e a partir do qual são disponibilizados os campos de visibilidade e enunciabilidade de cada momento, de cada época.

Sem cair em determinismos, pode-se afirmar que isso só pode ser assim, dado que, infelizmente, “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2009a, p. 50). Para ficar num exemplo pautado nas análises foucaultianas: “No século XVIII, o médico ainda perguntava: ‘o que você tem?’. A modernidade começa, na medicina, quando a pergunta muda para: ‘onde lhe dói?’” (TERNES, 2009, p. 149). No primeiro caso, o dispositivo e a época só permitiam o olhar pautado, segundo Foucault (2007), no infinito da representação; no segundo, ao contrário, a época e o dispositivo permitem ver sob um outro ângulo, isto é, a partir de uma analítica da finitude.

Não por outro motivo, e indo um pouco mais fundo na questão, Paul Veyne (2011, p. 169) afirma que:

O dispositivo é menos o determinismo que nos produz do que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem nosso pensamento e nossa liberdade. Estes se ativam contra ele na medida em que o próprio dispositivo é ativo; trata-se de um instrumento “que tem sua eficácia, seus resultados, que produz algo na sociedade, que está destinado a ter um efeito.”

Dessa forma, discurso, dispositivo, devir histórico estão imbricados de tal modo que reside exatamente nisto o papel do analista: procurar estabelecer a rede de relações que liga um ao outro, constituindo, assim, as regras de formação dos enunciados. Nesse exercício, ganham forma as relações de saber-poder na produção de subjetividades. Esse saber, como já foi dito, é frequentemente utilizado pelo poder, que do mesmo modo lhe presta seu auxílio, o

que não equivale a tomar “[...] o Saber e o Poder como uma espécie de casal infernal, mas de precisar a cada caso quais foram suas relações e, em primeiro lugar, se as tiveram, e por que vias. Quando as têm, eles se veem num mesmo dispositivo e se auxiliam mutuamente [...]” (VEYNE, 2011, p. 55).

Vale aqui a ressalva de que tudo isso pode levar ao pensamento de que o termo em questão é apenas uma troca terminológica para a noção de sistema ou algo equivalente à estrutura. Trata-se de uma falácia tal raciocínio, pois, em nota explicativa, afirma Veyne (2011, p. 35): “A palavra ‘dispositivo’ permite que Foucault não empregue ‘estrutura’, evitando qualquer confusão com essa ideia então na moda e bastante confusa.” Acrescente-se a isso que, para Foucault (2011b), o dispositivo é um termo que define uma rede de natureza instável, na qual há mudanças de posição e modificações de função, bem como um duplo processo: o de “sobredeterminação funcional” em que qualquer efeito, negativo ou positivo, incide sobre outros efeitos e “[...] exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente [...]” (FOUCAULT, 2011b, p. 245) e o de “preenchimento estratégico” em que é reconduzido a outras esferas ou reutilizado com finalidades diversas das que até então lhe serviram. Vê-se com isso, que a estaticidade inerente à noção de estrutura não encontra equivalente na noção foucaultiana em questão.

Além disso, outro equívoco consiste em equiparar o termo em questão com a noção de infraestrutura ou mesmo de ideologia. Tais noções não são intercambiáveis, pois:

Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos e justificar sua dominação. [...] Longe de serem ideologias mentirosas, os discursos cartografam o que as pessoas fazem e pensam, e sem o saber. (VEYNE, 2011, p. 50-51).

Sendo assim, retomando os fios do novelo, ao mesmo tempo em que um dispositivo constitui determinados objetos (loucura, carne, sexo, ciências físicas, moda), ele “[...] faz do *eu* de cada um certo sujeito” (VEYNE, 2011, p. 179). É nisso que, de certa forma, se baseia Agamben (2009, p. 41) quando afirma existirem os seres vivos (ou as substâncias), os dispositivos e, entre os dois, como terceiro, os sujeitos: “Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os vivos e os dispositivos.” Sem os discursos e os respectivos dispositivos que os sustentam não haveria os objetos do conhecimento, nem tampouco a subjetivação que faz dos seres humanos sujeitos de seu

tempo, mesmo porque “[...] não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época.” (VEYNE, 2011, p. 179).

Levando isso adiante, do ponto de vista da moda, por exemplo, não é possível ser totalmente o que se quer ser, de ter o seu tão propalado estilo. Apesar de, no plano linguístico, serem produzidos enunciados que afirmam e corroboram tal ideia, no plano discursivo, o que se percebe é um controle sobre a população que, diante de alguns itens que são postos a sua disposição (imbuídos da falsa ideia de que são em grande quantidade), é orientada, de forma sutil, frise-se bem, a adotar determinados comportamentos sem que tome ciência disso. Não se pode ser qualquer sujeito, essa possibilidade já está dada pela rede que configura o dispositivo: “Em toda parte do mundo, o que é considerado verdadeiro num dispositivo tem o poder de fazer-se obedecer e forma os sujeitos humanos para a obediência [...]” (VEYNE, 2011, p. 153).

O fato é que, segundo evidências, a perspectiva adotada por Agamben (2009, p. 40-41) parece bastante plausível e necessária se faz uma generalização, ou melhor, uma ampliação do conjunto de dispositivos existentes para, a partir disso, considerar como tal

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar.

Como algo característico desse momento histórico, há, pois, uma proliferação de dispositivos que incidem sobre os corpos dos indivíduos, procurando subjetivá-los. Também é possível prever que “[...] hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.” (AGAMBEN, 2009, p. 42). Os cidadãos das democracias pós-industriais executam, assim, o que lhe é designado e, até mesmo sem que se tenha consciência, deixa que os seus gestos cotidianos, como seu lazer, sua saúde, seus afazeres, sua alimentação, seus desejos, suas roupas sejam comandados e controlados por dispositivos que atuam, diante de um biopoder, até nos mínimos detalhes.

Sob essa perspectiva, a moda, desde que se assentou no Ocidente, tem funcionado como “[...] um dispositivo social caracterizado por uma temporalidade particularmente breve, por reviravoltas mais ou menos fantasiosas, podendo, por isso, afetar esferas muito diversas

da vida coletiva.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 25). Pautada no efêmero e na “fantasia estética”, ela pode ser considerada como o primeiro grande dispositivo a produzir socialmente, e com regularidade, a personalidade aparente, o que leva a pensar que “[...] a moda estetizou e individualizou a vaidade humana, conseguiu fazer do superficial um instrumento de salvação, uma finalidade da existência.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 43).

2.2 A tríplice aliança do dispositivo

O tratamento que Michel Foucault deu à temática do sujeito mantém um vínculo estreito com o poder e o saber. Segundo Veiga-Neto (2007, p. 130), “[...] poder e saber se entrecruzam no sujeito, seu produto concreto.” Dessa forma, dado que é no interior de dispositivos que esses elementos ganham forma, torna-se imperativo pormenorizar cada uma das partes que compõem essa tríplice aliança de um dispositivo.

2.2.1 Saber

N’*Arqueologia do Saber*, Michel Foucault estabelece as bases que o levaram a pensar e formular seu método arqueológico. Nela, encontram-se alguns de seus postulados e um amplo arsenal de ideias a respeito de termos e expressões por ele utilizados. Além disso, rebatendo toda uma tradição que impera(va) no universo da pesquisa, estabelece diferenciações entre o seu trabalho e o de algumas das correntes que domina(va)m a cena acadêmica. É nesse sentido que ele, diferenciando a arqueologia da história das ideias, afirma: “Enquanto a história das ideias encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no elemento do conhecimento [...], a arqueologia encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no saber [...]” (FOUCAULT, 2009a, p. 205). É, pois, sobre esse elemento chamado saber, esse elemento alvo ou o objeto da sua arqueologia, que M. Foucault se desdobra na primeira fase de seus estudos e, explicitando-o, assim o define:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. (FOUCAULT, 2009a, p. 204).

Primeiramente, do exposto acima, depreende-se uma implicação essencial entre ciência e saber, já que este parece tratar de algo indispensável à constituição daquela. Mas, apesar dessa suposta evidência, o próprio filósofo admite não ser esta relação de exclusividade, exclusivista ou mesmo de exclusão, já que: “Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido) [...]”. Na citação foucaultiana, ganha relevância o fato de o saber, para receber tal *status*, não ser exclusiva e/ou obrigatoriamente de ordem científica: se são indispensáveis à constituição das ciências, não são, em sua existência, destinados necessariamente a fazê-las surgir. Dessa forma, saberes de outra ordem também concorrem com aqueles alçados ao ordenamento científico e, nesse espaço, a arqueologia encontra um território bastante fértil: “Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas.” (FOUCAULT, 2009a, p. 205).

Mesmo que alguns considerem que, para Foucault, “[...] os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda dos das ciências não são saberes [...]” (POSSENTI, 2009b, p. 170), talvez fosse mais sensato, e numa visão mais extensiva, entender esse saber ao qual o autor se refere não pertencendo apenas ao campo científico, apesar de ter nele um de seus maiores expoentes, mas se referindo também a outras instâncias que fazem uso de outros expedientes diferentes daqueles típicos das positividades: ficções, reflexões, narrativas. O que não se admite – e Foucault é claro quanto a isso – “[...] é a existência de saberes sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.” (FOUCAULT, 2009a, p. 205). Isso quer dizer que, apesar da íntima relação com as práticas, é preciso que se trate de certas práticas e não de quaisquer práticas.

Além disso, vale destacar da citação foucaultiana a regularidade necessária à formação de um saber. Essa regularidade, longe de constituir o oposto, a antítese da dispersão que é característica do universo discursivo, é sua dobra, o substrato que lhe é próprio. Apesar de operar numa dispersão, um saber se constitui através de práticas regulares no interior dos discursos. Com efeito, é no interior dos discursos, ou mais precisamente, no interior dos dispositivos nos quais e/ou por meio dos quais os discursos se efetivam e os saberes emergem. Não se pode esquecer, finalmente, que o saber é aquilo “de que podemos falar”, isto é, parte-se da constatação de que não se pode falar qualquer coisa em qualquer circunstância, mas aquilo que é possibilitado pelos discursos, aquilo que se vê aparecer nas práticas discursivas, definidas por seus objetos, pelas modalidades enunciativas, pelos conceitos e pelas estratégias, que constituem os saberes.

Isto requer que sejam feitos necessariamente alguns apontamentos sobre o saber e o conhecimento. De acordo com a explicação de Veiga-Neto (2007, p. 43-44):

É só a partir d'*As palavras e as coisas* que Foucault vai se ocupar com uma arqueologia “do conhecimento” ou, talvez melhor dos saberes. O filósofo usa *saberes* no sentido de teorias sistemáticas, que se manifestam por meio de discursos científicos tidos por verdadeiros, positivos e, por isso, aceitos e tomados em toda a sua positividade. Resumindo e simplificando: percepção e conhecimento são “modos” de saber.

Em uma das conferências ministradas em território brasileiro, posteriormente organizadas sob a forma de livro e intituladas *A verdade e as formas jurídicas*, Michel Foucault (2011a, p. 16), referendando o pensamento de Nietzsche, afirma que o conhecimento foi inventado e, assim o sendo, não possui uma origem: “Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem”, não estando “[...] em absoluto inscrito na natureza humana.” Não sendo um dos instintos humanos nem mesmo tendo se originado neles, o conhecimento é concebido como “[...] o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos.” Esse algo que se produz a partir do afrontamento entre os instintos denomina-se, pois, conhecimento.

Paralelamente a isso, ainda segundo a visão nietzschiana apresentada por Foucault, não há nenhuma semelhança ou afinidade pré-existente entre o conhecimento e as coisas a conhecer: “Temos, então, uma natureza humana, um mundo, e algo entre os dois que se chama conhecimento, não havendo entre eles nenhuma afinidade, semelhança ou mesmo elos de natureza.” (FOUCAULT, 2011a, p. 18). Daí que o conhecimento, longe de ser identificação ou percepção, só pode ser esse ato arbitrário, de violência e poder, efetivado sobre as coisas a conhecer, sobre o mundo que circunda o humano:

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento. (FOUCAULT, 2011a, p. 23).

Ao colocar o conhecimento nesse plano, Michel Foucault o transporta para o plano do histórico, subtraindo-lhe toda a possibilidade de ser transcendental, universal ou natural. Dessa forma, o próprio conhecimento se presta a si mesmo, voltando-se para a atitude de conhecer: “O conhecimento é um efeito ou um acontecimento que pode ser colocado sob o

signo do conhecer.” (FOUCAULT, 2011a, p. 24). Tal conhecimento traduz, assim, uma profunda relação com o próprio discurso já que, para o filósofo francês é preciso “[...] conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas [...]” (FOUCAULT, 2009b, p. 53).

Do exposto, tem-se que o conhecimento identifica-se com o processo de apoderamento que o sujeito efetiva sobre as coisas a conhecer, mas também corresponde à “[...] constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende [...].” No que diz respeito aos saberes, eles se referem ao “[...] processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer.” (REVEL, 2005, p. 77). Entre ambos, a relação não é de uma mera somatória, isto é, os saberes não são um simples acúmulo de conhecimentos:

O saber não é uma soma de conhecimentos, porque desses se deve poder dizer sempre se são verdadeiros ou falsos, exatos ou não, aproximados ou definidos, contraditórios ou coerentes. Nenhuma destas distinções é pertinente para descrever o saber, que é o conjunto de elementos (objetos, tipos de formulação, conceitos e escolhas teóricas) formado a partir de uma única e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária. (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p. 394).

Como já mencionado, o saber é da ordem do discurso, o que equivale a dizer que está sob o jugo histórico. Nas palavras de Deleuze (2005a, p. 60), “[...] na verdade, não há nada antes do saber, porque o saber, na nova conceituação de Foucault, define-se por suas combinações do visível e do enunciável próprias para cada estrato, para cada formação histórica.” Práticas discursivas de enunciados e práticas não discursivas de visibilidade: são essas práticas os elementos constitutivos do saber. Isto condiciona de forma indelével seus procedimentos, que à mercê dos movimentos da história, sofrem mutações em consonância com as transformações das sociedades ocidentais, isto é, diferentes formas de ‘poder-saber’: a *medida* (relativa à sociedade grega), a *inquirição* (ligada à sociedade medieval) e o *exame* (relacionado às sociedades industriais). Quanto ao exame, em especial, de grande importância para as noções de governamentalidade e de controle social, “[...] implica um tipo de poder essencialmente administrativo que ‘impôs ao saber a forma do conhecimento: um sujeito soberano tendo função de universalidade e um objeto de conhecimento que deve ser reconhecível por todos como já estando ali’” (REVEL, 2005, p. 78).

Feitos esses apontamentos sobre a relação entre conhecimento e saber, torna-se possível pensar em outra relação, a que se dá entre saber(es) e poder(es). Se Foucault considera o poder como algo plural, quanto ao saber, seguindo o caminho por ele aberto, seria melhor considerá-lo também de forma plural, ou seja, os saberes. Assim, pode-se dizer que há saberes de naturezas distintas, sejam científicos, filosóficos, cotidianos, enfim, uma pletera dessas práticas alçadas, ou melhor, imbuídas do *status* de saber. Entre esses dois elementos não há necessariamente oposição, não se trata do aparecimento de um sob as cinzas do outro, ou ainda que um ocupe a posição de salvador, enquanto o outro, de alienador. De forma diversa, Foucault pensa o poder e o saber imbricados, sendo sensato admitir, inclusive, que este é produto daquele:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão intimamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2002, p. 27).

Seguindo esse raciocínio, não é possível entender o saber como algo neutro, ele está essencialmente ligado à temática do poder, porque “[...] o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de saber que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação.” (REVEL, 2005, p. 78). Mas se o saber necessita do poder, a recíproca é também e necessariamente verdadeira: um poder só se sustenta a partir de um saber que produz, ou seja, “[...] não há uma relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.” (MACHADO, 2011, p. XXI). E, nessa via de mão dupla, deve ser levada em conta não apenas o modo pelo qual

[...] os indivíduos tornam-se sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual se acaba por exigir que os sujeitos produzam um discurso sobre si mesmo [...] a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos saberes, o campo de aplicação de um biopoder. (REVEL, 2005, p. 78).

Nesse sentido, é importante enfatizar que o ato de vestir-se, essencialmente ligado ao objeto de pesquisa moda, “[...] assim como outros elementos da cultura, como comunicar-se

ou alimentar-se, requer um aparato de técnicas e habilidades que são socialmente aprendidas” (CASTRO, 2007, p. 15), ou seja, é algo da ordem dos saberes, posto que se trata de um processo pelo qual o sujeito modifica-se/é modificado durante a atividade de conhecer, à qual se sujeitam e, por meio dela, se transformam. Vestir-se, então, é uma prática que requer técnicas e habilidades e, por isso, envolve normas culturais e expectativas em relação ao corpo (CASTRO, 2007), podendo, neste sentido, ser entendido, para além de uma técnica corporal, como um saber no sentido arqueológico do termo.

Operando com base nos postulados de Michel Foucault, importa admitir também que da correlação entre saber e poder emergem as subjetividades, ou mesmo a figura denominada sujeito. Nessa direção, o filósofo explica, em *As palavras e as coisas* (2007), a fissura que corresponde à passagem da idade clássica e sua ordem representativa do mundo para a idade moderna com sua historicidade e sua finitude. Nesse campo aberto, aparece uma figura, um sujeito do saber: “[...] o homem, por seu turno, entra, e pela primeira vez, no campo do saber ocidental.” (FOUCAULT, 2007, p. XXI). Dessa forma, as ciências empíricas, sob a ótica arqueológica, são saberes sobre o homem em sua finitude, isto é, em suas positivities expõem o humano em sua relação com o trabalho, a vida e a linguagem. O homem, essa figura com registro de nascimento datado na modernidade, desempenha dupla função em relação aos saberes deste período: por um lado, é parte das coisas empíricas e, com isso, se presta a ser alvo do conhecimento; por outro lado, aparece como fundamento, como o que torna possível qualquer saber.

Esses três objetos que se instituem, respectivamente, no mundo da linguagem, no mundo das trocas e do trabalho, e no mundo da vida, rebatem-se num só: o sujeito. [...] Assim, para Foucault, o sujeito moderno não está na origem dos saberes; ele não é o produtor de saberes, mas, ao contrário, ele é produto dos saberes. Ou, talvez melhor, o sujeito não é um produtor, mas é produzido no interior dos saberes. (VEIGA-NETO, 2007, p. 44).

Cabe acrescentar ainda que, nessa complexa relação entre poder-saber-sujeito, tais elementos constituem-se e, ao mesmo tempo, constitui um ao outro. Assim sendo, o sujeito é necessariamente situado e dependente do saber-poder, que aí jamais se configura como seu titular ou seu soberano. Ancorando-se no eixo prática discursiva-saber e distanciando-se do eixo consciência-conhecimento, Foucault (2002, p. 27) ensina que:

Essas relações de ‘poder-saber’ não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações

fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

Tem-se, então, um campo aberto aos processos de objetivação e de subjetivação marcados pelo poder-saber na constituição dos sujeitos. Já que o modo de objetivação não é o mesmo de acordo com o tipo de saber de que se trata (FOUCAULT, 2010b, p. 235), cabe investigar de que modo esses processos se dão no interior do discurso relativo ao campo da moda.

2.2.2 Poder, biopoder e biopolítica

Na contramão do pensamento filosófico ocidental, Michel Foucault, como já mencionado, evita a oposição entre poder e saber e, seguindo o raciocínio nietzschiano, “[...] busca dissolver esse mito e reconstruir a maneira pela qual, a cada época, o poder político tramou com o saber [...]” (REVEL, 2005, p. 69). Isto leva a propor que, longe de se situarem em campos de oposição, poder e saber ocupam um espaço em comum e determinam-se mutuamente. Nesse sentido, o poder não deve ser visto como algo maligno ou a ele identificado, mas algo produtivo, ou seja, que produz e, acima de tudo, algo a ser exercido: “O poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos”. (FOUCAULT, 2010b, p. 284).

Acrescente-se a isso o fato de, quanto ao poder, Foucault ser (re)conhecido por não ter desenvolvido uma teoria propriamente dita acerca do tema, no entanto, relaciona-se a ele, em contrapartida, uma analítica do poder, “[...] uma série de análises, em grande parte históricas, acerca do funcionamento do poder.” (CASTRO, 2009, p. 323). Tal analítica, diferentemente das concepções mais usuais, concebe-o não como algo que se detém ou que se pode delegar, ou um obstáculo a ser transposto ou ainda algo que adviria de um ponto específico. Nas palavras de M. Foucault (1999, p. 88-89):

Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. [...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou um grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. [...] Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras [...]; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

De acordo com esta noção foucaultiana, o poder não origina no Estado, esse *locus* de onde tudo emana, mas das várias situações e relações cotidianas, as chamadas micropráticas, daí se falar em relações de poder, sejam elas entre pai e filho, professor e aluno, patrão e empregado, marido e mulher etc.: “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.” (FOUCAULT, 1999, p. 89). Além do mais, não é um bem a ser possuído ou um elemento alienável, mas algo que se exerce ou pratica-se, uma rede capilar que a todos incluiria, não lhe sendo possível escapar, isto é: “Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão [...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.” (FOUCAULT, 2011b, p. 183). Trata-se, pois, de algo com elevado grau de produtividade, isto é, que cria ou constrói, e sua ação se volta diretamente sobre o sujeito ou, mais precisamente, sobre o corpo deste.

Isso não quer dizer que, para Foucault, não exista o poder. O que, no entanto, ele considera como tal é uma síntese, um efeito ou mesmo um desdobramento dessa rede de relações em que se cruzam os micropoderes: “[...] efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades. [...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 1999, p. 89). Daí falar em relações de poder, ao invés de poder no singular, uma vez que essas relações “[...] supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder.” (REVEL, 2005, p. 67).

Essas relações de poder não traduzem um foco único de onde emanaria toda a sua força até encontrar o menor elemento dessa rede social, mas, inversamente, emergindo dessas ramificações, diferentes formas de poder constituem-se no âmbito institucional. Partindo dessa analítica ascendente, pode-se afirmar que o Estado não é “[...] uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem.” Mas qual a razão dessa analogia entre poder e Estado? Por que tal associação a ponto de um ser sinônimo do outro? Isso se explica, nas sociedades contemporâneas, porque, segundo Foucault, ocorreu uma “estatização contínua das relações de poder”, isto é, essas relações foram racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado, sejam elas a escola, a família, a igreja, a justiça (FOUCAULT, 2010c, p. 292-293).

Tal poder, que se origina dessas micropráticas, incide em um determinado ponto dessa rede social. Sendo mais específico ainda, é sobre o corpo que toda relação de poder se faz presente, constituindo-o, definindo-o, moldando-o, uma vez que também ele, o corpo, está mergulhado num campo político. Como ensina Foucault, em *Vigiar e Punir*, “[...] as relações de poder tem alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais.” Este investimento político do corpo, quer dizer, essa incidência das relações de poder naquilo que é próprio do humano, o seu corpo, “[...] está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 25); é, assim, como força de produção ou de trabalho, preso a um sistema de sujeição, que o corpo é investido por relações de poder e de dominação. No entendimento de Mendes (2006, p. 168):

[...] o corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. Sintetizando, pode-se dizer que, para Foucault, o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um lócus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares e de biopolítica. Com isso, o corpo é um ente – com sua propriedade de ‘ser’ -, que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas.

Nessa perspectiva, o corpo é alçado ao *status* de força útil se é ao mesmo tempo produtivo e submisso. Essa sujeição pela qual se constitui em força produtiva se dá por aquilo que é chamado de tecnologia política do corpo. Essa tecnologia tem como característica o fato de ser difusa, ou seja, na maioria das vezes, apesar de seus resultados serem visíveis e eficientes, ela não passa de instrumentação multiforme. Também essa tecnologia não está restrita a um lugar específico, seja num tipo de instituição ou num aparelho de Estado. É essa tecnologia que Foucault chama de microfísica de poder, que, “[...] posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos em sua materialidade e força.” (FOUCAULT, 2002, p. 26).

Na análise das relações de poder, Foucault (2010c, p. 290-291) estabelece que, apesar da legitimidade em buscar entendê-las no âmbito das instituições, “[...] é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que seu ponto de apoio fundamental, mesmo que elas tomem corpo e se cristalizem em uma instituição, deve ser buscado aquém.” E onde se situaria esse aquém? Que lugar é esse em que se situam essas relações de poder a ser analisadas? A tais questionamentos, o filósofo responde que tais

relações se enraízam profundamente no nexos social e é no “[...] campo de correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 92), ou seja, é no âmbito das resistências que se deve analisar a questão do poder para que seja possível “cortar a cabeça do rei” e escapar da noção tradicionalmente representada pelo par soberania-lei/político-jurídico, que por tanto tempo dominou o entendimento deste problema no universo do pensamento político. Tal representação do poder já não encontra eco ou fornece respostas suficientes às sociedades modernas, pois,

[...] se é verdade que o jurídico pôde servir para representar [...] um poder essencialmente centrado na coleta e na morte, ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravazam do Estado e de seus aparelhos. (FOUCAULT, 1999, p. 86).

Sendo assim, alguns pontos são considerados para a análise das relações de poder. Primeiramente, deve-se ter em mente o *sistema de diferenciações* que permitem agir sobre a ação dos outros; essas diferenciações, sejam elas jurídicas, econômicas, linguísticas, culturais, são, a um só tempo, condições e efeitos das relações de poder. Segundo, deve-se considerar o *tipo de objetivos* (manutenção de privilégio, acúmulo de lucros, exercício de uma função) perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros. Terceiro, deve-se perceber as *modalidades instrumentais*, isto é, no tocante à instrumentalização, tais modalidades implicam o uso/a ameaça das armas, efeitos da palavra, mecanismo de controle, sistemas de vigilância, dentre outros. Quarto, deve-se levar em conta as *formas de institucionalização*, sejam elas a família, das instituições escolares ou militares, ou mesmo o Estado. Finalmente, os *graus de racionalização*, que estão relacionados ao fato de o exercício do poder não ser um fato bruto, ou um dado institucional, ou mesmo uma estrutura, mas, de acordo com Foucault (2010c, p. 292), algo que se elabora, se transforma, se organiza e se dota de procedimentos mais ou menos ajustados.

Nesse momento, poder-se-ia objetar que essas relações não são imutáveis como se ofereceria a pensar num primeiro momento. Sem dúvida, não são estáticas e perpétuas, mas também estão condicionadas a questões de ordem histórica. Como já mencionado, para Foucault, o poder implica relações, as chamadas relações de poder, que “[...] não são fixas, imóveis ou estáticas; estão sempre em um campo de forças; são relações de força – a propósito, as relações de força são constantes em toda forma de existência de poder, são formas de agir sobre as ações dos outros.” (FERNANDES, 2008b, p. 75). Nas diferentes

sociedades analisadas por Michel Foucault, o poder ou os poderes não são postos em prática de forma idêntica.

Na chamada *sociedade de soberania*, o poder era, antes de tudo, “[...] direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 1999, p. 128), sintetizando, dir-se-ia que o poder nessas sociedades era o “causar a morte ou deixar viver”. Na *sociedade disciplinar*, por sua vez, o comando social é exercido por meio de uma rede de dispositivos, que produzem, regulam e controlam as práticas discursivas:

Consegue-se por para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão/exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a “razão” da disciplina. (HARDT; NEGRI, 2010, p. 42).

Já na *sociedade de controle*, aquela que toma forma nos limites da modernidade, os “[...] mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. [...]. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro [...] e os corpos [...]” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 42). Nessas sociedades ditas “de controle” há, concomitantemente, uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização e de disciplinaridade. Nesse sentido, vale a máxima “o que libera em excesso com uma mão acaba por comprimir sempre mais com a outra!” (LIPOVETSKY, 2005, p. 96).

É na chamada sociedade de controle que toma forma com mais precisão um tipo de poder que Foucault chama de biopoder. Na obra *História da Sexualidade I*, ele diz que “[...] tais mecanismos de poder [...] são aqueles que tomaram em mãos, a partir do século XVIII, a vida do homem na qualidade de corpo vivo.” (FOUCAULT, 1999, p. 86). Trata-se, portanto, de um poder que incide sobre a vida, mas não de seu exterior, mas do/no interior de si mesma, isto é, trata-se de um poder relativo a uma situação na qual o que está diretamente em jogo é a (re)produção da própria vida:

[...] o que se passou no século XVIII, em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, [...] foi nada menos que a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas [...]. O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político. (FOUCAULT, 1999, p. 133-134).

Como se pode deduzir, trata-se de um poder cuja dinâmica torna-o mais sutil e, ao mesmo tempo, mais incisivo. A vida, esse bem humano tão aclamado e almejado, torna-se, pois, seu objetivo, quer dizer, não apenas a sua captura, a sua conquista, mas também seu estímulo, “[...] num assujeitamento dessas potências, mas também num hiperestímulo que mobiliza a vida como um todo.” (BENTES, 2009, p. 195). Por meio de técnicas novas e específicas, intenta-se maximizar a vida, problematizando a questão da saúde e do corpo. Ao se tornar biopolítico, o poder penetra mais profundamente no corpo social e se ramifica por entre os elementos físicos e psíquicos, não apenas do indivíduo tomado isoladamente, mas, principalmente, dos corpos dessa massa controlável de indivíduos denominada população. Nessa perspectiva: “O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade.” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 43).

Foucault fala, assim, acerca de uma anátomo-política do corpo humano e de uma biopolítica da população como duas partes não antitéticas, mas complementares, no processo de configuração do biopoder. Se a primeira está ligada ao corpo tomado como uma máquina passível de adestramento, transformando-se cada vez mais em algo dócil e útil nas sociedades disciplinares; a segunda, já no contexto das sociedades de controle, tem como objeto o corpo vivente, isto é, o “corpo-espécie” tomado como um suporte para os processos biológicos – sejam eles o nascimento, a saúde, a longevidade ou a morte. Tanto as disciplinas do corpo quanto as regulações da população “[...] constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1999, p. 131).

Nesses termos, vive-se, hoje, a era do biopoder, um momento em que, como já dito, o próprio fato de viver vira alvo de controle e intervenção do binômio saber-poder. Nesses termos, é possível falar de uma biopolítica, que se caracteriza como “[...] o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 134). Para além das consequências dessa mudança no âmbito da episteme e da proliferação das tecnologias políticas que se voltam sobre o corpo, vale destacar a importância da norma, que diferentemente da regra ou da lei com seus atributos imperativos, é constituída de funções, sobretudo, reguladoras. Portanto, toma forma nesse momento uma sociedade normalizadora:

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica; as Constituições escritas do mundo inteiro a partir da Revolução Francesa, os Códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que

tornam aceitável um poder essencialmente normalizador. (FOUCAULT, 1999, p. 135).

Ao que tudo indica estamos nos domínios em que se insere a problematização relativa à moda. Nesse momento, caracterizado por tecnologias do poder e políticas da vida, e, acima de tudo, pela normalização, a reflexão sobre o universo *fashion* parece ganhar força, tomar forma e se estabelecer. A produção de corpos estimulados e devotados à vida encaixa-se num projeto de moda que tende a dar suporte a esse poder. Assim, se numa perspectiva das disciplinas, tem-se o espartilho e o uniforme como um sinal da presença e da eficiência de um poder que, sob a égide da vigilância e da punição, vê, mostra e controla o indivíduo tomado como corpo útil e eficiente; numa perspectiva relativa à biopolítica, a proliferação de estilos de vestimentas, desde os mais conservadores aos mais “inventivos”, dos esportivos aos formais, dos clássicos aos modernos, enfim, tudo isso, ao mesmo tempo que oferece um leque relativamente extenso de figurinos a serem utilizados no grande teatro social, aponta para a necessidade de que se estabeleça uma certa norma, um modo de ser adequado àquilo que se espera dos indivíduos, agora não só dóceis e úteis, mas também, em certa medida, fúteis. Dessa forma, “com o biopoder exerce-se um poder sobre a vida e para manter a vida, tipos específicos de vida que se relacionam com tipos de corpos, saberes e discursos, constituindo tipos de sujeito.” (MENDES, 2006, p. 173).

2.2.3 O sujeito na perspectiva da análise do discurso francesa

De acordo com a tradição filosófica que emerge com o racionalismo cartesiano, o homem é um ser que pensa e, por essa razão, existe. A expressão latina *cogito, ergo sum* sentenciar aquilo que pode ser considerado como uma aporia para essa corrente de pensamento: o fato do pensar tornar-se uma evidência do existir. Iniciado pelo filósofo René Descartes, tal racionalismo vem impregnando a cultura ocidental nos últimos séculos e, ainda hoje, sua presença e força são marcadamente vivos nessa sociedade. Dentre outras coisas, percebe-se em tal forma de pensar e ver o mundo que o sujeito é pleno, homogêneo, detentor de sua verdade, uma vez que possui a habilidade de raciocinar. Seu cogito é, portanto, o seu atestado de nascimento, a sua condição existencial humana.

Contraopondo-se a aceções tais como a apresentada acima, a Análise do Discurso irrompe, na metade do século XX, como uma disciplina que investiga o sentido e toma como um de seus tópicos mais caros a questão do sujeito: “A instituição da AD, para Pêcheux, exige uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso num outro terreno em que

intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito.” (MUSSALIN, 2001, p. 105). Para que se compreenda tal noção no âmbito da AD é necessário primeiramente se despir dessas arraigadas pré-conceituações que situam o ser humano como o centro gerador do sentido e de tudo que se refere ao seu pensamento. Segundo Fernandes (2008a, p. 24), “[...] para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado.” E explica o autor que não se trata de indivíduos, pessoas ou seres tomados em sua individualidade, “como um ser empírico que tem existência particular”, mas um ser que tem uma existência no âmbito social e ideológico:

[...] afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um ‘eu’ individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. (FERNANDES, 2008a, p. 24).

No interior mesmo da AD, a noção de sujeito vem sendo tratada de diferentes maneiras de acordo com a fase em que se situa. Nos primeiros trajetos da disciplina, fortemente marcados pela constituição de uma máquina discursiva, o sujeito é tido como completamente assujeitado, isto é, o que diz, fala ou pensa não vem de um indivíduo, mas de uma instituição, de uma teoria ou da ideologia, que interpela e constitui o indivíduo em sujeito. Num segundo momento, a concepção de sujeito sofre algumas rachaduras com a aceitação das teses foucaultianas relativas à formação discursiva e, não totalmente assujeitado, passa a ser tido como uma função. Nesse ínterim, a ideia de dispersão dá o tom da formação discursiva (FD), bem como da aceção do sujeito. Segundo Mussalin (2001, p. 133), “[...] nesta segunda fase, o sujeito, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica.” Seguindo ainda esse percurso histórico pelo qual vem se constituindo a disciplina Análise do Discurso, num terceiro momento, entra em cena a noção de sujeito marcadamente heterogêneo, dividido, clivado, constituído essencialmente pelas diferentes e múltiplas vozes que enunciam nele e a partir dele. Notadamente, isso se dá sob a influência do pensamento bakhtiniano e sua noção de polifonia:

[...] o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos em oposição, que se negam e se contradizem. Ao

considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos. À presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito, na Análise do Discurso, denomina-se **polifonia** [...]. Face à não uniformidade do sujeito, à polifonia constitutiva do sujeito discursivo, temos a noção de heterogeneidade, que, em oposição à homogeneidade, designa um objeto, no caso um ser, constituído de elementos diversificados. (FERNANDES, 2008a, p. 26, grifo do autor).

Esquemáticamente, pode-se dizer que o sujeito, na perspectiva da AD francesa, passa de uma forma-sujeito, isto é, do resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia e sua consequente transformação em sujeito, “não mais bio e psico, mas social” (ORLANDI, 2010b, p. 19), juntamente com os esquecimentos que o mantém preso à crença de que é a origem e a fonte de seu dizer/de seu pensamento, para uma função-sujeito, em que é condicionado pelas diferentes posições que ocupa no interior de um discurso, até chegar num sujeito marcado pela heterogeneidade. Diferente da Linguística, que, em geral, trata-o ora de forma idealizada, ora na condição de falante, a AD coloca-o sob a perspectiva histórica e social, sendo, portanto, um ser sendo e não já pronto e acabado.

Do exposto, tem-se o sujeito, para usar uma expressão já bastante conhecida, não como um dado dado, mas um dado posto, o que leva a pensar que não se trata de algo com existência apriorística, mas construída e reconstruída discursivamente. Nesse processo de constante e eterna (re)construção, emerge a sua complexidade e a sua descentralização, em sua existência dividida entre o “eu” e o “outro”. Nesse contexto epistemológico, ou seja, no âmbito da AD francesa, “[...] os sujeitos resultam de uma ligação da ideologia, inscrita histórico-socialmente, com o inconsciente, que dá vazão à manifestação do desejo.” (FERNANDES, 2008, p. 31).

2.2.3.1 Da noção bakhtiniana de sujeito

Com relação ao pensamento bakhtiniano, percebe-se, desde o início, uma clara oposição ao que se considera como um sujeito monológico, isto é, pautando-se numa concepção de língua como interação e, por isso mesmo, na ideia de que o diálogo é condição da linguagem, Mikhail Bakhtin argumenta ser inconcebível tratar o ser humano fora das relações sociais, das relações que o ligam ao outro. Daí sua oposição às teorias linguísticas que tomam o sujeito como um “ouvinte” ou “entendedor” passivo, em favor de sua constituição por intermédio do dialogismo

[...] o ouvinte com sua compreensão passiva, que é representado como parceiro do falante nos desenhos esquemáticos das linguísticas gerais, não corresponde ao participante real da comunicação discursiva. Aquilo que o esquema representa é apenas um momento abstrato do ato pleno e real de compreensão ativamente responsiva, que gera a resposta (a que precisamente visa o falante). [...] Como resultado, o esquema deforma o quadro real da comunicação discursiva, suprimindo dela previamente os momentos mais substanciais. Desse modo, o papel ativo do outro no processo de comunicação discursiva sai extremamente enfraquecido. (BAKHTIN, 2011, p. 272-273).

Isso pode levar a pensar que, em Bakhtin, tal dialogismo seja sinônimo de um face a face, de uma relação imediata entre dois actantes numa situação de diálogo como comumente é concebida tal noção. No entanto, como observa Mussalin (2001, p. 127):

O dialogismo do círculo de Bakhtin, no entanto, não tem como preocupação central o diálogo face a face, mas diz respeito a uma teoria de dialogização interna do discurso. É nesse sentido que, para Bakhtin, o discurso, cujo dialogismo se orienta para outros discursos e para o outro da interlocução, instaura-se numa perspectiva plurivalente de sentidos, bem como a própria palavra que, pelo fato de ser atravessada por sentidos constituídos historicamente, não é monológica, não é neutra, mas atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada.

Nota-se, pois, que a noção de interação é um dos pontos centrais da teoria do autor russo no que diz respeito ao sujeito. É na relação com o outro (com letra minúscula para se diferenciar do “Outro”, com letra maiúscula), isto é, com o mundo social no qual está inserido, que o sujeito se constitui: “Porque a nossa própria ideia [...] nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento.” (BAKHTIN, 2011, p. 298). Ao constatar que o sujeito dialoga com outros sujeitos e com a realidade social que o circunda, Bakhtin afirma, dessa maneira, a participação ativa e responsiva no processo dialógico do qual aquele faz parte e, por meio dele, se constitui. Esse dialogismo de que trata Bakhtin diz respeito, assim, “[...] às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos.” (BRAIT, 1997, p. 98).

Indo um pouco além, outra característica que é possível depreender das formulações bakhtinianas com relação ao sujeito é de que ele não é homogêneo, mas sim heterogêneo, e, sobretudo, não se encontra acabado, finalizado, origem e final de tudo, mas em processo de construção: “O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos [...] ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias etc. [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 300).

Assim, pode-se dizer que a noção bakhtiniana de sujeito não diz respeito a um sujeito falante, ou seja, “[...] um sujeito empírico, individualizado, que, dada a sua natureza psicológica, tem a capacidade para a aquisição de língua e a utiliza em conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência”, mas sim a um sujeito falando, isto é, “[...] um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórica-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais.” (FERNANDES, 2008a, p. 25-26).

Trata-se, dessa maneira, de um sujeito inacabado ou em construção uma vez que os enunciados que constrói e que o constituem estão num intervalo entre um antes e um depois preenchidos pela presença – mesmo que não seja efetivamente física – de outros com quem dialoga:

[...] o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes mas também aos subsequentes da comunicação discursiva. Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, [...]. esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real [...], não são ouvintes passivos mas participantes ativos da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2011, p. 301).

É por isso que o autor fala em “ato responsável”, que implica não só a responsabilidade, mas também a responsividade. Em *Para uma filosofia do ato responsável*, Mikhail Bakhtin, reiteradas vezes, atesta a necessidade de uma filosofia que aponte para o ato de pensar, um ato sempre singular e que diz respeito a um sujeito único: “Cada um dos meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo [...]”. Isso aponta para o que o autor chama de o não-álibi da existência, no qual se inter-relacionam tanto a responsabilidade quanto a racionalidade: “O ato, na sua integridade, é mais do que racional – ele é responsável.” (BAKHTIN, 2010, p. 44).

Antes, porém, que se cogite a possibilidade de, em Bakhtin, haver um retorno ao sujeito psicológico de que tanto se opôs a própria AD francesa, é necessário que se diga que tanto a sociologização quanto a psicologização não encontram respaldo no pensamento bakhtiniano. Sua obra, em verdade, pode ser entendida como um esforço de superação entre o subjetivismo idealista, cujo interesse recai no ato de fala, de criação individual, como fundamento da língua, e o objetivismo abstrato, cujo foco se volta sobre o sistema linguístico tomado em si mesmo, como se pode depreender dos excertos a seguir:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua [...]. A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. (BAKHTIN, 2002, p. 123-124).

Não existindo nada de subjetivo e de psicológico, resta-nos que as motivações do sujeito não conseguem dar conta do sentido conferido ao pensamento. Talvez se possa deduzir dos posicionamentos de M. Bakhtin que os sentidos e os discursos são da ordem do acontecimento, e, conseqüentemente, da ordem da história. Essa historicidade confere os contornos do espaço ocupado pelo sujeito, bem como o localiza num determinado momento e em relação às vozes que o caracterizam e o constituem. Como disse Possenti (2009a, p. 83) “[...] os sujeitos são *históricos e atuam* [...]”, além disso, “[...] a interação existe e se caracteriza pelo jogo tenso entre o que já houve e o acontecimento circunstancial que ela é, no qual os sujeitos têm um papel que ultrapassa o lugar que ocupam segundo o imaginário.”

2.2.3.2 Da noção foucaultiana de sujeito

Da conjunção entre poder e saber emerge das pesquisas foucaultianas seu tema central: o sujeito. Se Foucault tinha, como ponto de partida, “[...] não o sujeito ou o objeto constituído, e sim os acontecimentos – no sentido deleuziano do termo” (SANT’ANNA, 2011, p. 84), pode-se dizer que é o sujeito o seu ponto de chegada. Mais interessante e significativo que outros tópicos, o sujeito, não o saber ou o poder, constitui, assim, seu foco, aquilo que o acompanha em sua trajetória filosófica: “Meu objetivo [...] foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos.” (FOUCAULT, 2010c, p. 273).

Tradicionalmente, a AD tratou dessa questão por meio da tese do assujeitamento, segundo a qual, na formulação inicial pecheutiana, ele estaria condicionado ou seria interpelado pela ideologia. Opondo-se às correntes que viam no sujeito a fonte de seus dizeres, livres de qualquer interferência, a AD francesa preocupou-se, portanto, em excluir o chamado “sujeito psicológico”, senhor de seus desejos e consciente de seus atos. No entanto, alguns teóricos, inclusive o próprio Michel Pêcheux, colocaram em dúvida se esse sujeito é, de fato, uma mera posição sem nenhum poder sobre o que diz/pensa ou mesmo se é ele que se

materializa por meio do que diz as suas intenções: “[...] se os sujeitos são ‘assujeitados’, como se faz a História?”, questiona Gregolin (2007c, p. 140).

Excluindo tanto as noções psicologizantes quanto as antropologizantes do sujeito e afastando-se das teorias que o tomam como uma posição, Foucault identifica-o a uma função:

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes [...]; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2009a, p. 105).

No que tange a esse ponto, na esteira do pensamento de Foucault, entende-se que, antes de um fundamento dos discursos, o sujeito é uma função discursiva. Não há, pois, um sujeito universal, uma consciência a partir da qual brotariam pensamentos, desejos, ações: “[...] penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito.” (FOUCAULT, 2010b, p. 291). Assim sendo, essa concepção representa ou torna-se uma alternativa produtiva com relação ao marxismo, à fenomenologia e ao existencialismo “[...] que têm a pretensão de dizer o que é o homem e que o sujeito de conhecimento é fundador desse mesmo conhecimento. Esse sujeito [...] não dá conta da linguagem, nem do inconsciente e muito menos de que o sujeito é constituído, e a racionalidade, ela própria, tem uma história” (ARAÚJO, 2008, p. 8). Nas palavras do próprio filósofo:

Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas, que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria *a priori* do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (FOUCAULT, 2010b, p. 275).

Um sujeito-função ou uma função-sujeito? O importante é que, em se tratando de uma função, no âmbito dos enunciados, o lugar do sujeito é vazio, isto equivale a dizer que não há alguém que de direito ou por meios escusos ocupe *a priori* tal lugar e com ele se confunda. Tal lugar pode “[...] ser ocupado por aquele que preencher certas condições, tais como normas institucionais ou jurídicas, ou ter o direito por ser capacitado ou estar apto pelo *status* ou função que ocupa. Essas condições dizem quem pode legitimamente vir a ocupar a posição de

sujeito.” (ARAÚJO, 2008, p. 104). Longe de manifestar um todo homogêneo, centrado e único, essa noção de sujeito como função aponta para a sua dispersão:

[...] as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. [...] O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 2009a, p. 61).

Essa dispersão não diz respeito a possibilidades de, no plano de uma suposta consciência, o sujeito pensar e sentir-se de diferentes maneiras; o entendimento de tal termo diz respeito às diferentes funções que, no interior do discurso, o sujeito pode ocupar e enunciar. De tal maneira que ele está mais para regras anônimas que para uma consciência universal, isto é, um sujeito enquanto função, que toma um lugar não previamente ocupado. É imperativo notar, pois, que o sujeito foucaultiano é um sujeito discursivo, isto é, não se trata diretamente de pessoas, mas de possíveis posições nos discursos, que, como já comentado, são variáveis e diferentes – mas, frise-se, não indiferentes. Assim sendo, no âmbito discursivo, o sujeito não é aquele que pensa e fala: é aquele que não tem uma relação permanente consigo ou, dito de outra forma, é marcado por sua descontinuidade. Exatamente por não ser dono de seus pensamentos, atos e fala, ele não é o senhor do discurso, muito menos um sujeito supra-histórico, por isso, discursivamente, não importa saber quem é o autor da obra ou mesmo de uma formulação, “[...] mas se alguém enunciou algo ele só pôde fazê-lo mediante condições estritas que aparecem no regime regulador dos enunciados de uma época.” (ARAÚJO, 2008, p. 105). Mais uma vez, é o próprio Foucault que nos esclarece nesta passagem que, apesar de extensa, vale a sua menção na íntegra:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. [...] Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço

provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2009a, p. 107-108).

Na concepção do autor d'*Arqueologia do Saber*, ele não é, pois, uma substância, é forma: “[o sujeito] não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma.” Ao pensar o sujeito como forma, Foucault se opõe à tradição cartesiana e, entendendo-a como não idêntica a si mesma, deixa entrever que a questão do sujeito esteja intimamente relacionada à história da forma-sujeito. Não se trata, para ficar num exemplo do próprio autor, do mesmo sujeito quando está votando ou se pronunciando numa assembleia ou quando busca realizar seus desejos numa relação sexual: “Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade.” (FOUCAULT, 2010b, p. 275).

Segundo Revel (2005, p. 84), o pensamento foucaultiano se configuraria como uma crítica do sujeito e um questionamento quanto à maneira como foi tratado pela filosofia, isto é, “[...] como consciência solipsista e a-histórica, auto-constituída e absolutamente livre.” O problema, ou melhor, a problematização que se faz presente em M. Foucault baseia-se numa análise que dê conta da relação sujeito e história. Trata-se, dessa forma, de pensar o sujeito como um construto histórico, como um objeto historicamente constituído a partir determinações que lhe são exteriores: “O sujeito não é dado definitivamente, nem é o portador da verdade, mas alguém que se constitui no interior da história e é a cada vez fundado por ela.” (ARAÚJO, 2008, p. 119).

Isto posto leva a pensar que a produção histórica das subjetividades diz respeito à arqueogenealogia, na medida em que tanto a constituição de certos saberes quanto de certos poderes que incidem sobre o indivíduo e o constituem são determinantes em tal processo.

No curso de sua história, os homens jamais cessaram de se construir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que não nos colocam jamais diante de alguma coisa que seria o homem. (FOUCAULT, 1978 apud REVEL, 2005, p. 85).

Em Foucault, fala-se, pois, de uma constituição dos sujeitos com a utilização de práticas e técnicas que agem diretamente sobre estes, regulamentando as atitudes, os comportamentos, os corpos, fixando-os como uma produção dos discursos:

Essas relações de ‘poder-saber’ não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2002, p. 27).

Não existindo o sujeito como uma essência psicológica, de onde emana toda e qualquer decisão, nem um sujeito individual ou transcendental ou ainda portador de uma essência transcultural, mas sim “[...] um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2009a, p. 61), entra em jogo, pois, a sua subjetivação e, conseqüentemente, a sua objetivação: “A subjetivação consiste justamente no processo constitutivo dos sujeitos, processo de produção de uma subjetividade, que possibilita, em uma acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos.” (FERNANDES, 2008b, p. 78). Na chamada Idade Moderna, no mundo ocidental, podem ser observadas práticas, isto é, mecanismos e processos de constituição desse homem que nele habita: um homem que fala, trabalha e vive, segundo o filósofo francês. Desta forma, os processos, quer de objetivação, quer de subjetivação, configuram procedimentos que, agindo conjuntamente, determinam a constituição do indivíduo moderno:

A questão é determinar o que se deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento; em suma, trata-se de determinar seu modo de “subjetivação”; pois este não é evidentemente o mesmo quando o conhecimento em pauta tem a forma de exegese de um texto sagrado, de uma observação de história natural ou de análise do comportamento de um doente mental. Mas a questão é também e ao mesmo tempo determinar em que condições alguma coisa pode ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela pode ser submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu modo de objetivação, que tampouco é o mesmo de acordo com o tipo de saber em pauta. (FOUCAULT, 2010b, p. 235).

Ao tratar das formas de objetivação e de subjetivação, o que o filósofo busca é entender a constituição do indivíduo moderno. Os modos de objetivação concorrem para a constituição do indivíduo em um “objeto dócil e útil”, enquanto os modos de subjetivação transformam-no em sujeitos. Nessa linha de raciocínio, o termo sujeito “[...] serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação.” (FONSECA, 2003, p. 26). A objetivação e a

subjetivação explicitam a identidade do indivíduo moderno: um objeto dócil e útil, transmutado em sujeito.

Pensando o ‘sujeito’ como algo construído, modelado, fabricado, isto é, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, “[...] é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes.” (GREGOLIN, 2007c, p. 65). Como mencionado, por meio dos dispositivos e suas técnicas é que se constitui o que se chamou de sujeito. Dessa forma, “[...] não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras – práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos ao utilizá-los” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 323).

O ser-saber, o ser-poder e o ser-si (VEIGA-NETO, 2007), esses três eixos - ou esses três domínios - têm em comum a ontologia do presente e, por isso, delimitam o espaço de produção, de fabricação de subjetividades. Nesta articulação, isto é, na relação do saber com o poder, e vice-versa, constituem-se os sujeitos, e nisto reside um dos tópicos fundamentais e exemplares do pensamento do mestre francês. Segundo Larossa (1994, p. 52):

É no momento em que se objetivam certos aspectos do humano que se torna possível a manipulação técnica institucionalizada dos indivíduos. E, inversamente, é no momento em que se desdobra sobre o social um conjunto de práticas institucionalizadas de manipulação dos indivíduos que se torna possível sua objetivação “científica”.

2.2.3.3 *Subjetivação e resistência*

Sujeito, subjetividade, subjetivação. Na teoria de Foucault esses termos são tratados autonomamente, mas, muitas vezes, parecem intercambiáveis. Do que foi exposto anteriormente, necessária se faz, então, uma diferenciação entre tais noções. A *subjetividade* pode ser vista como “[...] um plano de produções histórico-políticas a partir do qual a forma sujeito emerge como efeito” (TEDESCO, 2007, p. 140), isto é, ao falar de subjetividade, fala-se de modos de existências, o que quer dizer, modos de agir, de sentir, de dizer o mundo. No entendimento de Tedesco (2007, p. 141), a subjetividade é percebida “ao mesmo tempo como processo e produto.” Tal subjetividade, para Michel Foucault, é relativa a uma fabricação, uma máquina que envolve práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si. De acordo com Maurice Florence, uma espécie de codinome utilizado por Michel Foucault (as iniciais são as mesmas em ambos os nomes) para redigir o verbete do

Dictionnaire des philosophes, a subjetividade é uma palavra que traduz “[...] a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo” (FOUCAULT, 2010b, p. 236) e, “[...] como processo de produção, tem sua resultante na forma-sujeito com seus contornos facultativos e temporários.” (SOUSA, 2009, p. 312).

Quanto ao termo subjetivação, tem-se aí a designação de “[...] um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade.” Daí falar-se em modos ou processos de subjetivação, o que significaria “[...] os modos [...] que transformam os seres humanos em sujeitos [...]” (REVEL, 2005, p. 82), bem como a maneira pela qual, na relação consigo e por meio de um certo número de técnicas, é possível o indivíduo constituir-se como sujeito de sua própria existência. Essa construção, é bem verdade, não se dá no íntimo e, portanto, a subjetivação não implica entrar na interioridade do sujeito. Ao contrário, “[...] requer apreendê-lo pela exterioridade. Não se trata de uma relação do sujeito consigo mesmo da ótica da interioridade, mas do governo de si.” (FERNANDES, 2008b, p. 79).

E como se situa o sujeito diante de tudo isso? Como (re)age frente a todo esse arsenal que lhe é imposto e diante do qual se sobressai? Há ação do sujeito ou é este uma figura passiva pronta para receber e acatar o que lhe é imposto? Em outras palavras, há algum sinal de liberdade nessa figura que emerge das relações entre os saberes e os poderes? Novamente, na busca por respostas a questões dessa natureza, encontram-se, nas reflexões de Michel Foucault, direcionamentos que afastam a noção de assujeitamento, uma vez que “[...] o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres, enquanto ‘livres’” (FOUCAULT, 2010a, p. 289). De fato, não é possível a existência ou a emergência de sujeitos se não há a possibilidade de liberdade e, conseqüentemente, de resistência; se assim não o fosse, a existência mesma da história seria comprometida, dado que as escansões, as discontinuidades, as rupturas, as falhas, que lhes são características, inexistiriam.

Para Foucault (2010a), a liberdade é, por assim dizer, uma característica constitutiva da subjetivação, isto é, da fabricação dos sujeitos, pois a liberdade é condição para que o poder exista e esse poder, melhor dizer, esse exercício do poder, deve ser entendido como “um modo de ação sobre as ações dos outros”, como “‘governo’ dos homens, uns pelos outros.” Isso pode até parecer paradoxal, mas tal atributo se dissipa se se leva em consideração que, para existir, para produzir seus efeitos, o poder necessita de indivíduos tornados sujeitos; logo, na condição de escravo ou algo análogo não há necessariamente um poder, mas tão somente uma dominação, pois como o mestre francês argumenta:

O problema central do poder não é o da “servidão voluntária” (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, “provocando-a” incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransitividade da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um “agonismo” – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente. (FOUCAULT, 2010a, p. 289-209).

Isso abre espaço para se refletir sobre a noção de resistência, que é de grande valor nas contribuições foucaultianas no tocante à problematização do sujeito. Em uma de suas formulações, transformada praticamente em vaticínio, Michel Foucault estabelece que não há poder sem resistência: “[...] se é verdade que, no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência.” (FOUCAULT, 2010a, p. 293-294). Para ser mais exato, deve-se se falar em resistências, no plural, já que se fala também de poderes ou de relações de poder: “[...] não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande recusa [...]. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos [...]; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.” (FOUCAULT, 1999, p. 91).

Tal entrelaçamento que ocorre entre poderes e resistências opera de forma complexa de modo que um constitui para o outro um limite permanente, um “ponto de inversão possível”. Com relação às resistências, não são um subproduto do poder, ou o seu negativo, mas o seu duplo, “[...] elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível.” Dessa forma, as resistências sonham em se tornar relações de poder, enquanto essas procuram seguir seu próprio caminho ou se opor às resistências e vencê-las. À maneira das relações de poder, as resistências não são distribuídas de modo homogêneo e regular, mas caracterizam-se como pontos móveis e transitórios “[...] que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.” (FOUCAULT, 1999, p. 91-92).

As resistências exemplificadas por Michel Foucault, referentes ao poder do homem sobre a mulher, ou dos pais sobre os filhos, dos psiquiatras sobre os doentes mentais, da medicina sobre a população, afetam “[...] uma forma particular de poder que tem o seu exercício voltado para a vida cotidiana dos indivíduos, na medida em que os classifica em categorias.” (FONSECA, 2003, p. 29).

Em suma, pode-se dizer que a concepção foucaultiana de sujeito é rica, produtiva e condizente com os propósitos deste trabalho. Trata-se de um conceito que aponta para um

dinamismo de sua constituição e atuação na medida em que integra não apenas a sua diversidade e pluralidade, mas também a sua liberdade e a possibilidade de resistência. O sujeito, nessa perspectiva, não se dissocia de sua historicidade e de sua constituição social, mas é no interior desses lugares que é constituído e se constitui enquanto sujeito e, paradoxalmente, enquanto objeto dócil, útil; um ser que vive, trabalha e fala e resiste.

3 SE ESSA MODA PEGA! A MODA EM ANÁLISE

“[...] mas mesmo assim o velho morre assim assim
e o guarda belo é o herói assim assado
por que é preciso ser assim assado.”

Secos & Molhados

Neste capítulo, numa tentativa de fechar o ciclo, objetivamos colocar em prática o arsenal oferecido pela Análise do Discurso, de orientação francesa e base foucaultiana, fazendo-o trabalhar no que diz respeito ao discurso da moda. Assim, buscamos identificar no *corpus* em análise as características do dispositivo de moda, bem como seu funcionamento, instituindo poderes, saberes e sujeitos. Embasando-nos nesse viés teórico-metodológico, as reflexões aqui empreendidas estão centradas em enunciados, essas unidades mínimas do discurso, que, postos em contato com outros enunciados, vale dizer, povoados em suas margens por outros enunciados, constituem, juntamente com as práticas, o dispositivo ora em análise.

Dessa forma, entendemos, em acordo com Fernandes (2008a, p. 69), que “[...] o *corpus* não precisa ser extenso, mas pode ser compreendido como um conjunto aberto de articulação de discursos.” Se, por um lado, o *corpus* não necessita, digamos, de uma certa extensão, até mesmo por não ser possível trabalhar/descrever todo o arquivo de uma época, por outro lado, o recorte desse material precisa ser estabelecido para um afunilamento ou uma delimitação: “[...] a noção de recorte deve ser acionada para sua delimitação, pois um enunciado evoca outros, com os quais dialoga, e transcende a inscrição em uma formação discursiva determinada.”

Assim sendo, na primeira parte da análise o foco recai, em grande medida mas não exclusivamente, sobre uma reportagem extraída da *Veja* (figura 12), e de outros textos encontrados da mídia, por meio dos quais intentamos pôr em suspenso a face democrática da moda, assim como sua atuação na/para a constituição de determinadas subjetividades. Na segunda parte, o texto central, também extraído da revista *Veja*, é uma reportagem (figura 31) que, somada a outros textos pertencentes ao arquivo relativo à moda do qual fizemos um recorte, nos ajuda a mostrar como a moda se imbuí de um poder e está estritamente relacionada ao poder e que num movimento contínuo de idas e vindas o institui e por ele é instituída. Finalmente, na terceira parte, trazemos uma reportagem publicada na revista *Men'sHealth* (figuras 41, 42, 43, 48), por meio da qual enfocamos o saber próprio da moda, construído historicamente e sustentador do poder que a produz.

3.1. Levanta a calça, menino: moda e sujeito

Ao iniciarmos esta seção, temos em mente e procuramos (re)atualizar a ideia de que “[...] todo e qualquer *corpus* tomado para análise apresenta-se-nos como um universo discursivo marcado por instabilidade, que explicita as movências e a inquietude dos sujeitos.” (FERNANDES, 2008a, p. 61). Para que possamos situar e, se possível, entender esse sujeito no interior do universo da moda e, com base no *corpus* em análise, refletir sobre suas características, características essas notadamente marcadas por suas posições e/ou funções, vejamos, de início, esta reportagem da *Veja* de 2008 (figura 12):

Estilo

CAI-NÃO-CAI
Equilíbrio precário: o rapper The Game mostra a classe e combate Ralph Lauren com Louis Vuitton

LEVANTA A CALÇA, MENINO

Polícia, leis, debates, e os Estados Unidos se perguntam: dá para acabar com a moda da cueca de fora?

S eguindo princípios consagrados da moda (não o que pode ser tentado será) e do comportamento juvenil (o que era bonito na geração anterior torna-se estupidamente o seu contrário), o caçoio de fora espalhou-se como vírus de computador nos Estados Unidos. Invenção nos anos 90 pelos jovens do hip hop, popularizada entre negros e brancos americanos e adotada por surfistas, skatistas e rappers em geral, a calça ou bermuda larga na usada lá embaixo, com a mola de baixo transformada em evidente atração, ultrapassa todos os limites do razoável, como se esperava, e provoca até intervenções de vigilantes representativos da lei. Em cidades pequenas de norte a sul, discute-se a proibição do *suggestive* (pendente), como a prática é chamada. Em Flint, Michigan, cidade de 125.000 habitantes e bairros nada inovadores em termos de estilo, o chefe da

polícia, David Dick, resolveu recentemente mandar abordar e eventualmente prender todo e qualquer cidadão com mais da metade da cueca à mostra. E, antecipando-se aos protestos, escreveu cartas, além de vários artigos da Constituição americana: "Essa forma imoral de auto-expressão ultrapassa a liberdade de expressão e chega ao patamar de conduta criminosa".

O modismo suscita duas questões imediatas. Primeiro: calça buxa com cueca aparecendo é feio? Tirando os usuários, o resíduo do planeta concordaria.

de auto-expressão ultrapassa a liberdade de expressão e chega ao patamar de conduta criminosa".

O modismo suscita duas questões imediatas. Primeiro: calça buxa com cueca aparecendo é feio? Tirando os usuários, o resíduo do planeta concordaria.

DÁ ATÉ CADEIA

A ordem da polícia de Flint, Michigan, é punir sem dó quem mostra a cueca sob a calça caído. Há graduações, porém:

Configura	inoralidade	conduta escandalosa	exposição indecente
Pena	advertência	90 a 100 dias de prisão, multa de até 500 dólares	90 a 100 dias de prisão, multa de até 500 dólares

O ATAQUE DOS CUECÕES
Na rua, o fedor do alar andar meio normal, com as pernas para fora, ajuda a segurar a cintura no lugar. No lugar? É feíssimo. Segunda: como é que eles conseguem? Responder que, fora andar pelas ruas com um boqueado de arretimento, seus usuários não parecem fazer nenhuma outra atividade seria entrar para a turma do chefe da polícia de Flint. Portanto, continuamos no campo das grandes ideias filosóficas da humanidade. A moda do *suggestive* surgiu nos colégios, em protesto contra a proibição de cintos. Foi adotada pelos rappers e virou atitude, junto com a cara entezada e o joelho curvado de andar (que, não por acaso, ajuda a impedir que a calça escorregue pelas abaxilas). Nas escolas americanas, o figurino é quase sempre repetido, mas na saída as calças voltam a cair: "Não vejo como se possa manifestar em lei o que a intenção é discriminar e revelar um modo de vestir que se origina na cultura da juventude negra", diz, com toda a seriedade estúpida pelo tema, Debbie Scagraves, diretora da União Americana de Liberdades Cívicas.

No Brasil, cueco de fora é coisa, principalmente, de skatistas, que alegam que calça e bermuda larguíssimas favorecem o esporte: "Apertadas, incomodam na hora de fazer as manobras", argumenta Douglas da Silva Alves, 17 anos, skatista desde os 13. Acidentes, claro, acontecem. Douglas conta que uma vez entrou num ônibus carregando uma sacola em cada mão e, ao posar pela calça, li-se foi a calça. Não será nem uma lei nem uma força policial o que acabará com o *suggestive*. Em Flint e outras cidades, dispostas a acabar com a calça buxa e a cueca de fora, a luta continua, sem muita chance de vitória. Afinal, como se aplicaria uma lei dessas? "pergunta, desarmado, José Torres, prefeito de uma delas, Paterson, Nova Jersey. Resta a esperança de que a moda passe. Afinal, gente infeliz, como aquele corticóide candidato à Presidência, os costumes costumam mudar um pouco mais alta que o reconhecível. E com garantias.

veja | 8 DE ABRIL DE 2008 | 111

Figura 12 – Levanta a calça, menino. Revista *Veja*, 2008.

Num primeiro movimento, o olhar que o analista lança sobre a página busca perceber seus componentes e sua composição: as imagens de diferentes tamanhos, os elementos verbais igualmente diversos, o quadro incrustado no interior do texto verbal. O olhar, então, inicia seu trajeto de leitura, de interpretação ou de produção de sentido voltando-se para os signos expostos no centro da página, local onde se lê: *Levanta a calça, menino*. Está-se diante do título e esse elemento já prenuncia algo que, discursivamente, percebe-se ser característico ou comum no universo da moda, apesar de, linguisticamente, isto é, no nível da língua, as expressões caminharem em outra direção. Alardeia-se que a moda é um dos poucos lugares em que a democracia, de fato, é algo corrente ou costumeiro e, portanto, nela todos encontram

o seu espaço. Trata-se isso de uma verdade ou tal asserção encontra-se no plano das vontades de verdade a que alude M. Foucault? A despeito de tal vaticínio, o que se nota no plano do discurso no qual se deve necessariamente inseri-la é que, ao contrário do esperado, a moda se traduz como um campo que, valendo-se do quadro de diferenças estabelecido por Orlandi (2010b), vai diretamente se ancorar no plano do discurso autoritário.

Segundo a autora, o que caracteriza o discurso “[...] não é o seu tipo, é seu modo de funcionamento.” No que tange a esse *modus operandi*, interessa analisar as propriedades internas relativas ao processo discursivo, que engloba tanto suas condições de existência, quanto a remissão a formações discursivas, bem como seu modo de funcionamento. Assim, tomando por base a distinção entre diferentes modos de funcionamento do discurso, chega-se à tripartição: discurso autoritário, discurso polêmico, discurso lúdico. Quanto ao primeiro, chamado autoritário, trata-se daquele “[...] em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor.” Quanto ao segundo, dito polêmico, é aquele “[...] em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos.” Finalmente, com relação ao terceiro, intitulado lúdico, pode-se considerar como “[...] aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos.” (ORLANDI, 2010b, p. 86).

Em consonância com essa via discursiva, e pensando como Milanez (2006a, p. 26), para quem,

[é] preciso, então, que tenhamos em vista as condições em que aparecem os objetos do discurso, prestando atenção às condições históricas que puderam legitimar aquela fala, naquele lugar, podendo-se dizer coisas diferentes das quais já haviam ali sido ditas, estabelecendo-se assim, relações num domínio de parentesco, significando que não se possa falar de qualquer coisa em qualquer lugar,

vale seguir, de início, o encaixe do imperativo do verbo *levantar*, presente na manchete do texto em questão *Levanta a calça, menino*. Por meio dele, vislumbra-se um ente familiar que ordena que se faça algo ou tome uma atitude, denotando, em grande medida, a própria posição da moda quanto ao que se pretende com os sujeitos-alvo de sua estética. Como uma figura materna ou um tipo de figura materna, repreende sua prole, impinge que algo seja feito, que se comporte de determinada maneira, enfim, que entre nessa ordem do discurso estabelecida. Oscilando entre o autoritário e o lúdico, tem-se na manchete da matéria um sujeito que, do

interior de um poder midiático autorizado e imbuído de autoridade, enuncia em conformidade com os valores sociais produzidos e admitidos como legítimos, apesar de o fazer como quem despretensiosamente aponta uma polêmica: “Polícia, leis, debates e os Estados Unidos se perguntam: dá para acabar com a moda da cueca de fora?”

O discurso consubstanciado no enunciado *Levanta a calça, menino* constitui o próprio sujeito enunciativo, na acepção foucaultiana que toma o sujeito por uma ‘função vazia’, que pode “[...] ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes” (FOUCAULT, 2009a, p. 105), situando-o em uníssono com um coro de outras vozes (BAKHTIN, 2011), que já enunciaram alhures tal qual no texto acima. Reproduz-se ou repete-se, pois, um discurso e, para tanto, lança mão de um registro linguístico que, embora se proponha como transparente, denota posicionamentos social e historicamente marcados, bem como metaforiza, por meio desse registro, o paradoxo da própria situação construída no/pelo texto: uma informalidade formal, uma brincadeira séria, ou ainda, uma ordem pedido.

Cabe, então, em tal situação, levantar alguns questionamentos: Que consequência haveria se não se fizer o ordenado? Quais desdobramentos adviriam de sua não observância? Lei, polícia, enfim, todo o arsenal coercitivo posto em ação. Moda é, então, um caso de polícia? Se não toda, pelo menos uma parcela se traduz de forma a impor algo e a exigir comportamento modelar. Isso pode ser constatado em diversos textos ou fragmentos de textos publicados na mídia, como no caso da figura 12, na qual se encontra um quadro bastante

DÁ ATÉ CADEIA A ordem da polícia de Flint, Michigan, é punir sem dó quem mostra a cueca sob a calça caindo. Há graduações, porém:



	Calça baixa, cueca na cintura	Calça baixíssima, cueca na cintura	Calça baixíssima, cueca idem
Configura	imoralidade	conduta escandalosa	exposição indecente
Pena	advertência	90 a 100 dias de prisão, multa de até 500 dólares	90 a 100 dias de prisão, multa de até 500 dólares

Figura 13 – Dá até cadeia. Revista *Veja*, 2008.

significativo (figura 13).

Além das imagens que compõem este quadro com simulacros de corpos masculinos de costas, deixando à mostra apenas calça e cueca, cujo enfoque recai sobre a posição destas peças no corpo masculino e as respectivas penalidades de uma cidade estadunidense, o enunciado *Dá até cadeia*, por meio do operador argumentativo *até*, deixa entrever que não estar em consonância com os padrões da moda é algo que se encontra no nível do crime, da

contravenção, algo a ser tratado no âmbito das penalidades jurídicas. Vale ainda destacar, na figura 13, o tipo de corpo masculino utilizado nesta representação: um corpo magro, de costas torneadas, com músculos talhados e à mostra, com pele morena e cabelos curtos – algo próximo de um estereótipo latino.

Portanto, o dito que não se diz, mas que está de alguma maneira expresso, é que, em situações como essas, melhor que se tome uma atitude de obediência à ordem, de subserviência, de anuência, caso não se almeje o enfrentamento de consequências desagradáveis. Instaura-se, pois, uma situação amparada por um discurso do medo, medo que se tem no âmbito de uma memória coletiva do papel social da instituição policial e dos significados de se submeter a seu jugo. Nessa imposição, nessa espécie de subjugação do comportamento alheio, tem-se uma técnica de governo do outro, uma espécie de arte de conduzir na qual prevalecem a vigilância e a punição, tal qual se depreende da figura 14, na qual se faz uso de um discurso pautado no medo como meio de forjar determinada forma de vestir e se comportar.



Figura 14 – Perigo, perigo. Revista *Veja*, 2000.

A título de curiosidade, procedemos a um exercício com o propósito de ver se algo similar aparecia nesse veículo de comunicação ou se estávamos trabalhando com um caso único, isolado, ímpar de materialização do que chamamos aqui de discurso da moda. Um breve levantamento feito em algumas edições da revista *Veja* apontou para a existência de uma preocupação, um tanto excessiva, com relação à posição em que se encontra a calça, não somente no caso do corpo masculino, como atesta o exemplar com o qual iniciamos esta seção, mas igualmente em relação ao corpo feminino:



Figura 15 – Todo mundo ainda vai ter uma. Revista *Veja*, 2004.

Figura 16 – Para ser vista. Revista *Veja*, 2002.

Figura 17 – Patrulha do umbigo. Revista *Veja*, 2001.

Retomando a figura 13 (*Dá até cadeia*), interessante observar nela uma referência à modulação das penalidades de acordo com a gravidade da posição do cóis da calça. Isso, sem dúvida, nos remete ao plano das disciplinas empreendido por Foucault, o qual, através de um poder disciplinador, não somente incide sobre o tempo e o espaço, esquadrihando-os para uma melhor produtividade, como também faz emergir um conhecimento acerca dos sujeitos que estão sob o enfoque de constante vigilância. Nas palavras do pensador francês:

O que é esse poder? A hipótese que eu queria propor é que existe em nossa sociedade algo como um poder disciplinar. Com isso entendo nada mais que uma forma de certo modo terminal, capilar, do poder, uma última intermediação, certa modalidade pela qual o poder político, os poderes em geral vêm, no último nível, tocar os corpos, agir sobre eles, levar em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras, a maneira como todos esses poderes, concentrando-se para baixo até tocar os próprios corpos individuais, trabalham, modificam, dirigem o que Servan chama de “fibras moles do cérebro”. Em outras palavras, creio que o poder disciplinar é certa modalidade, bem específica da nossa sociedade, do que poderíamos chamar de contato sináptico corpo-poder. (FOUCAULT, 2006, p. 50-51).

O produto desse esquadrihamento desemboca num saber que dá sustentação a um poder, que se volta sobre o próprio sujeito. Trata-se do campo das tecnologias do poder (FOUCAULT, 1999): um arsenal de ideias e ações que, centradas na vida, incidem diretamente na constituição normalizadora dos sujeitos. É nesse sentido que é possível entender semelhantes utilizações de tabelas, desenhos ou quadros explicativos, como o da figura 13, tão comumente presentes em matérias e reportagens veiculadas pela mídia. O nível de especificação acerca de diferentes temáticas expõe, escrutina, esmiúça em detalhes a ponto

de incidir no mínimo ou no mais íntimo recanto, não mais do sujeito, mas do próprio indivíduo, posto que, de acordo com Michel Foucault (2006, p. 70), “[...] o indivíduo é o resultado de algo que lhe é anterior e que é esse mecanismo, todos esses procedimentos que vinculam o poder político ao corpo.” O que podemos chamar de indivíduo não é aquilo que pré-existe à função-sujeito, mas o que se constitui a partir da função-sujeito: “[...] é na medida em que a instância normalizadora distribui, exclui, retoma sem cessar esse corpo-psi-quê que o indivíduo se caracteriza.” Portanto, o que se deve entender por indivíduo é o “[...] efeito produzido, o resultado dessa vinculação [...] do poder político à singularidade somática.” (FOUCAULT, 2006, p. 69-70).

Importante ressaltar também que semelhante discurso proibitivo se faz presente ao longo da história e, recorrentemente, aparece sob diversas faces quando do surgimento de algo que provoca “agressão” aos valores sociais vigentes. As leis suntuárias⁵ são um exemplo antigo desse caráter prescritivo-punitivo relativo ao mundo das roupas e indumentárias. No âmbito histórico mais recente, o uso da minissaia traduz-se também como exemplo dessa prescritibilidade recorrente na moda. Se é possível fazer uma tal analogia, o universo da moda e o universo linguístico podem ser postos lado a lado, pois assemelham-se muito em tal aspecto, vale observar, para tanto, a incidência de leis, prescrições, normas, imposições sobre o bom uso tanto de roupas quanto de formas linguísticas. Conforme pontua Sousa (2012, p. 51): “O poder político passa, principalmente, pelas concepções de língua e atribui a ela um caráter conforme suas estratégias para governar”. A língua e a moda obedecem, assim, a um mesmo plano discursivo, como pode ser exemplificado pelo texto a seguir:



Figura 18 – Nem tudo é permitido. Revista *Veja*, 2000.

⁵ De acordo com Svendsen (2010, p. 40): “O termo ‘suntuário’ deriva do latim *sumptuarius* (‘referente a despesas’, ‘luxuoso’). Essas leis estiveram em vigor, em geral, desde o século XIII até o século XVIII. Foram desenvolvidas estipulações particulares que vinculavam o uso de determinados artigos à posição social, reservando certos trajes e objetos a classes específicas; classes inferiores ficavam proibidas de adquiri-los, mesmo que tivessem recursos para tanto.”

Longe, portanto, de ser algo democrático, os elementos da moda se instituem no Ocidente como pertencente à ordem do coercitivo: “A moda é tão severa em relação à desenvoltura quanto o é em relação à desordem, e lenços frouxamente amarrados e o grau de barba malfeita são muitas vezes mais difíceis de administrar do que as gravatas formais e um rosto bem-barbeado.” (HOLLANDER, 2003, p. 71). O que os dados aqui apresentados apontam ou o que o arquivo aqui mobilizado mostra não intentam questionar a importância e a presença cada vez maiores da moda na sociedade pós-moderna, mas, diferentemente do postulado por Lipovetsky em entrevista à revista *Veja* (2002, p. 11-15), não é possível pensar que acabou a tirania na forma de vestir. Nas palavras do autor de *O império do efêmero*: “Acabou a tirania na forma de vestir [...]. Hoje podemos ter uma tendência de saia mais curta, mas quem vestir longo não se sentirá forçosamente fora da moda. Existe uma multiplicação de estilos, um vestuário mais flexível.” De fato, o vestuário tornou-se mais flexível, mas tal flexibilidade obedece a regras discursivas do momento histórico em que os sujeitos se situam. Assim, antes de um “tudo pode”, há um “tudo que for permitido pode”.

No caso em análise (figura 12), com relação ao item de moda em foco, prescreve-se como se deve agir, o que fazer, como se comportar, como apresentar os corpos. Isso nos remete, por um lado, ao discurso disciplinar que, como foi dito, vincula-se a determinados saberes e está ligado a regras, à regulação, à normalização: “Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica.” (FOUCAULT, 2002, p. 153). Por outro lado, isso nos faz pensar na existência de sociedades do discurso, “[...] cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-lo somente segundo regras estritas.” (FOUCAULT, 2009b, p. 39). Na perspectiva de Gregolin (2011, p. 97-98), sob amparo de Foucault de *A ordem do discurso*: “Penso, particularmente, no que Foucault propõe sobre a interdição, a proibição de certos temas. [...] em determinada sociedade e em certo momento histórico, alguns temas são mais propícios a esquecimentos do que outros.” Parafraseando a autora, pode-se também pensar que, em determinada sociedade e em certo momento histórico, certos temas são mais propícios de aparecerem do que outros.

O que está em jogo nesse exemplo trazido do comportamento identificado como moda exposto na figura 12? De um lado, tem-se algo que, nascido no interior das prisões, identifica-se (ou é identificado) com a cultura negra e jovem; de outro lado, tem-se a sociedade e suas instâncias de representação: a polícia, a lei, o costume. Entre um e outro, a mídia e seus veículos de comunicação. Há, portanto, um jogo, uma arenga, uma disputa, cujo alvo aponta para o tema do poder. Poder sobre o outro, poder de dirigir o outro, poder de estabelecer o que

e como o outro deve ser, mas também de resistir ao controle do outro, já que não há poder sem o seu correspondente, a resistência. Poder que se funda num saber, entre o que é feio e o que é bonito, entre o que é cabível e o que é execrável, entre o que cai bem e o que parece ridículo. Poder saber, saber poder, cuja ponta final desse alvo põe em questão o sujeito.

Retomem-se, pois, algumas passagens da matéria em questão (figura 12):

- i.* “Seguindo princípios consagrados da moda (tudo o que pode ser inventado será) e do comportamento juvenil (o que era bonito na geração anterior torna-se exatamente o seu contrário), o cuecão de fora espalha-se como vírus de computador nos Estados Unidos”.
- ii.* “Com a roupa de baixo transformada em estridente atração, ultrapassa todos os limites do razoável, como se esperava, e provoca até intervenções de vigilantes representantes da lei”.
- iii.* “Primeira: calça baixa com cueca aparecendo é feio? Tirando os usuários, o resto do planeta concorda, é feiíssimo”.

Em (*i*), nota-se que a posição do sujeito que enuncia situa-se num lugar de adesão aos princípios vigentes caracterizados por certo moralismo, bem como da reprodução de conceitos relativos à moda e de certo referencial sobre juventude: a moda como sinônimo de constante novidade e a juventude como rebeldia. Quanto ao mencionado moralismo, entende-se este como um código moral que, em consonância com Foucault (2001, p. 26), corresponde a “[...] um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.” No plano textual, a reafirmação ou comprovação dessas ideias é dada pelo mecanismo dos parênteses, por meio do qual reforça-se certa informação, inserindo-a no interior destes, o que permite uma espécie de blindagem àquilo que se diz.

Dessa forma, pensar a moda como algo inventivo e afirmar a certeza de que isso é um atributo natural, bem como a ideia de juventude como uma fase que contraria tudo o que é tradição, significa inserir-se no plano do que está posto, ou melhor, do que é visto como da ordem do natural, “do sempre foi assim e sempre será”. Estamos, assim, no campo da tradição que aponta, em Foucault (2009a, p. 23), para o que dá importância singular temporal a um conjunto de fenômenos sucessivos, idênticos ou análogos, fazendo que um discurso se perpetue e se propague. Assim, no plano lexical, o signo *cuecão* que designa a peça do vestuário à mostra, “de fora”, em decorrência desse comportamento, ladeado por ideias que corroboram a visão corrente sobre como se comportar, adquire contornos pejorativos, passando a funcionar, desde o primeiro momento do texto, como algo feio, ruim, negativo.

Tal acepção é reiterada no decorrer do texto, tanto quando se lança mão da metáfora do “vírus que se espalha”, ou ainda na substituição, em (*ii*), do referido termo pela expressão

roupa de baixo acrescida do sintagma *estridente atração*. Como “roupa de baixo”, deduz-se que não se pode e não se deve ser mostrada, “como manda o figurino”, para se fazer uso de uma expressão popular. No universo de roupas femininas, adquirindo outros contornos, as peças íntimas há muito têm-se tornado fonte de inspiração para as roupas não íntimas ou mesmo, em torno delas, tem-se construído um ideal fetichista, de exposição, como no sutiã estilizado feito pela dupla *Dolce & Gabana* para a performance de Madonna em sua turnê *Blond Ambition*. A “estridente atração” é, assim, algo que transborda as raias não só da normalidade, mas também da aceitabilidade.

Em (iii), chega-se explicitamente à exposição do posicionamento sustentado no texto que evoca a noção de beleza – nesse caso, seu oposto – para classificar tal comportamento. A feiura é chamada para corroborar o caráter ultrajante da mencionada moda, uma vez que, aos olhos do sujeito-enunciador, trata-se de um modismo carente de certas qualidades estéticas. Mas o que é essa falta, essa não qualidade em deixar à mostra a cueca? Em que medida a separação do tecido que constitui a calça e o que constitui a peça íntima, permitindo o aparecimento desta última, se traduz em algo tão problemático? Apesar de o ideal de beleza ou seu inverso não serem algo no nível do absoluto ou do imutável e suas transformações no que concerne a padrões estarem em sintonia com mudanças diversas ocorridas em diferentes áreas do conhecimento, como a medicina, a arte etc., ainda assim há discursos que se servem dela para o estabelecimento de comportamentos e de posturas idealizadas. O que está em jogo, portanto, parece apontar menos para a peça do vestuário em si (do) que para a luta que se trava em outra direção.

Como já mencionado, o corpo, no entendimento de Michel Foucault (2002, p. 28), “[...] está diretamente mergulhado num campo político [...]” ou dito de outra forma: “O que há de essencial em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo.” (FOUCAULT, 2006, p. 18-19). Na composição da página em análise, os elementos imagéticos que servem de ilustração para o texto verbal confirmam essa ideia. Ao todo, quatro figuras masculinas – um *rapper* durante uma apresentação e outros indivíduos na rua - são mostradas fazendo uso em público da controversa moda. As imagens privilegiam pessoas jovens com seus corpos igualmente jovens, magros e/ou, para fazer uso de um termo corrente, sarados. O ponto central dessas imagens é a parte traseira dos corpos cujo foco, pelo ângulo do clique, deixa transparecer o contorno das nádegas.



Figura 19 – Cueca de fora. Revista *Veja*, 2008. Adaptada.

Esse mosaico de imagens traz à cena todo um construto social em torno dessa parte do corpo masculino, um ponto, sem dúvida, de grande significação cultural quanto à virilidade.

Hoje, as anatomias mostradas parecem confirmar a ideia de que vivemos um período de afrouxamento moral nunca visto antes. No entanto, um olhar mais cuidadoso sobre essa “redescoberta” do corpo permite que se enxerguem não apenas os indícios de um arrefecimento dos códigos da obscenidade e da decência, mas, antes, os signos de uma nova moralidade, que, sob a aparente libertação física e sexual, prega a conformidade a determinado padrão estético, convencionalmente chamado de “boa forma.” (GOLDENBERG; RAMOS, 2002, p. 25).

Ao evocar tal valor, relativo à qualidade estética, instaura-se um ponto de difícil contestação aos adeptos de fato ou em potencial de tal moda, uma vez que, contra as noções de certo/errado ou de bonito/feio torna-se difícil sustentar, a não ser a duras e longas penas, qualquer argumento em contrário. Não que seja do plano do intransponível ou do impossível resistir ao discurso da moda, até mesmo porque os processos de subjetivação indicam também possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão do próprio sujeito, isto é, apontam para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo, para um outro. Além disso, outro obstáculo/questionamento que se coloca – e está diretamente relacionado com a sutileza do controle nas sociedades sob a égide do biopoder – pode assim ser explicitado: como e por que lutar contra quem nos protege e parece querer nosso bem? Não por outro motivo que, contra tal moda, supostamente pertencente ao politicamente incorreto, reitera-se, ao final do texto (figura 12), sua feiura, negatividade e inexatidão ao trazer para a cena outro enunciado (iv), uma espécie de atualização do adágio “a esperança a última que morre”; a esperança, nesse caso, é de que tal moda deixe de existir, restituindo ao mundo da moda uma espécie de redenção:

iv. “Resta a esperança de que a moda passe”.

É nessa direção que miram vários textos, materialização de discursos, comprobatórios do caráter, concomitantemente, salvador e de “patrulha” exercido pela moda ou por aqueles que encarnam o seu discurso. A figura 20 é igualmente modelar nesse sentido por ter como foco duas especialistas na “arte” de apontar o defeito que os outros têm quanto ao que vestem e/ou ao modo de vestir, bem como à inadequação de certas vestimentas em ocasiões específicas. Intitulado *Patrulheiras do estilo*, o texto mostra o trabalho de duas inglesas que, valendo-se, pois, de uma forma de abordagem direta e agressiva, conforme inscrito no próprio texto, detectam, apontam e



Figura 20 – Patrulheiras do Estilo. Revista *Veja*, 2004.

corrigem erros, e/ou ajudam os outros a camuflar suas “imperfeições”.

Embora pertencentes a um mesmo (de fato é o mesmo?) veículo de comunicação, a saber a revista *Veja*, os dois textos (figura 12 e 20) se distinguem em vários aspectos, inclusive quantos aos seus propósitos mais imediatos - no caso do texto da figura 20, sua finalidade centra-se, em grande medida, na promoção de livros de autoria das tais “patrulheiras”. Entretanto, é notável que em ambos os casos, como em inúmeros outros que poderiam ser aqui arrolados, esse caráter policialesco, proibitivo e modelador se deixa entrever como característico do discurso da moda. Assim, um aparelho que fixa valores e regras, como é o caso das revistas da mídia impressa, utiliza procedimentos de controle que vão determinar a maneira como os indivíduos devem medir e calcular seus corpos para se adequar ao sujeito-modelo alvo das sociedades sob as asas do biopoder.

A biopolítica do corpo e a biopolítica da população compõem a espécie de relações de poder que marcam a atualidade. É pelas disciplinas do corpo e pelas regulações da população que se desenvolve o poder sobre a vida. Nessa era do biopoder, a administração dos corpos e a gestão calculista da vida supõem o desenvolvimento de técnicas disciplinares diversas para serem aplicadas a todos os lugares institucionais. Lugares esses em que a vida acontece. (FONSECA, 2003, p. 91).

Portadores de uma espécie de verdade que lhes foi revelada, os que se colocam na posição de enunciar o que é moda e o que não o é, o que é caracterizado como estilo e o que não o é, dão dicas ou emitem juízos de valor, apontando o que é correto e o que é incorreto no modo de se vestir. Porque é preciso, evocando trecho de antiga canção do grupo Secos & Molhados (1973), ser *assim assado*. Mas, ao mesmo tempo, para que se façam entendidos e aceitos em suas intervenções, lançam mão de diversos expedientes, desde “inocentes” dicas



de como utilizar algo até intervenções mais drásticas, como pode ser notado na figura 21 em que, fazendo-se uso de um enunciado comumente associado ao campo médico, que enuncia os perigos relativos a algo (uso ou não de medicamentos, prática ou não de exercícios físicos, etc.), objetiva-se o enquadramento do comportamento individual.

Outro mecanismo valioso utilizados nesses tempos em que o escrutínio do mundo privado e a aproximação com o grande público tornaram-se regras é a utilização de elementos do chamado cotidiano, do dia a dia, com um efeito de sentido de proximidade, de intimidade maior com o público-alvo. Assim, na figura 12, as fotos que ilustram a página recorrem a essa proximidade: tiradas na rua ou durante um *show* de *rap* intentam mostrar, a partir do ângulo em que foram clicadas, diversos exemplos que atestam a tese de que tal moda não deve ser seguida. Na figura 20, as inglesas recorrem a expedientes diversos, como filmagens da pessoa em suas cenas corriqueiras, depoimentos de amigos da pessoa ou ainda utilizando-se de seus próprios corpos, ou seja, do seu próprio exemplo para apontar o que pode ou não ser feito. Além disso, a matéria é ilustrada – a exemplo da figura 21 na qual são expostos modos corretos/incorretos de se vestir – com “dicas” do que usar e do que não usar.

às vezes, são veementestados dela. "É um pro-sobre a delicada relamulher com seu corpo. o, precisa ter humor", nny.

m a mesma franqueza, zsentadoras falam de óprios defeitos e se crimtuamente. A chei-sannah, 41 anos e dois filhos, reco-ter barriguinha r, seios grandes, o curto e braços . Magra e alta, , 40 anos, não tem do que reclamar, mas efeitos: perna curta, peito, bumbum grande, izem que aprenderam stilo no dia-a-dia, sem ou grandes técnicas. atuou no mercado tiro, numa empresa ra a única mulher rinta homens, e ações públicas o precisou ade-u guarda-roupa salário apertassannah foi jor-e circulava unas sociais. ntadas por



A especialidade de Trinny e Susannah é ensinar, impiedosamente, o que não usar. Por exemplo:

- Tops pequenos, que deixam parte da barriga de fora, são péssimos para quem tem pernas curtas. Fica parecendo que faltou perna para que o cós da calça encontrasse o fim da blusa.
- Tentar esconder gordurinhas da cintura embaixo de camiseta larga é bobagem. A mulher vira um ser humano deformado, principalmente se tiver bumbum grande.
- Para quem tem seios grandes, a pior camiseta é a sem mangas e sem decote, que deixa os seios iguais a dois balões cheios de água. Já as sem-seios devem evitar usar corpetes, que ficam inúteis sem nada para preencher.
- Quem tem bumbum grande, infelizmente, não pode usar a saia em forma de A da moda, sob o risco de parecer uma grávida ao contrário.
- Pescoço curto pode ser disfarçado com brinco comprido, gola de camisa levemente erguida ou decote em V. Gargantilha, jamais.
- Férias de praia não são desculpa para andar mal arrumada. Short fica ótimo com biquíni, mas horrível se usado com maiô.
- Os melhores investimentos em qualquer guarda-roupa: um sutiã que seja perfeito para seus seios e um casaco bem cortado, que esconda todos os seus pecados.

Não, não e não

DIVULGAÇÃO/ROBIN MATTHEWS

Figura 22 – Não, não e não. Revista *Veja*, 2004.

As tais “dicas” são um bom índice a se mirar e entender o funcionamento discursivo da moda. Na figura 22, há a utilização de um tom carregadamente pejorativo nos conselhos atribuídos às inglesas foco da matéria como forma de desqualificação. Dentre essas dicas, ganham destaque a que diz que “Quem tem bumbum grande, infelizmente, não pode usar saia em forma de A da moda, sob o risco de parecer uma grávida ao contrário” e ainda a que prega “Para quem tem seios grandes, a pior camiseta é a sem mangas e sem decote, que deixa os seios iguais a dois balões cheios de água”. As expressões “parecer uma grávida ao contrário” e “iguais a dois balões cheios de água” são imbuídas de um valor argumentativo de desmerecimento, de desmoralização daquelas/daqueles que não se encontram de acordo com os preceitos do mundo *fashion*. Estar em desacordo com a moda vigente vira sinônimo de heresia, o que se confirma na última dica: “Os melhores investimentos em qualquer guarda-roupa: um sutiã que seja perfeito para seus seios e um casaco bem cortado, que esconda todos os seus pecados”. E a patrulha está onde menos se espera para surpreender os desleixados, ou esquecidos, ou rebeldes – afinal, na figura 22, o que faz a mulher com ar de inquisição entre as pernas da modelo em pé?

Valendo-se da noção foucaultiana de enunciado, segundo a qual “[...] está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória [...]” (FOUCAULT, 2009a, p. 31), isto é, insere-se numa rede na qual se encontra em contato com outros enunciados que o precedem e o seguem, é possível encontrar em lugares diversos, em gêneros (textuais) diversos, em situações igualmente diversas a materialização dessa rede enunciativa que contribui para a caracterização proibitiva e normalizadora do discurso da moda. No já mencionado livro *Chic homem*, de Glória Kalil, encontra-se o novo operando na repetição por meio de enunciados caracterizados como CERTO e ERRADO, transmutado e/ou atualizado em APOSTE e EVITE:



Figura 23 – Muito magro. *Chic homem*, 2004, p. 28.

Figura 24 – Gordo. *Chic homem*, 2004, p. 43.

Em ambos os casos, as dicas que são dadas pelo sujeito enunciativo, emitidas de um lugar construído como sendo de conhecimento incontestado acerca do objeto moda, dão conta de um modelo que, ao final, se traduz como elegante, bem vestido e sem exageros. A repetição, característica do próprio enunciado, aqui se dá tanto no nível formal, que atualiza a fórmula “certos X errados”, quanto no nível do conteúdo que recupera e reitera a posição de outros enunciados sobre a maneira de se vestir e de ser. Nesse sentido, tal sujeito enunciativo reinscreve o discurso da beleza e jovialidade, inserindo-o no plano da moda, conferindo-lhe atualidade e suposta novidade. Afinal, não sendo possível ser magro demais ou gordo, seguindo a ordem discursiva do bem-estar e da saúde, as dicas para disfarçar essas

“imperfeições” vão do uso de ombreira discretas, coletes, malhas grossas até cores contrastantes, para os que pertençam à primeira categoria, ou paletós cobrindo o traseiro, com aberturas laterais, de corte reto até camisa esportiva, para os da segunda categoria. Curiosamente, quanto aos que fazem parte do primeiro grupo – os chamados muito magros –, há uma recomendação que diz, contrariando a indicação do texto da revista *Veja* (figura 12), ser preferível, nesse caso, “[...] calças que tenham um volume de pregas nos quadris e que afunilem discretamente em direção à barra.”

Estaríamos no âmbito de afirmações que se autoanulariam? Analisando as proposições, estariam elas situadas no patamar da incoerência e, por isso, requereriam que fossem anuladas? Como, pois, entender tal contradição? Conforme Sousa (2009, p. 312), “[...] há momentos em que a produção dos objetos, conceitos, temas foge ao controle, tendo seus efeitos desviados da rota esperada.” Em verdade, o que se sabe é que, no nível discursivo, a contradição é algo que lhe é inerente, ou seja, “[...] longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência.” (FOUCAULT, 2009a, p. 170). Assim o sendo, no interior do campo discursivo, o movimento se dá pela tentativa de superação das divergências, de idas e vindas, enfim, de um fazer notadamente contraditório. Homogeneidade e inércia? Ao contrário, recomeço contínuo, metamorfose: “A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade.” (FOUCAULT, 2009a, p. 170). No nível textual, em que se materializam os discursos, tais contradições aparecem sob diversas formas, como a que se mostrou nos textos sob análise, pois da mesma forma que há policiamento ou até uma atitude repressiva, há também incentivo como forma de pertencer a determinados grupos.

Surgem, a partir do exposto até aqui, as questões: Que sujeitos são esses da moda? Que figuras são essas que se constituem por meio de enunciados advindos do interior do discurso da moda? Como se constituem? Em que se constituem? Como se caracterizam? Na busca por respostas a tais indagações, retornemos ao texto da revista *Veja Levanta a calça, menino* (figura 12), não sem antes ter em mente que: 1. A pertinência de discutir tal problemática da constituição do sujeito em Michel Foucault, “[...] constituição que se dá no presente e que fabrica, para o presente, um tipo específico de indivíduo” (FONSECA, 2003, p. 10); 2. O entendimento de que a palavra sujeito, em sua relação com o poder, apresenta dois significados: “[...] há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade.” (FOUCAULT, 2010a, p. 278).

No texto em análise (figura 12), há, por um lado, um discurso proibitivo em relação ao uso de calças que deixa à mostra a cueca, utilizando para isso todo um arsenal de elementos que vão desde o recurso da lei/da autoridade/da polícia, do discurso jurídico proibitivo, até o chamamento da beleza/da feiura como medida do bem ou do mal. Por outro lado, no mesmo texto, há outra medida que estabelece o lado oposto dessa atitude condenável:

v. “Afinal, gente influente, como aquele conhecido candidato à Presidência, continua usando calça até um pouco mais alta que o recomendável. E com preguinhas.”

Nesse excerto, nota-se a presença da ironia e do tom pejorativo do enunciador em relação à maneira não recomendável de usar calça de certo político. O sujeito que enuncia, munido de um saber que estipula o que é recomendável, dispara contra a posição em que é colocada a calça de tal político e, além disso, deixa transparecer que o uso de tal peça do vestuário com preguinhas seria outro deslize imperdoável de tal figurão da política, ou, quem sabe, de uma considerável parte da classe política, se entendermos tal pronunciamento do enunciador como referente a um elemento metonímico. Se retrocedermos um pouco na história, é intrigante notar que, há algumas décadas, o uso de calça obedecia exatamente este padrão: na década de 1980, a prática corrente, com as chamadas calças *baggy*, era de um uso acima da cintura. Curiosidade ainda maior é que o hit da moda dos anos 80 e 90, e que também já foi considerado item de mau gosto, ensaia sua volta aos *closets* desde 2008.

Se deixada abaixo de um certo nível é caso de polícia e acima deste, um caso de políticos (leia-se: mal gosto), o que se percebe, então, é a estipulação de um padrão de aceitabilidade. Esse padrão apara os excessos e se conforma com uma época que, marcada pela ação normatizadora e normalizadora, procura enquadrar todos e tudo num nível intermediário, longe, portanto, daquilo que ultrapassa. O excesso aponta para a linha do inaceitável, do feio, do que foge aos padrões. O excessivo é similar à falha, à doença, à morte, como no exemplo

extraído do livro *Chic homem*, de Glória Kalil (figura 25): *cuidado com o vírus do excesso*.

A metáfora do vírus como algo que se espalha, cresce (sugestão constante da grafia dos

**Cuidado com o vírus do excesso.
Ele ataca as
melhores
tribos.**

Figura 25 – Cuidado com o vírus do excesso. *Chic homem*, 2004, p. 21.

próprios caracteres) e leva à morte, além de recorrente, é bastante significativa nessa situação

e, em especial, numa sociedade assombrada por diferentes e mortais micro-organismos dessa natureza (HIV, ebola etc.).

Ao nos atentarmos para as práticas relativas ao corpo presentes na contemporaneidade, num mundo marcado por controles sutis e incisivos, notamos que esse discurso que estabelece os limites de aceitação prega algo como “nem tanto ao mar nem tanto a terra”: não se pode ser gordo, mas também não se deve ser anoréxico. A tônica dos tempos atuais é o caminho do meio, o equilíbrio, o que, no âmbito da moda, exige-se que não seja desconhecedor e muito menos uma vítima da moda. Opera-se, portanto, na atualidade uma espécie de ortopedia estética. E por quê? Que razões haveria para justificar tal posição? Se estamos sob as raías de uma biopolítica, de um poder que busca o prolongamento da vida e que incide sobre a população, então a prática do excesso contrariaria essa dinâmica de poder por se associar àquilo que leva as últimas consequências. Não se deve, pois, dissociar as práticas relativas ao mundo da moda e a influência desse poder que, de forma sutil, oferece muito e pede muito mais em troca.

Segundo Foucault, o biopoder, enquanto conjunto de relações de poder ligado à vida, constitui um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a sustentação desse sistema político-econômico está diretamente ligada à possibilidade de uma utilização controlada dos corpos no aparelho de produção, ao lado de uma adequação dos fenômenos populacionais aos processos econômicos que tal sistema envolve. (FONSECA, 2003, p. 99).

É nesse sentido que, operando por intermédio do dispositivo da moda, há atualmente

um mecanismo muito sutil, onipresente e certo que prende ou enreda o sujeito e conseqüentemente o mantém sob o manto do biopoder. Esse mecanismo materializa-se por meio de estratégias diversas que levam, no plano individual, cada um a buscar o que se chama de estilo. *Tenha estilo, seja estiloso, estilo cada um tem o seu*, são diferentes formas de atrelar o sujeito a essa malha discursiva que o subjetiva, obrigando-o a assumir um comportamento ou uma identidade. Tratado como categoria, o estilo está fortemente submetido à sua relação com o corpo e com a vida, num mundo em



Figura 26 – Esporte fino. Revista *Veja*, 1998.

que tudo tende a se tornar produto a ser vendido/comprado. Ser único, ser diferente, não ser como os demais: nos tempos atuais, não basta apenas viver, com saúde e bem-estar, é imperativo que se viva com estilo. O enunciado “Sem terno, mas elegante: como ser bem vestido hoje com o estilo do futuro” (figura 26) aponta para isto: a necessidade de adotar num momento presente um estilo, denominado no próprio texto como sendo futuro.

Ultrapassando as barreiras da estética e da moda, a noção de estilo permeia hoje outras formações discursivas, das mais diversas e divergentes, indo do banco à loja de roupas, da marca de cigarro à revista, como pode ser notado por meio das figuras 27-30:



Figura 27 – Estilo na hora de pensar no futuro. Revista *Veja*, 2005.

Figura 28 – Cada um no seu estilo. Revista *Veja*, 1999.

Figura 29 – Renner Estilo. Revista *Veja*, 2010.

Figura 30 – Revista Estilo. Revista *Veja*, 2002.

Esses textos comprovam o esvaziamento de sentido característico dos signos em geral e, em específico, do termo estilo, deixando-se deslizar e preencher-se de significação à medida que se materializa em um ou outro discurso. Na visão bakhtiniana, “[...] as palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes.” (BAKHTIN, 2011, p.

290). Entretanto, ainda que conceitualmente esvaziada, ganhando força em suas recorrências, a questão do estilo é majoritária para delinear os modos de funcionamento da moda, em nosso contemporâneo. Estando nos domínios de uma cultura da visibilidade, a forma como se revestem os corpos tende a ganhar mais e mais espaço, funcionando como um mecanismo de criação de subjetividades. Na visão de Paul Veyne (2011, p. 182-183):

A afinidade entre Foucault e a moral antiga se limita a um único detalhe: o trabalho de si sobre si, o “estilo”. Essa palavra não quer dizer aqui distinção, dandismo: “estilo” deve ser tomado no sentido dos gregos, para quem o artista era primeiramente um artesão. A ideia de estilo de existência e, portanto, de trabalho de si sobre si desempenhou um importante papel nas conversas e sem dúvida na vida interior de Foucault durante os últimos meses de uma vida que somente ele sabia ameaçada.

Como nos aponta Michel Foucault, o sujeito não é algo que pré-existe, mas um construto histórico que se dá ao longo dessa cadeia enunciativa que o constitui. Ele é, portanto, fabricado – sim, o termo é fabricado – por meio de tecnologias e dispositivos perceptíveis nas várias práticas no interior da sociedade. Nesse sentido, a moda constitui um desses dispositivos que, por meio de tecnologias, procura enredar o sujeito nas malhas do discurso, do seu discurso. Obviamente não se trata de caracterizar a mídia – ou qualquer outra instituição – que cria ou ajuda a criar o que chamamos de moda como o grande mal a ser combatido, até mesmo porque “[...] é a nossa cotidianidade que se imprime em tintas a cada página na revista que pegamos na banca ou apenas na leitura apressada de suas capas ao passarmos por elas nas ruas.” (MILANEZ, 2006a, p. 28). Isto é, são as práticas que se fazem aparecer nos discursos ou os discursos que constituem as práticas?

Cada indivíduo, da posição de sujeito que lhe cabe neste latifúndio chamado dispositivo, é o resultado de um processo que envolve os três eixos da ontologia do presente: os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-si. Fazendo nossas as palavras de Milanez (2006a, p. 43):

São os dispositivos e suas técnicas de fabricação – entre as quais a disciplinaridade é um forte exemplo – que instituem o que chamamos de sujeito. Nesse sentido, à primeira vista, cada um faria não o que quer, mas aquilo que pode, aquilo que lhe cabe na posição de sujeito que ele ocupa numa determinada sociedade. Entretanto, essas posições, evidentemente, não são estáticas: a rede de lugares que o sujeito pode ocupar está sempre se rompendo, aqui e ali, por meio de resistências cotidianas, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações, porque dependente do momento dado e da relação firmada entre os sujeitos.

A partir desses recortes, é possível pensar como, no dispositivo da moda, instaura-se um mecanismo de poder cujo exercício se dá por meio de um esquadramento do tempo, do espaço e dos movimentos dos corpos, buscando transformar os indivíduos em sujeitos e em corpos dóceis e úteis (e fúteis?). Materializando-se em diferentes suportes, seja na revista, no manual, na publicidade, esse discurso da moda, que toma forma no interior do correspondente dispositivo, estabelece condutas e atitudes que devem ser realizadas pelo indivíduo moral e fisicamente “correto”. Isso porque os discursos, as regras, as normas “[...] se impõem de acordo com uma espécie de anonimato uniforme a todos os indivíduos que se dispõem a falar num campo discursivo.” (VEYNE, 2011, p. 129). Em consonância com outros discursos e outros dispositivos, seja do bem-estar, do medo, etc., o dispositivo de moda ganha existência a partir dessa articulação. “E a tendência da sociedade ocidental [...] tem sido aperfeiçoar, burilar, sofisticar as estratégias de poder, criando-se dispositivos cada vez mais complexos, nos quais os indivíduos terminam por enredar-se.” (FISCHER, 1999, p. 45). Dito ainda de outra forma: “[...] porque somos subjetivados pela história que se cria nos entrecruzamentos dos discursos que nós, leitores, damos vida.” (MILANEZ, 2006a, p. 25).

3.2 Vestida para mandar: moda e poder

Na aula ministrada no dia 07 de novembro de 1973, no *Collège de France*, Michel Foucault, ocupante da cadeira *História dos Sistemas de Pensamento*, dirige-se aos seus alunos, explicando-lhes sobre a que o curso daquele ano seria devotado, o poder psiquiátrico. Para tal, e como é comum no fazer didático do pensador-professor M. Foucault, recupera todo um percurso mostrando como o poder antes chamado de soberania, marcado por uma relação assimétrica entre soberano e súditos, transmuta-se em poder disciplinar, para o qual o desnivelamento típico da soberania faz-se transformar em uma apropriação exaustiva do corpo, dos gestos, do tempo, do comportamento do indivíduo. Assim, explicando primeiramente o que entende por poder, o pensador francês diz:

[...] em toda parte, o poder nunca é aquilo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém. O poder não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc. É nesse sistema de diferenças, que será preciso analisar, que o poder pode se pôr em funcionamento. (FOUCAULT, 2006, p. 7).

É, pois, pensando nesse poder, do ponto de vista de uma analítica e não de sua correspondente no mundo da teoria, poder que se traduz como difuso, estando em toda parte,

mas que se mostra mais como exercício e não como posse, que iniciamos esta seção. Nosso entendimento vai ao encontro do pensamento foucaultiano que, nas palavras de Duarte (2006, p. 47), é visto como “[...] sempre plural e relacional e se exerce em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações.” Pretendemos aqui, a partir do *corpus* em análise, mostrar como se articula poder e moda, de que forma esse elemento se dá nas práticas relativas às vestimentas e, sobretudo, que poder é esse que se enreda no/emana do dispositivo da moda, já que

[...] o poder se dá em um conjunto de práticas sociais constituídas historicamente, que atuam por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos e dos quais ninguém pode escapar, pois não se encontra uma região da vida social que esteja isenta de seus mecanismos. (DUARTE, 2006, p. 47).

Partimos, assim, do princípio de que a moda, como um fenômeno complexo, envolve questões de ordem do poder e do saber; um objeto que se encontra no campo geral dos outros processos de poder, que transformam o próprio corpo através de relações diversas, mas todas permeadas pelas relações de poder. Para refletirmos mais apropriadamente sobre isso, fazamos nosso guia este texto extraído da revista *Veja* (figura 31):



Figura 31 – Vestida para mandar. Revista *Veja*, 2010.

Trata-se, como se faz notar, do gênero matéria jornalística escrita para circular num espaço da revista dedicado à moda. Essa matéria tem como foco a então candidata à

presidência Dilma Rousseff ou, mais precisamente, o visual por ela adotado durante a campanha. Tomando, pois, como ponto de partida o texto da figura 31, é possível, de imediato, estabelecer dois eixos para a compreensão do poder que se constitui/institui no interior das práticas relativas ao campo da moda: 1. As relações entre a moda e o poder, entendido aqui no sentido de um poder maior advindo de todos esses inúmeros micropoderes, 2. O poder que ganha forma e se institui no campo da moda, isto é, a moda enquanto parte integrante desses (micro)poderes de que fala Foucault. Além disso, é importante dizer que o discurso que ganha forma no interior dos dispositivos está fortemente ligado ao poder, visto que

[...] o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2009b, p. 10).

Antes de adentrarmos no texto propriamente dito, convém explicitar que, apesar de grande questionador acerca da tradição em se estabelecer o poder como ponto de partida, isso não significa que, para Foucault, não exista o poder. Para o autor, há, nas sociedades, mais que isso, há uma rede de relações de poder, daí que uma sociedade sem essas relações é pura abstração. A estrutura social seria, para Foucault (2011b), atravessada por múltiplas relações dessa natureza, que não se situam apenas em um local específico, como um aparelho de Estado, mas atingem a realidade mais concreta dos indivíduos e estão ao nível do próprio corpo social, penetrando as práticas cotidianas (MACHADO, 2011). Assim, de fato, Michel Foucault sempre procura redistribuir o poder em redes difusas ou ainda em relações de poderes, no entanto, ele considera sim a existência do poder, mas, diferentemente do tratamento dado por uma certa tradição de estudos históricos, trata-o como uma síntese ou um efeito desses incomensuráveis poderes que se distribuem historicamente no seio de uma sociedade; portanto, esse poder “[...] é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 1999, p. 88).

Visto, pois, sob a ótica da primeira via, a que aproxima a moda e o poder, o texto que abre esta seção se torna exemplar dessa relação. Em *Vestida para mandar* (figura 31) é possível perceber a intersecção, o embate ou ainda a luta entre estes dois dispositivos: de um lado, um dispositivo de poder e, de outro, um dispositivo da moda, cada um atravessado por inúmeros outros dispositivos. Isso pode ser notado nos excertos seguintes extraídos do próprio

texto, nos quais esse duelo entre o político e o *fashion* ganha forma em construções léxico-sintáticas:

i. “Mesmo sem frequentar tapetes vermelhos em noite de premiação do *showbiz*, políticos não conseguem passar incólumes pelo teste do figurino.”

ii. “Dilma Rousseff teve de se render a essa realidade da exposição permanente e tratou de investir em uma repaginação que eliminasse resquícios do visual militante da juventude e do nada lisonjeiro *look* “bibliotecária solteirona” quando ministra.”

Historicamente, é sabido que a relação entre moda e política ou entre as práticas da moda e o fazer político sempre estiveram em oposição, ou em conflito, ou em uma relação de indiferença, ou ainda em uma não-relação, “impedindo” que tais mundos se colidissem. Numa perspectiva da história tradicional, pode-se identificar a irrupção daquilo que chamamos de moda, a partir do século XVII e XVIII, com a própria ascensão política da burguesia.

Mas a moda [...] foi acompanhada mais fundamentalmente por um duplo processo de consequências incalculáveis para a história de nossas sociedades: a ascensão econômica da burguesia, por um lado, e o crescimento do Estado moderno, por outro, os quais, juntos, puderam dar uma realidade e uma legitimidade aos desejos de promoção social das classes sujeitas ao trabalho. (LIPOVETSKY, 2009, p. 46).

Além disso, numa época mais recente, políticos, seja no exercício do poder ou na busca pelo poder, se arvoravam, em suas falas públicas, de pertencer ao povo ou a esta figura disforme se identificavam, não tendo tempo ou necessidade de investimentos no campo visual para, dentre outras coisas, a conquista de votos (como se essa própria atitude não significasse por si mesma uma tal preocupação, já que, no caso dos homens, isso implicava em vestimentas que se afastavam da formalidade do terno e se aproximava da camisa de manga curta). Junte-se a isso o fato de que o campo do poder político ou, mais precisamente, o discurso político sempre foi, para a AD, um terreno bastante fecundo de observação, pesquisa e busca por entendimento uma vez que a própria disciplina se erigiu como uma intersecção de campos de saberes, em cuja base se encontravam a ciência e a política: “[...] a análise dos discursos (políticos) surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado.” (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

Dessa forma, na primeira fase dos estudos empreendidos no interior da AD, a chamada AD-1, os trabalhos se voltavam para discursos mais “estabilizados” por meio dos quais se intentava a identificação de traços homogêneos em espaços discursivos mais sólidos, como os discursos políticos de esquerda, tratados como fonte única, homogênea, límpida e exclusiva,

ou seja, a noção de corpus discursivo era compreendida como “[...] um conjunto de sequências discursivas estruturado segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso.” (SARGENTINI, 2012, p. 107-108). Marcada por movências e rupturas, retificações e redefinições, a AD se abre, se transforma e se reinventa ao longo de sua própria trajetória, incorporando novos conceitos e se reinventando pelo contato com outras fontes. É nesse processo que são trazidas para o interior desta disciplina algumas ideias foucaultianas, especialmente por intermédio dos trabalhos de Courtine (2009) em sua tese sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, tese reconhecida por Maldidier (2003, p. 76) como “[...] uma tentativa de síntese extremamente brilhante entre as proposições de Foucault e a teoria do discurso.” Tais ideias foucaultianas encontram-se registradas na *Arqueologia do Saber* e referem-se à noção de formação discursiva e, sobretudo, de enunciado:

A proposição de Courtine (2009) de redefinição desse conceito [de condições de produção] inscreve-se no desenvolvimento histórico da Análise do Discurso, orientando na direção de uma articulação da linguística com a história. Para tal redefinição, pauta-se no conceito de formação discursiva e, em especial, na noção de enunciado como proposta por Foucault (1986) em *Arqueologia do saber*. Esses dois conceitos serão primordiais para estabelecermos a relação da AD com o seu objeto que tem, sobretudo na atualidade, de forma intrínseca, natureza semiológica. (SARGENTINI, 2012, p. 103-104).

As posições de Courtine, que reinscrevem a AD nos domínios do histórico e reconfiguram a teoria e o *corpus* de pesquisa, são acatadas por Michel Pêcheux que, prefaciando o mencionado livro de Courtine, admitirá que “[...] já era a hora de começar a quebrar os espelhos.” (PÊCHEUX, 2009, p. 26). Courtine traz, assim, importante contribuição para a AD ao formular e introduzir no arcabouço teórico da disciplina do discurso a noção de “memória discursiva”, uma noção que encontra respaldo numa extrapolação feita a partir da leitura de campo associado de M. Foucault:

A introdução da noção de “memória discursiva” ao contrário me parece ter desempenhado um papel importante nas reconfigurações da análise do discurso. É a leitura de Foucault que tinha dado esta ideia a Jean-Jacques Courtine. Ela resultava de uma extrapolação feita a partir do “campo associado” apresentado por Foucault em *Arqueologia do Saber*. Simplesmente sugerido na intervenção de *Materialidades Discursivas*, o tema da memória, co-ligada no eixo vertical, à repetição, mas também ao esquecimento, ao apagamento e à denegação, será central nos trabalhos da RCP [Pesquisa Cooperativa do Programa]. (MALDIDIER, 2003, p. 76).

Nesse momento, alguns poderiam objetar ao que foi dito e se entregar a questionamentos do tipo: Por que remontar, mesmo que esquematicamente, essa breve

história de algumas transformações no interior da AD? Que fundamento teria uma tal retomada, visto que estamos aqui tratando de questões referentes ao poder que se articula no interior de dispositivos? Que finalidades, portanto, teria tal busca? Na tentativa de resposta, poderíamos ensaiar ou propor algumas reflexões.

Em primeiro lugar, a história da AD pode ser entendida, por si só, como uma busca marcada por erros e acertos, tentativas e efetivações de um referencial teórico-metodológico que buscou dessubjetivar o processo de leitura e a apreensão dos discursos. Olhar para essa história significa aprender com esse fluxo contínuo de adaptações para que se opere o mais próximo possível desse seu objeto, um objeto movente e essencialmente raro. Em segundo lugar, são esses ajustes na teoria, são essas reformulações que vão dando forma ao modo de apreensão dos discursos e das mudanças que vão se dando com o decorrer do curso da história, visto que uma teoria que se estagna não consegue lidar com os novos contornos e os novos objetos advindos de seus anteriores correlatos. Nesse sentido, vale pensar os discursos como rios que seguem seus fluxos, não de maneira serena e perene, mas com a violência que lhes é inerente, como diz Foucault (2009b, p. 53), em sua aula inaugural no *Collège de France*, “[...] uma violência que fazemos às coisas”, e, dessa forma, as rupturas ou as fissuras se assemelham às margens impostas a esses discursos, mudando seu sentido ou sua direção, barrando sua força ou dando-lhe novas roupagens, portanto, os ajustes teóricos operados ao longo de seu curso são necessários para entender essas nuances históricas que se vão operando ao longo do rio-discurso.

O discurso político, por exemplo, inicialmente visto a partir de sua fixidez e regularidade, mostra-se, com o correr da história, também sujeito aos dissabores desta passagem temporal e deixa entrever em seu interior as marcas dessas novas tendências, marcas estas advindas de atravessamentos de outros discursos, obedientes a uma certa ordem (ou desordem?) discursiva. Não por outro motivo, Michel Pêcheux vai dizer sobre essa língua de vento, materialização do discurso de então, língua de vento que atravessa a língua de madeira tão familiar à AD em seu princípio, esta caracterizada por sua dureza e por seu hermetismo (língua do direito e da política) relacionando-se intimamente com aquela língua flexível, cotidiana, mas quase referencial ou substancial das propagandas e das publicidades (PÊCHEUX, 2004). Também aponta para essas metamorfoses do discurso político face aos novos regimes de discursividade, já que “[...] na contemporaneidade, não se pode ficar cego às outras modalidades de linguagem que estão envolvidas no discurso político.” (SARGENTINI, 2012, p. 102).

É nesse sentido que buscamos aporte nos trabalhos e nas transformações operadas no interior da AD para mostrar essa outra faceta encontrada no discurso político: o investimento no visual, no estético das práticas tanto discursivas quanto não discursivas. Se compreendermos esse discurso como práticas ocorridas no interior de certos dispositivos e na intersecção deles, compreenderemos que uma “repaginação” de candidatos tem-se tornado uma constante e as campanhas são exemplares quanto a um número diversificado de profissionais ligados à área da estética, do comportamento e da moda, devotados à tarefa de aproximar candidatos políticos de seus eleitores, passando-lhes certa imagem que tal público-alvo espera. Política-espetáculo! No entendimento de Courtine (2003, p. 22-23):

Uma forma de fala pública, constituída com a Revolução Francesa, fundada sobre os antigos oradores, concebida sobre o modelo do teatro e que até há pouco tempo fazia a ligação entre o homem político e o cidadão, acabou por se apagar sob nossos olhos, não sem nostalgia nem desequilíbrio. Ela cede seu lugar a estilos de comunicação radicalmente novos [...]. Surge, ao mesmo tempo, uma nova divisão da verdade no campo político, que tende a escapar das demarcações tradicionais (direita/esquerda) para se repartir segundo as categorias do arcaico e do moderno, do *démodé* e do *fashion*.

Se antes imperava uma língua de madeira, substituída, posteriormente, por uma língua de vento, o que haveria no momento atual: uma língua de trapo ou uma língua de veludo? Para ficarmos no âmbito nacional, um exemplo significativo dessas mudanças linguístico-discursivas no interior do universo político é o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, após tentativas frustradas de ascensão ao cargo, empreendeu mudanças no visual e se elegeu em dois pleitos, o que, segundo alguns autores (MOLINA; MATHIAS; KOBAYASHI, 2012), dificilmente aconteceria se continuasse com o mesmo estilo consubstanciado em barba-cabelo-roupa *a la* líder sindical. O *marketing* pautado na ideia de um líder que acolhe ao invés de amedrontar, que sorri em vez de esbravejar, que veste terno e não uniforme, enfim a imagem “Lulinha Paz e Amor” corrobora o resultado da campanha. A preocupação com a estética, o visual, enfim, com isso que poderíamos chamar de elementos da moda, passa a ser visto como essencial no mundo das telas de alta resolução e de exposição permanente. O político deixa o *fashion* entrar em sua morada. Como prova dessa transformação, a figura 32 funciona como um bom exemplo:



Figura 32 – Dois momentos de Lula. *Guia de estilo para candidatos ao poder: e para quem já chegou lá*, 2012, p. 30.

Voltando ao texto da revista *Veja* (figura 31), não por outro motivo diz-se que: (ii) “Dilma Rousseff teve de se render a essa realidade da exposição permanente e tratou de investir em uma repaginação que eliminasse resquícios do visual militante da juventude e do nada lisonjeiro *look* ‘bibliotecária solteirona’ quando ministra”, é que, segundo entendimento do momento presente, um visual que rememorasse o passado, marcado por luta armada, prisões, embates político-ideológicos, regime militar, não se encaixa na ordem do discurso atual, definido como feliz, saudável, de bem com a vida. Vale ainda apontar, nesse excerto, a caracterização “bibliotecária solteirona” como um índice valorativo, pautado num pré-construído, daquilo que constitui o oposto da moda ou seu equivalente numa escala negativa. Esse pré-construído atesta não somente um desprestígio da profissão e de um estado civil da mulher, mas também evoca os estereótipos⁶ advindos daqueles/daquelas que se encontram fora dos padrões estabelecidos de felicidade, que são, em grande medida, relacionados ao sucesso e ao casamento. Isso nos leva imediatamente ao título da matéria:

(iii) “Vestida para mandar”.

⁶ Bakhtin (2002, p. 125-126) pontua interessante aspecto das fórmulas estereotipadas: “A modelagem das enunciações responde aqui a particularidades fortuitas e não reiteráveis das situações da vida corrente. Só se pode falar de fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias [...]. A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo.

Tomado na condição de enunciado, o que se encontra em (iii) é um elemento opaco, longe da lógica e da transparência que supõe haver num acontecimento como este. Sua materialidade, tanto lexical quanto sintática, quer dizer, um lexema verbal (*vestida*) com marca temporal de algo realizado, seguido de complemento (*para mandar*), insere-o numa rede de relações com outros enunciados, evocados para compor a cena por meio de uma memória discursiva, nos termos em que a entende Pêcheux (2007, p. 56):

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

Assim, esse enunciado dialoga diretamente com outros, formando uma série ou uma rede em que cada um constitui um nó, deixando o sentido à deriva. O exemplar seguinte (figura 33) é outro que poderia ser destacado nessa longa série de retomadas a que estão sujeitos os enunciados, constituindo uma rede de memória a que se ligam uns e outros, num contínuo e ininterrupto trabalho de (re)atualização dos sentidos.

Na figura 33, note-se a ambiguidade provocada pelo enunciado nessa situação específica que aponta para as possibilidades de entendimento que vão desde a acepção de *vestidos* como um sintagma nominal, indicador de uma peça da vestimenta feminina, ou um sintagma verbal, advindo da forma verbal *vestir*. Além disso, o complemento *para matar* também direciona para certas possibilidades de leitura, uma vez que poderia se referir à descrição legal de um crime que consiste em dar



Figura 33 – Vestidos para matar. Revista *Veja*, 1996.

cabo à vida de uma pessoa ou grupo de pessoas ou no sentido típico do universo *fashion* como sinonímia de algo de sucesso. Nesse caso, a matéria (figura 33) diz respeito ao início das

atividades de um profissional brasileiro em sua estreia como costureiro de uma das grandes *maisons* da *haute couture* francesa. De qualquer forma, tudo indica que tanto a matéria-alvo desta seção “Vestida para mandar” (figura 31) quanto a que foi exposta (figura 33) “Vestidos para matar” recuperam um enunciado outro vindo do universo do cinema na forma de um título de uma película: *Vestida para matar* (figura 34).

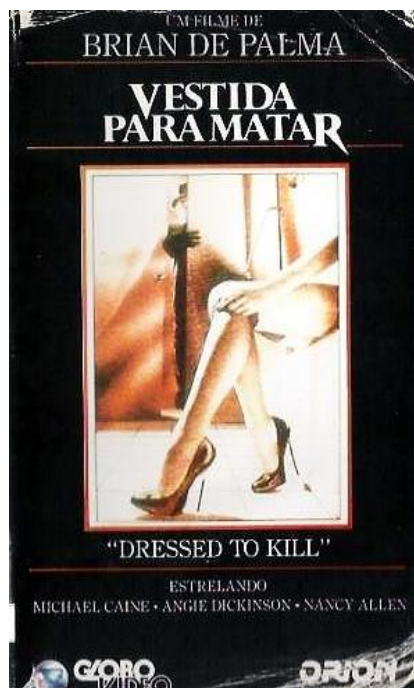


Figura 34 – Vestida para matar. Globo Vídeos, 1980.

Voltando ao texto motivador destas reflexões (figura 31), para que possamos entender o que está em jogo nos enunciados que ganham materialidade nesse texto, cujo alvo é a então candidata Dilma Rousseff, devemos buscar na história as possíveis relações entre os elementos que pairam nesse brumário. Há nesse texto um trabalho de memória operando sobre o atual que, necessariamente, incide perpendicularmente nos sentidos possíveis, bem como na construção de um caminho de interpretação para o que aqui nos interessa. Antes de mais nada, remontemos alguns pontos que dizem respeito diretamente sobre a figura emblemática que representa o poder no texto em questão.

Remexendo o passado, convém lembrar que a candidata ao mais alto cargo da esfera política ocupava, no governo anterior, uma posição de chefia, primeiramente no Ministério das Minas e Energias e, posteriormente, da Casa Civil, momento de grande visibilidade no qual a mídia põe em xeque tanto sua forma de atuação e sua competência quanto a sua forma de vestir. Alimentando ou retroalimentando o imaginário social, as páginas de jornais, quando da candidatura de Dilma Vana Rousseff, vão buscar num passado bem específico, referente aos anos de sua formação acadêmica e de sua atuação política, elementos para a construção de sua imagem como a de mulher política que, apesar de determinada, apresenta gosto duvidoso em relação à estética e à vestimenta, dentre outras coisas. Assim, recuperam em sua formação acadêmica em Economia e em seu *curriculum*, no qual consta a passagem por movimentos ligados à luta armada durante o período que corresponde à Ditadura Militar instaurada no Brasil com



Figura 35 – O passado de Dilma. Revista *Época*, 2010.

o golpe de 1964, momento em que foi presa e torturada, a imagem de uma mulher dura, obstinada, destemida, pouca afeita aos imperativos da moda ou à “arte” de se vestir. A imagem da candidata, costurada pela mídia a partir dos extratos de memória que são colocados a funcionar no acontecimento de sua chegada ao pleito em 2010, como pode ser visto na capa da revista *Época* (figura 35), é de uma candidata durona, masculinizada e com um passado de fichamento na polícia (vê-se na foto o carimbo típico das instituições burocráticas) e de luta com armas.

Por que, então, *Vestida para mandar*? Por quê, pensando foucaultianamente, esse enunciado e não outro em seu lugar? Retomemos, pois, o filme de Brian de Palma. Em *Vestida para matar* (figura 34), ambientado em Nova Iorque, na década de 1980, uma dona de casa vive uma aventura extraconjugal ao encontrar um estranho num museu e decidir ir com ele a um hotel para a realização de sua fantasia de um relacionamento sexual casual. A aventura termina com sua morte e, a partir disso, o filme se transforma num *thriller* policial, envolvendo detetives, prostitutas etc. Seria ela vítima ou culpada? Sua morte seria o preço pago por sua liberdade ou os desdobramentos de sua inconsequência? E mais: quem estaria vestida para matar? Se levarmos em conta a surpresa reservada para o final, que nos revela um personagem com uma dupla personalidade, sendo uma delas intimamente relacionada com sua orientação sexual, as possíveis leituras da película desembocam na reflexão sobre a situação paradoxal de atender a realização de algo da ordem do desejo e arcar com as consequências referentes ao perigo dessa decisão.

Paralelamente a isso, essa manchete faz funcionar uma memória referente à esquerda brasileira, notadamente marcada por uma relação de rebeldia e luta contra o regime de exceção instaurado com o golpe militar, que faz parte de uma historicidade, no caso da política brasileira, de um passado recente. Essa memória é chamada para a construção de imagens ou de identidades que assimilam, tanto em seus aspectos verbais quanto não-verbais, elementos referentes à possibilidade do exercício do poder. Nota-se, portanto, na interface entre o título do filme (figura 34) e manchete da revista (figura 31) um efeito de sentido que passa, no mínimo, pelo irônico ou, pra ser mais exato, pelo pejorativo sintetizado na fórmula *vestida para X*. Curiosamente, esse enunciado é encontrado em manchete veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 14 de novembro de 2008 (figura 36), quando se cogitava a possibilidade de lançamento da candidatura de Dilma Rousseff à presidência da República.

Analisado por Gregolin (2011, p. 100), o acontecimento publicado pela mídia envolvendo a pré-candidata Dilma, o então presidente da República Lula e sua esposa Marisa,



Figura 36 – Vestida para concorrer. *Jornal Folha de S. Paulo*.

num encontro com o Papa Bento XVI, abre-se para interpretações que envolvem a relação entre a imagem, na qual se nota a presença das tais figuras, com o enunciado da legenda. Os sentidos do evento captado pela mídia dizem respeito a essas duas materialidades, sendo impossível separá-las. Nas palavras da autora: “Evidentemente, a imagem tem uma composição, com seus planos, suas cores etc., mas essa legenda diz muito mais do que aquilo que podemos ler nessa imagem.” Além da relevância das relações entre a esquerda brasileira e a igreja católica que evocam uma historicidade de longa duração, as relações possíveis entre a legenda e a imagem pautam-se nessa memória que “[...] é convocada para atribuir a essa imagem o sentido irônico ou pejorativo que está sintetizado no início da legenda, na expressão vestida para concorrer, que remete o leitor ao título de um filme muito conhecido (*Vestida para matar*)”.

Às vésperas do pleito que a conduziria a ocupar a cadeira da presidência do Brasil, Dilma Rousseff é alvo, portanto, dessa matéria da revista *Veja* (figura 31) na qual se lê: “Vestida para mandar”. As questões que surgem desse enunciado são inúmeras, dentre as quais poderíamos considerar algumas: Quem estaria vestida para mandar: a candidata em si, o poder político, o poder do *marketing*, o poder que emana da mídia ou a própria moda enquanto poder? Existiria uma vestimenta para exercer o papel de mandatário? A vestimenta é um atestado quanto à prontidão para o exercício de um cargo? A candidata não estaria pronta, anteriormente, para mandar uma vez que não possuía ainda esse cartão de visita? De quem emanaria as regras do que vestir e não vestir para ocupar um cargo de mandatário? Que relações poderiam ser estabelecidas entre ocupar um cargo X e vestir de uma maneira Y?

Enfim, inúmeros são os questionamentos e todos, de alguma maneira, envolvem a temática do poder. Relembremos:

Foucault não concebe o poder nem como violência legalizada nem como violência que escapa à lei, pois, segundo suas análises, as relações de poder não se constituem na base das relações legais, no nível do direito e dos contratos, mas sim no plano das disciplinas e de seus efeitos de normalização e moralização. (DUARTE, 2006, p. 47).

De fato, o que se percebe nos exemplos em análise é, de um lado, uma multiplicidade de forças, sejam elas no plano do político ou, mais exatamente, do poder tomado institucionalmente, e de outro lado, a moda e sua emblemática forma de ação, de aproximação do poder e de constituição como um poder. É nesse sentido que Lipovetsky (2009, p. 278), dizendo sobre essa relação entre moda e poder, aponta que

[...] não se trata de pretender – hipótese absurda – que o processo frívolo anexe inteiramente a vida das ideias e que as reviravoltas ideológicas sejam comandadas por um lógica de renovação gratuita. Trata-se de mostrar que ele consegue imiscuir-se até nas esferas que, a priori, são mais refratárias aos movimentos da moda. Não vivemos o fim das ideologias, é chegado o tempo de sua reciclagem na órbita da moda.

De volta à figura 31, a imagem da atual presidente da República é aproximada da figura emblemática da mandatária da Inglaterra nos idos de 1980:

(iv) “Damas de ferro são mesmo tipos difíceis para a moda.”

A revista se refere à Margaret Thatcher, conhecida pela alcunha Dama de Ferro, eleita primeira-ministra da Inglaterra em fins da década de 1970 e reverenciada/odiada por sua política marcada pela dureza dirigida aos sindicatos. Para Thatcher ascender ao cargo, como se lê na matéria da revista:

(v) “[...] seu assessor, Gordon Reece, empenhou-se em construir para ela um visual capaz de contrapor-se ao do maior símbolo de autoridade de seu país, a rainha Elizabeth II.”

Nesta passagem (excerto v), para além da competição pautada na aparência em que se inscrevem os sujeitos na contemporaneidade, como sugerido pelo sintagma *contrapor-se* no excerto em destaque, é possível também apontar que as mudanças no âmbito da fala e do discurso, como já mencionado, já não se configuram como novidades (COURTINE, 2009), entretanto, o que tem sido mais próprio do fazer político a partir da década de 1980 é a preocupação cada vez maior também com relação ao aspecto não discursivo, ao visual.

Em contraposição, pois, às “damas de ferro”, são apontadas, como símbolo de elegância ligada ao poder político, outras mulheres: Michelle Obama, nos EUA, e Carla Bruni, na França:

(vi) “[...] os mais bem-acabados modelos de elegância feminina DNA política atual.”

No que diz respeito à primeira, parece haver um consenso a respeito de sua elegância e bom gosto talhados com gestos e atitudes comedidos, bem como a posições que atendam lados dissonantes: “ela já assumiu que gosta de mesclar vestidos de lojas populares com os de estilistas famosos.” (MOLINA; MATHIAS; KOBAYASHI, 2012).



AFINADINHAS Michelle Obama e Carla Bruni: até os acessórios refletem o estilo de governo dos maridos

Figura 37 – Afinadinhas. Revista *Veja*, 2010.

A ascensão da mulher ao poder – cuja imagem foi ao longo dos anos forjada por uma aproximação ou associação à moda –, é mostrada através dos exemplos de pessoas sem dotes para a vaidade, feminilidade, futilidade, conseguindo tal feito, ou seja, a ascensão, apenas após uma “repaginação” – note-se nesse signo um sintagma indicativo de algo propenso a ser manuseado, moldado etc. –; por outro lado, em contrapartida, a mulher elegante, bem vestida, de bom gosto, que combina discrição e estilo, são de duas primeiras damas, duas mulheres não diretamente no exercício do poder. Estamos diante, pois, de uma parte dos *sistemas de diferenciação* de que trata Foucault em sua análise do poder: de um lado, tem-se em (ii) o referencial negativo, portanto, o que deve ser evitado ou não se pode ser – *bibliotecária solteirona* – e de outro (vi), o referencial a ser seguido – *as musas do primeiro mundo*.

Assim, a então candidata ao governo, tendo tanto a sua postura política quanto estética posta em xeque no discurso que emana da revista, se transforma numa espécie de marionetes que oscila entre os dois polos do sistema de diferenciação imposto. É o que se nota em (vii): “Em busca de um estilo para chamar de seu, Dilma Rousseff não tem mandado bem.”

O entrecruzamento de diferentes esferas também se faz presente no enunciado *vii*, responsável pelas diversas leituras que se pode extrair do excerto. A proximidade dos sintagmas *mandato* e *mandado*, assim como a dubiedade deste último termo (na expressão *mandado bem*) são alguns exemplos do jogo posto em cena por meio da irrupção deste enunciado. Entretanto, a mais significativa relação possibilitada pelo excerto *vii* é a atualização que nele opera de um refrão de uma canção popular que diz *um homem pra*

chamar de seu. Acompanhando o raciocínio de questionar não apenas o visual de Dilma Rousseff, mas também suas pretensões políticas e até mesmo as de ordem afetiva, tal enunciado deixa aberto, assim, o campo da dúvida. Para tanto, também são chamadas a opinar pessoas ligadas à área da moda: estilistas, consultoras de moda, especialistas etc. enfim, uma miríade de conhecedores devotados à área são mobilizados para dizer – ou apontar – os erros e acertos da candidata. Está-se, pois, diante da relação entre poder e saber, relação essa marcada pela dupla necessidade de um e de outro, isto é, o poder dependendo de um saber que o ampara e vice-versa. No texto em análise (figura 31), é possível indicar elementos que confirmam a relação próxima e mesmo necessária entre ambos:

(viii) “Ela nunca deveria deletar o seu passado terrorista *fashion*, porque o povo se emociona com isso.”

(ix) “Ela vacila entre um *look* classe média e o visual chique-careta-burguês.”

Nos enunciados *viii* e *ix*, faz-se notar a ação de um poder que, pautado num saber específico, é capaz de dizer o que pode e o que deve, ou o que não pode e o que não deve. Em situações assim é possível atestar aquilo que Foucault denominou como uma microfísica, cujo estudo supõe que “[...] o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos.” (FOUCAULT, 2002, p. 26). Além do mais, nesses exemplos, observa-se algo típico do discurso: a contradição que lhe é inerente. Se a contradição é própria ao discurso, os exemplos apontam para estes questionamentos: Ora, não é exatamente esse visual engajado que tanto se critica em relação àqueles considerados *démodé*? Não é contra essa ideia de alguém poder manter um mesmo e único visual durante toda uma época que se combate nas trincheiras da moda? Não é exatamente esse passado, tomado agora como positivo, que parte da imprensa revirou para a construção de uma imagem da candidata que sugeria, entre outras coisas, perigo ou incapacidade de governo? Tais questionamentos só podem encontrar respostas se vistos sob o ângulo da contradição e de todo esse arsenal de instrumentos de que vale o poder para promover o controle, isto é, essa *modalidade instrumental* para que seja exercido. E, nesse caso, sabe-se que na outra extremidade, na ponta desse fio em que poder e saber se articulam para a constituição de subjetividades, encontra-se o corpo.

É o corpo da candidata que está em jogo nessa relação de poder? Segundo os padrões observáveis nas práticas contemporâneas, o corpo é objeto de luta, de controle, que se dá de diversos modos, seja por meio de dietas, da prática de exercícios físicos, do uso de cosméticos, das cirurgias plásticas. Nessa linha de raciocínio, também a moda, com suas

imposições sobre o que vestir e como vestir, se mostra como uma prática observável no mundo contemporâneo de controle do corpo individual e/ou mesmo social, ou seja, a moda se institui como um dos variados micropoderes que dão sustentação a essa forma de controle voltada e devotada à vida: o biopoder. O vestuário é elemento fundamental para que se crie a aparência somática ideal, isto é, sempre se mostrando jovem e com disposição. Por mais que noções de beleza, do que seja belo ou feio, agradável ou desagradável, brega ou chique variem com o tempo, essas noções são controladas e utilizadas como instrumentais para o exercício do poder. E isso demonstra sua capacidade de migração ou de transmutação, cada vez mais sutil e incisivo, transpondo e agindo sempre de forma inovadora, com a finalidade última de incidir sobre a vida por meio de uma biopolítica, tornando ainda mais dócil e útil essa massa corpórea. Apesar de já antigo, esse poder se estrutura como um poder ultrajovem.

Na figura 31, esse enredamento pode ser visto através do arsenal de saberes posto em ação com a finalidade de “sabatinar” visualmente ou fazer uma espécie de raio-x da quase presidente da República. Uma espécie, portanto, de espetáculo do corpo falante. O que não deixa de ser uma outra configuração da confissão, embora às avessas, mas que, de qualquer forma, faz o indivíduo “dizer” o que está usando:



Figura 38 – Dilma 3 momentos. Revista *Veja*, 2010.

Sob o escrutínio de especialistas de moda, são feitas intervenções no modo de vestir da candidata, sugerindo ou mesmo impondo a imagem desta como de alguém que oscila entre um quase – *Leve e (quase) solta*; *Quase lá* – e um ainda não - *Baião de dois*. O importante a

se notar nesses casos é a articulação em torno de um *o que* e de um *como* vestir, isto é, o conhecimento de que uma roupa usada de uma forma pode gerar um efeito X ou vestida de outra pode gerar um efeito Y, prejudicial à imagem; e isso, em grande medida, passa a funcionar como um saber com *status* de veracidade. Importante também, nesse caso, é perceber a importância que ganha o detalhe, o elemento menor que faz a grande diferença. Tudo leva a crer – ou se faz crer – que somente os iniciados seriam dotados do poder de observar e conhecer tamanha e variada especificidade, restando aos demais (desde que dispostos a desembolsar volumosa quantia) a possibilidade de requisitar os serviços de especialistas. É nesse sentido que é possível vislumbrar esse saber como constituído pelas relações de poder, e não a partir de um sujeito de conhecimento de onde emanaria, e mais: “Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem sua gênese nas relações de poder.” (MACHADO, 2011, p. XXI).

Dessa forma, podemos pensar que o poder na atualidade é posto em exercício de forma sofisticada e diversificada ou ainda sutil e pulverizada, dando aos sujeitos uma falsa impressão de liberdade e autonomia sobre seus corpos, implementando ou, para ser mais exato, impondo a necessidade de “estar sempre na moda”, através de práticas e hábitos considerados invejáveis e, ao mesmo tempo, difíceis de seguir, mas necessários para a obtenção da “felicidade”. É, com certeza, um formato avassalador advindo dessas relações de poder, por meio das quais os sujeitos são forjados, a partir de uma constituição de si pautada



Figura 39 – Confesso que usei. Revista *Veja*, 2004.

na aparência e na (quase) impossibilidade de se adequar à forma padrão, a adotar o ideal estabelecido. Assim, o estar sempre a um passo do modelo ideal ou o estar sempre de acordo com a moda que não é a última moda, mas a anterior, é parte desse instrumental que

utilizado algo considerado como bonito e em acordo com a moda de outro momento também aponta para o funcionamento desse poder, ou desse biopoder, para ser mais exato, como se nota no texto “Confesso que usei” (figura 39):

Ilustrada com exemplos variados, a matéria em destaque (figura 39) deixa entrever a ainda atual prática da confissão, cuja presença no discurso da moda também se faz notada. Em consonância com os estudos foucaultianos, a confissão, desde a Idade Média, é um importante ritual para a produção de verdades. Confessam-se crimes, pecados, pensamentos, desejos, sonhos, doenças e nas mais variadas esferas da vida pública ou privada. Nas palavras de Foucault (1999, p. 58): “[...] a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder.” E acrescenta:

A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporados a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não “demanda” nada mais que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida à força, porque a violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só se poderá articular à custa de uma espécie de liberação. (FOUCAULT, 1999, p. 59-60).

A confissão, nesse caso, funciona como um dispositivo que, no confronto com o dispositivo da moda, reforça a existência de determinados estereótipos sociais. Tais estereótipos, por se encontrarem pulverizados socialmente, ajudam a constituir subjetividades por duas vias: primeiro, submetendo os indivíduos a um tipo de poder que se pretende hegemônico e que faz aparecer nos corpos, através de suas múltiplas táticas, características relativas a uma padronização indispensável – ou tida como tal – para o bem viver; segundo, incitando nos indivíduos certo arrependimento ou mesmo vergonha acerca do uso do que fora determinado padrão e conduzindo-os a uma retratação por meio do uso de uma forma nova, mais atual, mais condizente com as modas mais atuais de se vestir e comportar. O ciclo, assim, se fecha sobre o indivíduo que é coagido a assumir uma identidade pautada em modelos/estereótipos, e o funcionamento de tal imposição se dá de modo a, no final, o indivíduo ser subjetivado em consonância com uma forma ideal, sem a qual, não é possível viver – o que abre caminhos para que se instaurem as resistências.

Retomemos, pois, as palavras de M. Foucault (1999, p. 88-89):

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras [...]; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização

institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Quem exerce o poder? Onde o exerce? Até onde pode ser exercido? De fato, onde se encontra poder, está-se diante de seu exercício. O poder, com suas múltiplas formas de ação e numa atitude preventiva face a uma possível e/ou provável recusa à sua influência, dita as regras de que a aceitação social baseia-se na conformação às normas de conduta voltadas para a aquisição de um modelo, tanto somático quanto de vestimenta, cada vez mais inalcançável, seja, no caso do físico, com um padrão de músculos ou magreza inacessíveis, ou, no caso da moda, a impossibilidade de estar sempre e o tempo todo em consonância com seus preceitos. Isso tem como consequência um enredamento cada vez maior promovido no interior desses dispositivos, alcançando a docilidade dos corpos. Nesse sentido, vê-se surgir inúmeras instituições, lugares ou eventos cujo objetivo é o entrelaçamento de sujeitos ao poder-saber no interior do dispositivo da moda. De eventos de moda a construções voltadas para compra/venda de produtos fashion, de pesquisas sobre o setor a estudos no âmbito acadêmico, de indústrias com foco nesse ramo a faculdades focadas no estudo da moda, enfim, todo um arsenal posto em ação para efetivar o que, numa análise de poder, toma como correspondente *formas de institucionalização e de racionalização* desse poder.

É nesse sentido que vemos proliferar, dentre outras coisas, manuais e guias cuja finalidade passa pela apresentação de dicas, técnicas e explicações voltadas à constituição de subjetividades. A quantidade de livros dessa natureza é extensa, mas, a título de exemplo, gostaríamos de apontar um deles. O *Guia de estilo para candidatos ao poder ou para quem já chegou lá* (2012) é um exemplo desses guias, cujas pretensões perpassam certa caracterização do candidato/da candidata a um cargo político. Com relação aos candidatos, o manual indica o que deve ser usado e o que não. Quanto aos homens, é indicado, dentre outras coisas, o uso de camisas longas (cujas mangas sejam dobradas, no máximo, duas vezes!), cores claras e, se o evento for informal, camisa manga curta⁷ (que jamais deverá ser usada com terno!) e um jeans claro. No caso das mulheres, sejam elas concorrentes a um cargo político ou esposa de um candidato (o manual não menciona o caso de um homem esposo de uma candidata), deverá evitar decotes, fendas, brilhos, roupas muito justas, vestidos exagerados, barriga à vista, transparências, roupas muito curtas. O corpo da figura pública deve ser ainda exemplar, no sentido de não demonstrar exageros e nem descuidos. Como se nota, há todo um cerceamento

⁷Anne Hollander dá uma explicação curiosa quanto à proibição da manga curta. Segundo ela, “as camisas masculinas modernas formais de mangas curtas, muitas vezes proibidas em circunstâncias estritamente sociais, têm em parte um quê perturbador porque na verdade foram tomadas como empréstimo às mulheres, para quem a exposição do braço é respeitável.” (HOLLANDER, 2003, p. 81).

nas possibilidades de vestimenta de pretensos candidatos/candidatas ao poder, poder esse que, no entendimento foucaultiano, é para os ocidentais o que mais se mostra e o que mais se esconde: “o poder no Ocidente é o que mais se mostra, portanto o que melhor se esconde [...]. As relações de poder estão talvez entre as coisas mais escondidas no corpo social.” (FOUCAULT, 2011b, p. 237).

Desde o momento pré-campanha eleitoral durante o qual se começou a cogitar a possibilidade de Dilma Rousseff ser candidata até o momento em que, computados os votos, foi sagrada presidente da República, uma série de acontecimentos se puseram a funcionar, fazendo e refazendo o histórico, colocando em andamento eventos que constituíram essa rede a qual nos aludimos nesta seção. O acontecimento da candidatura e, posteriormente, o da eleição de alguma forma constituem-se de rupturas e fissuras que, remexendo na teia discursiva, faz com que os dispositivos tenham que se rearranjar para dar conta dessas novas configurações, daí que tanto um dispositivo de poder quanto um dispositivo de moda se encontram numa relação de instabilidade e de conflito que requer ajustes para continuar funcionando.

Moda e poder se veem, então, confrontados, chamados a essa arena de constituição de sujeitos e de correlações de forças para que se instituem como tal. “O poder é guerra, guerra prolongada por outros meios.” (FOUCAULT, 2011b, p. 176). O mito da gata borralheira é posto em ação já que a transformação de si, a partir de práticas confessionais não literais – já que não se confessa apenas quando diz algo, mas também quando se mostra algo –, é um imperativo que se faz presente nestas sociedades contemporâneas ocidentais. Desleixo que se transforma em estilo, feiura que se transmuta em beleza, são atitudes que, a todo momento, os sujeitos estão sendo chamados a empreender. Seríamos todos, em certa medida, gatas borralheiras necessitando se desdobrar para mostrar-se saudável e bem vestidos o tempo todo? Sempre alertas para não vacilar e cair no ridículo? Dessa forma, ganha ainda mais valor as palavras de Simmel (2008, p. 33): “[...] de facto, é quase um sinal do poder intenso da moda que ela, em vez dos seus domínios originários, das exterioridades do vestir-se, arraste cada vez mais para a sua forma mutável também o gosto, as convicções teóricas e até os fundamentos morais da vida.”

3.3. Jeans sem erro? Tá aqui: moda e saber

A moda está em todo lugar: na rua, no *shopping center*, na escola, na televisão, na passarela, na mídia (especializada ou não), enfim, parece não haver espaço em que não consiga se estabelecer. Notadamente, o cinema é um desses territórios em que ela encontra um terreno fértil para suas *performances*, já que não é recente a “descoberta” da moda pela sétima arte e vice-versa. Das produções cinematográficas mais recentes que ilustram essa relação, gostaríamos de destacar, para iniciarmos esta seção, o filme *The Devil Wears Prada* (*O Diabo Veste Prada*, EUA, 2006).

A película se encaixa no gênero comédia romântica que, de forma enviesada, atualiza o mito da gata borralheira, trazendo-a para o interior do mundo da moda: uma garota do interior, morando em um grande centro urbano, passa a trabalhar como assistente de uma conhecida e temida diretora de revista de moda. A certa altura do filme, antes de sua transformação em uma bonita, eficiente e conhecedora do mundinho *fashion* (note-se nisso um processo de subjetivação do indivíduo), acontece uma espécie de embate entre as personagens centrais. O diálogo a seguir se passa no decorrer de uma reunião para apresentação do material a ser utilizado no editorial da revista fictícia *Runway*, na qual Andrea, assistente da editora-chefe Miranda Prestley, personagens desta obra ficcional, ri diante do “dilema” da escolha entre dois acessórios praticamente idênticos:

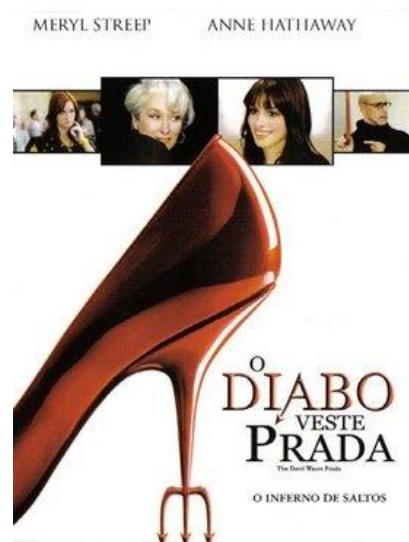


Figura 40 – O Diabo veste Prada. 2006.

(i)

MIRANDA: - Algo engraçado?

ANDREA: - Não, não, nada. Só que os dois me parecem idênticos. Estou aprendendo sobre essas coisas.

MIRANDA: - “Essas coisas”?

MIRANDA: - Entendi. Acha que isso não tem nada a ver com você. Você vai até o guarda-roupa e escolhe esse suéter azul folgado para dizer ao mundo que se leva muito a sério para se importar com o que veste. O que você não sabe é que esse suéter não é apenas azul. Nem turquesa. Nem lápis-lazúli. Na verdade é cerúleo. E não tem a menor noção que em 2002 Oscar de la Renta fez vestidos cerúleos e Yves Saint Laurent jaquetas militares cerúleas. E o cerúleo logo foi visto em oito coleções diferentes. E acabou nas grandes lojas e, um tempo depois, em alguma lojinha vagabunda onde você, sem dúvida, o comprou numa liquidação. Esse azul representa milhões de empregos e é meio cômico que ache que sua escolha a isente da indústria da moda quando, de fato, usa um suéter que foi selecionado pelas pessoas daqui. No meio de uma pilha de “coisas”.

O trecho final do diálogo é emblemático para o que pretendemos nesta seção. Note-se em (i), de um lado, a figurativização da luta entre a tríade saberes-poderes-sujeitos e, de outro, a resistência a esses elementos-base de um dispositivo. Não há como fugir da moda, pois, mesmo não querendo entrar nesta ordem ou mesmo tomar conhecimento dela, os sujeitos se veem enredados por seu discurso, mesmo quando acreditam estar rompendo com a ditadura das tendências. Nesse sentido, é emblemática a fala da personagem editora-chefe da revista. Ao se voltar para a sua assistente, a temida personagem se coloca numa posição de sujeito que é autorizado a falar do centro do dispositivo da moda, consubstanciando o discurso que daí emana. Percebe-se todo um saber posto em ação, isto é, práticas discursivas (e não discursivas) que, juntamente com o poder que se enreda com tal saber, constrói comportamentos, formas de estar e de se posicionar no mundo. Em (i), percebe-se a institucionalização característica dos dispositivos que, amparando-se na tríade que o constitui, é atravessado/deixa-se atravessar por outros dispositivos através de seus respectivos discursos, sejam eles o da economia, da hierarquia etc. Destaque-se, nesse caso, especialmente o arsenal de saberes articulados para que a força argumentativa da personagem materialize a relação de poder que se dá por meio de tal diálogo.

Para tentar entender esse elemento constitutivo de um dispositivo, seja ele a moda ou outro qualquer, convém rememorarmos alguns pontos definidores da noção de saber para Michel Foucault (2009a):

1. Conjunto de elementos formado de maneira regular;
2. Advindos de uma prática discursiva, especificada pelo domínio de objetos, pelo espaço ocupado pelos sujeitos para falar, pelos conceitos e pela utilização/apropriação oferecidas pelo discurso;
3. Indispensáveis à constituição de uma ciência, mas não destinados a dar-lhe lugar.

Desse breve resumo, podem ser extraídas ideias e tiradas conclusões acerca do saber, que, juntamente com o poder, trabalha na produção de sujeitos no interior de dispositivos.

Trata-se, tal saber, de uma conjunção de elementos – ou linhas, segundo Deleuze – visíveis e enunciáveis *formados de maneira regular por uma prática discursiva*, ou seja, por meio de uma regularidade/reiteração passível de ser encontrada no interior de práticas, não quaisquer práticas, mas discursivas, isto é, as que se dão por meio de discursos. No tocante ao termo *prática*, Foucault o entende como “[...] a existência objetiva e material de certas regras a que o sujeito está submetido desde o momento que pratica o ‘discurso’” (VEIGA-NETO, 2007, p. 45). Ganha relevo, em tal noção, a ideia de regularidade que, em Foucault, aparece como advindo de certa dispersão. Mas destaque-se ainda uma vez mais a ideia de prática

discursiva, já que para que haja saber são fundamentais as ações ou as relações: “[...] é o discurso que constitui a prática, de modo que tal concepção materialista implica jamais admitir qualquer ‘discurso fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem’”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 45). E isso não somente para constituição de científicas, mas também de saberes outros que não receberam a chancela acadêmica.

Quanto à moda, sem dúvida, ela existe como resultante de práticas no interior dos grupos sociais, o que nos leva a pensar que sua dinâmica envolve a relação entre saberes e poderes. Enquanto dispositivo, é atravessada por linhas de visibilidade e enunciabilidade, que em confronto com outros dispositivos desencadeiam processos de constituição de individualidades. Contrariando a noção que pensa a moda como da ordem do irracional (SVENDENSEN, 2010), preferimos pensá-la como da ordem da racionalidade discursiva, o que implica em admitir que está submetida a questões de ordem sócio-histórica. O problema que se coloca, a partir daí, passa pelo (re)conhecimento de ser/não ser a moda um objeto de cunho e de interesse científico: A moda, sob o ponto de vista do saber, pode ser considerada como ciência, como positividade?

A discussão é longa e o resultado nem sempre elucidativo, mas, a título de informação, é válido citar que, de acordo com números do Ministério da Educação⁸, há no Brasil, hoje, cerca de 166 cursos de moda e *design* de moda, dentre os quais 33 bacharelados em moda e 36 em *design* de moda. A grande maioria desses cursos é ofertada por instituições que se localizam no sul e sudeste brasileiros, seguidas pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Números que, sem dúvida, atestam a busca por sistematizar, no âmbito acadêmico, esse(s) saber(es) advindos dos território *fashion*.

Isso não resolve a questão, como não é interesse nosso, entretanto nos remete à divisão, estabelecida por Foucault, entre os domínios científicos e os territórios arqueológicos. Quanto a estes, a prática discursiva forma um saber que “não é nem o esboço enrugado, nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída” (FOUCAULT, 2009a, p. 206), o que conduz ao pensamento que, em termos discursivos, as ciências (realmente ciências ou pretensamente ciências) “[...] aparecem no elemento de uma formação discursiva, tendo o saber como fundo”. No que se refere aos territórios arqueológicos, Michel Foucault (2009a, p. 205) explica que “[...] podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas.”

⁸ Esses números foram extraídos do e-Mec: Sistema de Regulação do Ensino Superior e estão disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

Independentemente da produtividade da discussão em torno da cientificidade (ou não) da moda, preferimos entendê-la como pertencente ao domínio do discurso e, portanto, passível de ser arqueologicamente analisável.

Levando em conta o exposto anteriormente, passamos a uma análise ou aplicação desses conceitos no campo da moda e indumentária. Toma-se como foco uma matéria da



Figura 41 – Capa. *Men's Health*, 2011.

revista *Men's Health* (figura 41), um veículo de comunicação notadamente conhecido por se voltar para questões referentes ao universo masculino. Na edição nº 65, de setembro de 2011, como pode ser conferido na imagem da figura 41, com a chamada na parte inferior da capa “Jeans! Jeans! 35 novas regras para o look imbatível”, uma matéria de sete páginas “informa” o leitor acerca de como escolher, combinar, usar as conhecidas calças jeans. Do extenso material, interessamos as seções “Jeans com a sua cara”, na qual é exposta de forma pormenorizada alguns exemplares da gama considerável de modelagens e tipos de calças jeans, e “Como usar jeans no trabalho”, momento em que se

delimita um jeito ou uma forma de fazer uso dessas peças no ambiente de trabalho.

Vale aqui justificar a razão da utilização de textos da mídia para uma tal análise. Quanto a isso, é possível pensar a mídia, em geral, e as revistas, em particular, como um lugar muito apropriado para que se construam saberes diversos. Na sociedade contemporânea, esse espaço é o principal dispositivo discursivo que “[...] formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente.” (GREGOLIN, 2007a, p. 16). A mídia é, sem dúvida, “[...] a palavra que melhor designa a multiplicidade das formas de circulação de discursos.” Daí que o trabalho com a mídia torne-se hoje essencial dada a sua presença, importância e influência na vida das pessoas, já que “[...] certamente, não se compreende mais nossa sociedade se sua análise não considerar revistas, jornais, *sites*, *blogs*.” (POSSENTI, 2007, p. 13).

Mas que saberes são esses próprios à moda? De que se constituem? Em que se baseiam? Como são formados? Para que possamos encontrar caminhos de respostas a essas perguntas, primeiramente, é produtivo que se retenha o olhar à primeira folha da matéria situada no interior da revista. Tendo como pano de fundo o que seria a parte posterior de uma suposta calça jeans; na etiqueta desta peça nota-se a inscrição:

(ii) “Jeans sem erro? Tá aqui.”

e, logo abaixo, simulando um pedaço de papel cuidadosamente deixado para fora do bolso, outra inscrição:

(iii) “Saiba tudo sobre as últimas tendências de *jeanswear* e esteja pronto para curtir o verão 2011. Damos o caminho, mas o estilo é seu!”

Eis, portanto, a primeira página da matéria:



Figura 42 – Jeans sem erro? Tá aqui! Revista *Men'sHealth*, 2011.

Já, de início, constata-se que se trata de um texto voltado para leitores do sexo masculino, notadamente pelo uso do sintagma verbal *esteja pronto*, indicativo do público ao qual se dirige tal matéria. Isso parece uma obviedade, mas convém lembrar que a revista tem como alvo este público e subjaz ao seu corpo editorial uma concepção sobre seu leitor, bem como uma forma de tratá-lo que o constitui e, conseqüentemente, acaba por subjetivá-lo, dado que os sujeitos são “[...] o resultado da constituição do indivíduo ante os mecanismos de subjetivação presentes na atualidade.” (FONSECA, 2003, p. 13). No entendimento de Possenti (2007, p. 14),

[...] as revistas não são apenas masculinas ou femininas, adultas ou juvenis. Elas retomam – e ajudam a constituir – os que têm a idade que têm, mas gostam de ter outra, ou que têm a idade que têm e, por isso ou apesar disso, usam tatuagens ou piercings ou frequentam academias e, por isso, precisam saber como alimentar-se e com que roupa ir aos diversos lugares, sem contar que são elas que dizem a que lugares se deve ir.

Do jogo entre elementos discursivos e não discursivos constituem-se e orientam-se sentidos que permearão todo o texto. A imagem do jeans um pouco desbotado e surrado, para além de um elemento casual inserido na página, reitera, num misto entre o chamativo e o redundante, aquilo sobre o qual a matéria incidirá. Sendo assim, não bastaria enunciar verbalmente do que se trata, mas, de forma sutil, numa mistura de originalidade e confirmação, diz-se para esse leitor-sujeito, aquele que ignora as últimas tendências de moda ou de estilo, aquilo de que ele necessita. Por que ele não saberia? Seria mal informado, desinformado, despreocupado? Ou não seria seu papel sabê-lo? O suporte midiático aparece, então, como uma espécie de elemento redentor que, dotado de saberes diversos, o arrebatará desse pecado quase original: o desconhecimento acerca de algo tão importante nos dias atuais. Nesse instante, já se nota, portanto, a constituição de funções ocupadas no discurso: alguém na posse de um saber enuncia para um outro diante da iminência de uma situação de precisar saber. Assim, a relação próxima entre elementos do saber, do poder e da constituição do sujeito ganha seus contornos desde esse primeiro momento.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se, portanto, a configuração de um lugar similar ao espaço ocupado por um especialista, isto é, de alguém que detém um saber sobre algo que outrem não possui e, por esse motivo, constitui-se como uma voz autorizada para enunciar certas falas, estabelecer determinados comportamentos, apontar as vestimentas corretas e o modo de combiná-las. Situamo-nos, portanto, na era dos peritos (MACHADO, 2011, p. XXII), uma era em que “[...] cada vez mais se impõe a necessidade do poder se tornar competente.” Se tomarmos por base o enunciado (iii) “Saiba tudo sobre a última tendência”, tal posição em relação a este saber se confirma uma vez que a expressão *Saiba tudo* nos remete à ideia de um saber em posse de um sujeito, que não é apenas de uma parte/parcela do objeto em questão, mas de sua totalidade. Isso nos faz recorrer a Foucault que, ao discorrer sobre a formação das modalidades enunciativas, levanta questionamentos a respeito desse sujeito que fala, que pode falar, que é autorizado a dizer o que diz:

Primeira questão: quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos

indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2009a, p. 56).

Nesse sentido, talvez não seja excessivo perceber esses guias “de estilo” como uma forma eufemística de direcionamento da vida e os sujeitos, assim subjetivados (ou assujeitados?) por tais enunciados, passam a gerir as suas “escolhas”, acreditando ter poder sobre suas vontades e sua vida pessoal, numa simulação de autonomia. A forma imperativa do verbo saber (*saiba*) nos remete, concomitantemente, a estas duas direções: 1. A posição mandatária que emerge do discurso da moda (como já discutido em seções anteriores neste trabalho); 2. A necessidade de um conhecimento, ou melhor, da posse de um saber para que se encaixe nos modelos disponibilizados socialmente. Acresce-se a isso a necessidade de se ter ou de se encaixar em um estilo, de buscar algo que traduza uma suposta individualidade:

Retomemos o excerto (*iii*) “Damos o caminho, mas o estilo é seu!”. Aqui se tem algo próximo de uma atualização do adágio popular que diz, mais ou menos, que o importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. A responsabilidade é passada para o sujeito que, situando-se como o outro extremo dessa rede ou desse processo de subjetivação, isto é, de constituição de si a partir de determinados dispositivos, dentre eles, o dispositivo da moda, passa a acreditar que é o responsável por suas escolhas. Essa liberdade de ser o que pretende ser, essa liberdade de ação torna, assim, a sujeição mais eficaz, constituindo a base para o exercício do poder – exatamente como previsto pelo adágio foucaultiano de que não há poder sem liberdade.

Isso nos conduz ao próximo segmento da matéria, intitulado “Jeans com a sua cara”, (figura 43) no qual é possível encontrar um leque de “novos estilos” oferecidos ao leitor para que ele tome conhecimento e, como apontado no subtítulo, para que escolha o caimento ideal.

Estilo **Jeans**

Novos estilos oferecem mais opções para você escolher o caimento ideal

Jeans com a sua cara!

Camiseta Highstil
97,50 REAIS

Jeans 7 For All Mankind
694 REAIS

Sandália The Craft Shoes Factory
177 REAIS

Camiseta Cavaleira
119 REAIS

Jeans Calvin Klein
319 REAIS

Tênis Redley
210 REAIS

Camiseta Colcci
98 REAIS

Jeans Colcci
486 REAIS

Tênis Ferracini
199,90 REAIS

SLIM

O corte: o slim de hoje é o novo jeans reto, apenas mais justo, mas não tanto quanto o skinny. Não se assuste, ele pode vir mais curto de fábrica, alguns modelos economizaram até no comprimento. A versão mais escura é indicada a quem está um pouco acima do peso. **Barra:** mostre o tornozelo! Dobre a barra de forma fina e desalinhada. A altura deve ser três dedos acima da sola. Sim, é estilo pescador mesmo! **Use com:** sandálias e chinelos de couro. Outra opção é combinar com tênis mais baixo e camiseta. O corte slim vai bem do trabalho à balada.

ALFAIATARIA

O corte: ela limita o corte das calças de alfaiataria. O que muda é o tecido – o jeans. O bacana é que o estilo permite padronagens, como risca de giz (neste modelo) ou xadrez. **Barra:** para um visual mais preppy (estilo estudante de escola americana) você pode dobrar a barra. Se preferir, deixe-a feita, como uma calça social comum. **Use com:** camiseta, camisa, tênis e sapato. Você pode optar por um look mais despojado para sair à noite, com tênis e camiseta; ou um mais sóbrio para o trabalho, com camisa e sapato.

ALICATE

O corte: tem uma curvatura na modelagem da perna lembrando um alicate. Dá maior conforto nos movimentos e a ideia de um visual mais moderno. **Barra:** deve ser mais curta. Você pode deixar levemente enrugada (meio sanfonada), mas não empapada (com tecido soltando) em excesso. **Use com:** peças básicas, como camiseta lisa e tênis com a sola bem baixa. A calça é a principal atração do visual. Penha no fim de semana ou à noite para ir a uma balada descolada.

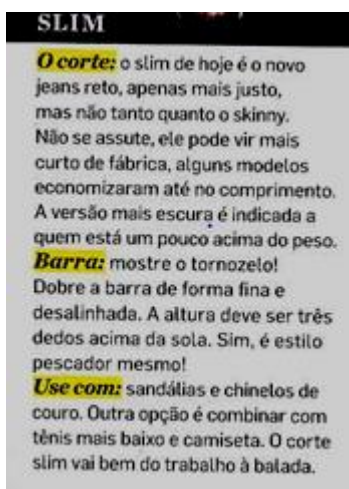
128 SETEMBRO 2011

Figura 43 – Jeans com a sua cara! Revista *Men'sHealth*, 2011.

Das possibilidades existentes, são expostos alguns tipos, tais como: *slim*, alfaiataria, alicate, *super skinny*, *slim boot* e reto *relaxed*, cada um deles seguido de sua caracterização e a respectiva forma de usá-los. É interessante como um saber é constituído e exposto (ou vice-versa) nesses segmentos, não um saber, evidentemente, de ordem canônica, como os visados por M. Foucault em *As palavras e as coisas*, mas, sim, de outro tipo, mas que, de alguma maneira, também se constitui por meio de práticas e acaba por construir certas verdades – ou vontades de verdade, como diria o pensador francês. Trata-se de saberes condicionados ao verdadeiro de uma época e, no caso da moda, varia ao sabor das mudanças das estações. De práticas perceptíveis no cotidiano a determinações impostas por *maisons de prêt-à-porter*, esses saberes são dos mais diferentes tipos e sua mutabilidade se liga diretamente ao sabor dos modismos, uma vez que sentir-se fora de moda torna-se parte do jogo que estimula o consumo, conforme se depreende da figura 39.

No interior das discussões a respeito da linguagem e do discurso, a utilização de termos em língua inglesa confirma o império de dois saberes que perpassam o dispositivo da moda: o linguístico e o *fashion*. Como fios que se cruzam no interior de um tecido, língua e

moda se imiscuem no enredamento de subjetividades, uma vez que o uso de certas línguas, mais especificamente da língua inglesa, conferem *glamour* ou refinamento nos preceitos



advindos da moda. No entendimento de Vincent-Ricard (2008, p. 144), isso se traduz da seguinte forma: “Quando um termo de moda impõe-se de maneira imperativa, difunde-se pelo mundo na língua de seu país de origem. E torna-se embaixador não só de uma determinada moda, mas também de um estilo de vida.”

Da mesma forma, é curioso que, em confronto com a figura 42, na qual se lê “Saiba tudo sobre as últimas tendências”, a gama de possibilidades apresentada ao leitor no texto da figura 43 contraria a ideia de um *tudo* prometido anteriormente. A hipótese mais ajustada a se pensar, nesse caso, é a de que esse tudo não corresponde à totalidade universal de possibilidades, mas daquelas que são mais apropriadas, isto é, aquilo que está possibilitado ou disponível para ser utilizado. Isso se assemelha à metáfora do supermercado: o que se encontra em seu interior é uma gama considerável de produtos para serem consumidos, mas isso não significa que todos os objetos ali expostos estejam ao alcance do consumidor; das possibilidades oferecidas, haverá sim alternativas para a escolha, mas uma escolha direcionada para um ou alguns daqueles que foram previamente “disponibilizados”. Aliás, a noção de supermercado é, de acordo com alguns autores, uma metáfora bastante produtiva no/para o universo da moda, sendo possível falar até mesmo em “supermercado de estilos.”⁹

A finalidade primeira e mais evidente passa, então, pelo consumo. O sujeito das sociedades modernas é impelido a todo momento e em todos os lugares a comprar e, assim, transforma-se ele também numa mercadoria, confunde-se com a sua própria ação de comprar. Uma “sociedade de consumidores” ganha forma na contemporaneidade, cuja característica mais proeminente é a “[...] *transformação dos consumidores em mercadorias*; ou antes, sua dissolução no mar de mercadorias” (BAUMAN, 2008, p. 20). A matéria em questão corrobora essa ideia ao se transformar em um catálogo de venda de produtos, já que os “estilos” disponibilizados aos leitores são acompanhados dos referidos preços. A quantia informada ao lado de cada *look*, isto é, de cada combinação de roupas e sapatos refere-se às peças utilizadas

⁹De acordo com Palomino (2010, p. 45): “Segundo Polhemus, ‘supermercado de estilos’ é como se todo o universo, todos os períodos que você jamais imaginou, aparecesse como latas de sopa numa prateleira de supermercado: ‘Você pode pegar os anos 70 numa noite, os hippies em outra [...], um moicano punk e um rímel dos anos 60 [...] e, pronto, você tem a sua própria e sincrônica amostragem de 50 anos de cultura pop”.

nessa espécie de editorial de moda (figura 43), mas poderia ser interpretada também como o montante a pagar para se ter uma identidade, já que:

Como compradores, fomos adequadamente preparados pelos gerentes de marketing e redatores publicitários a desempenhar o papel de sujeito [...]. E à medida que mais e mais necessidades da vida, antes obtidas com dificuldade, sem o luxo do serviço de intermediação proporcionado pelas redes de compras, tornam-se ‘comodizados’ [...], as fundações do ‘fetichismo da subjetividade’ são ampliadas e consolidadas. Para completar a versão popular e revista do cogito de Descartes, ‘Compro, logo sou...’, deveria ser acrescentado ‘um sujeito’. (BAUMAN, 2008, p. 26).

De volta à temática do saber, o texto (figura 43) se mostra emblemático quanto a gama de saberes oriundos do dispositivo da moda. Tome-se o exemplo do modelo *slim*. Do inglês “justo, ajustado”, é dito que se trata do novo jeans reto (o *slim de hoje é o novo jeans reto, apenas mais justo*). Mas o que é um jeans reto? Um jeans sem curvas ou excessos? E o que dizer desse novo que ocupa o lugar do antigo jeans reto? Isso leva a supor a existência de um saber já constituído relativo a um modelo que ocupa a posição do tradicional, isto é, aquilo que não demonstra muita inovação ou que seja chocante para a imagem (de masculinidade) proposta/constituída socialmente; isso se confirma com a ocorrência da expressão *apenas mais justo*, que, por meio do operador *apenas*, produz um efeito de sentido que passa pela suavização/amenização de tal possibilidade. Também por isso, é feita a advertência:

(iv) “não se assuste, ele pode vir mais curto de fábrica”,

ou seja, nada de excessivo ou faltoso para que não se furem as características usuais de um modelo de comportamento adequado para o tipo masculino, modelo este que a revista pretende (por qual motivo?) sua renovação.

Além disso, é dito sobre o referido modelo que

(v) “a versão mais escura é indicada a quem está um pouco acima do peso”.

Este enunciado (v) nos transporta a outro saber encontrado no discurso da moda relativo a tonalidades e cores. Tidas como fundamentais para estar de acordo com as últimas tendências, existem cores certas ou adequadas para determinadas circunstâncias e também para a geração de determinados efeitos: as cores escuras, por exemplo, segundo consta, afinam a silhueta. Retomando o enunciado (i), referente ao diálogo com o qual iniciamos esta seção, o elemento motivador do embate que ganha forma em tal cena dialógica é a cor de um acessório. Frente ao riso de sua assistente, a segunda personagem, a própria encarnação do diabo que veste Prada, como sugerido no título, “ensina” à assistente que não se trata de uma questão simplesmente de fazer uso de uma peça qualquer do guarda-roupa, mas de uma escolha que envolve saberes distintos, sendo um destes os relativos à tonalidade (e

padronagem) que podem ser usados de acordo com a ocasião, o contexto etc. Estar de posse de tal saber torna-se, assim, de fundamental importância para a inserção no mundo, seja ele do trabalho, do lazer, dos eventos sociais etc. É o que nos apontam enunciados que circulam na mídia, como o que pode ser visto nas figuras 44 e 45.

Guia Cuidados

A cor certa

Saiba como escolher a camisa para trabalhar

Você conseguiu uma vaga de trainee e pela primeira vez na vida usará terno e gravata de segunda a sexta-feira. No armário, apenas camisas e camisas esportivas. A dúvida é: que tipo de roupa comprar para se apresentar de forma adequada no trabalho? O que é melhor, uma combinação tradicional de ternos azuis com camisas brancas ou os modelos em moda no momento, que recorrem às camisas es-



IMPOSSÍVEL ERRAR **COMBINAÇÃO DIFÍCIL**

Figura 44 – A cor certa. Revista *Veja*, 1999.

Ou ainda

Moda

Da cor do inverno

Na temporada em que o escuro é padrão, as coleções se curvam ao branco — ou melhor, off-white

Que jeito, que modo. Nessa temporada, as coleções se curvam ao branco — ou melhor, off-white. O inverno é a hora de se vestir de branco. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma tendência que se mantém por muitos anos. O inverno é a hora de se vestir de branco. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma tendência que se mantém por muitos anos. O inverno é a hora de se vestir de branco. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma tendência que se mantém por muitos anos.

Moda

O VERÃO É ROSA

Roupa, sapato, batom — a cor, nos mais variados tons, domina tudo

Rosa é a cor do verão. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma tendência que se mantém por muitos anos. O verão é a hora de se vestir de rosa. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma tendência que se mantém por muitos anos. O verão é a hora de se vestir de rosa. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma tendência que se mantém por muitos anos.



Figura 45 – Da cor do inverno. Revista *Veja*, 2004.

Figura 46 – O verão é rosa. Revista *Veja*, 2003.

De volta, mais uma vez, ao enunciado (v) “a versão mais escura é indicada a quem está um pouco acima do peso”, questiona-se: por que tal formulação pode ser enunciada? A que

ordem discursiva ou estabelecida por meio de certos discursos se condiciona tal enunciado? Em suma: Por que tal enunciado é dito e não outro qualquer em seu lugar?

Jeans com a sua cara!

Pensando em termos históricos, isso demonstra pertinência dado que é típico do momento atual a busca por certo ideal de beleza, que envolve um biotipo específico, livre do que é tido como excessivo e inadequado; pode-se afirmar, inclusive, se tratar de uma época em que o formato *slim* é a própria síntese do que esperar acerca da saúde e da beleza. Nesse sentido, convém destacar que as imagens que acompanham a figura 43 reiteram essa forma de ser uma vez que o modelo masculino nela representado é magro e, ao mesmo tempo, de corpo atlético, popularmente chamado de “sarado” (os não sarados é sinônimo de doentes?). Além disso, essas imagens nos indicam um ideal de beleza que se destaca pela juventude, constituindo uma nova mitologia que coloca em evidência um único modelo: “aquele do indivíduo que cuida de sua forma física e de sua aparência, uma aparência sempre jovem, reforçando desse modo a ideia de juventude não como categoria de idade e sim como norma de vida.” (SOARES, 2011, p. 81). O próprio *layout* da página

Figura 47 – Jeans com a sua cara. Revista *Men'sHealth*, 2011.

da matéria, como pode ser visto no recorte da figura 47, com letras laterais indo de baixo para cima, numa posição retilínea, transmite esta ideia.

Ao observarmos os exemplos trazidos para esta seção da matéria (figura 43), há uma descrição do corte do *jeans* em exposição, seguido de informações sobre a barra e de como fazer uso da peça. Quanto à parte da calça denominada barra (ou bainha), o segmento da peça que se encontra próximo do sapato/pé, são elencados inúmeros detalhes que, aos menos entendidos ou não iniciados nas artes da vestimenta, soa como informação inútil ou absurda. Mas, se em épocas remotas, o alfaiate era o responsável por esses detalhes, impedindo que seu cliente saísse de seu estabelecimento com um terno ou algo similar que o desmerecesse socialmente, a partir do advento do *prêt-à-porter*, da roupa pronta para ser comprada, o indivíduo é chamado a gerir suas escolhas e ter conhecimento sobre todos esses elementos e, em contrapartida, é alvo de constante avaliação – já que a todo momento, por meio do que está vestindo, é “convocado” a confessar o que é, quem é, como é, o que faz etc. – nas diferentes situações sociais. Em seu livro sobre a transformação do traje masculino (leia-se terno masculino), Hollander traz importante e curiosa reflexão a respeito desse fato:

O cliente do alfaiate de roupas sob medida não precisa ter qualquer gosto visual; o alfaiate o terá por ele, e não deixará o cliente sair da loja a menos que sua aparência ao vestir o traje seja um crédito para a sua firma. Mas a aparência do comprador de roupas prontas é de sua exclusiva responsabilidade. Ele deve cultivar seu olhar com cuidado para proteger sua reputação visual aos olhos de quem o observa. Os

fazendeiros americanos que em 1820 se vestiam como cavalheiros eram obviamente aqueles que sabiam como fazê-lo. (HOLLANDER, 2003, p. 138).

De volta à figura 43, informa-se nela que a barra do *jeans slim* deve ser três dedos acima da sola; já o *jeans* alfaiataria (com corte imitando as calças de alfaiataria) pode ter a barra dobrada ou feita; quanto ao tipo alicate, o melhor, segundo a revista, “é deixar levemente enrugada (meio sanfonada), mas não empapada (com tecido sobrando) em excesso”; no que diz respeito à *super skinny*, é dito que os roqueiros (a possível fonte desse modelo) usam-na dobrada para cima, daí ser possível usá-la seguindo esse estilo, mas dobrada apenas uma vez, ou um pouco enrugada, afinal, “uma *skinny* lisa é feminina pacas – o enrugado dá um toque *rock and roll*”. Se atentarmos para esses exemplos, poderemos cogitar a gama de conhecimento ou mesmo de saberes advindos do mundo da moda. Mais do que incidir sobre o geral, o que se nota é todo um movimento que contempla a meticulosidade ou o detalhe. É, pois, no detalhe que se encontra a diferença que possibilita distinguir o conhecedor do não conhecedor, o iniciado do não iniciado, o que é dotado de um saber e aquele que deste é destituído.

Entretanto, consoante Michel Foucault, segundo o qual não há saber sem poder e nem poder que se sustente sem um saber, é mister que se entenda que essa gama de saberes que emergem a partir do detalhe no interior da moda ou, para ser mais exato, do dispositivo da moda, não se dá de forma aleatória, mas corrobora e/ou dá vazão a um poder bastante específico. Estamos sob a mira do biopoder, cujo lema passa pelo “direito de morte e poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1999, p. 125). Todo esse detalhamento está intimamente ligado à medição, contagem, especificação, classificação que é característico desse poder cuja pretensão passa pela normalização não mais do indivíduo, mas da própria espécie e que age no detalhe para conseguir operar no plano da população. No âmbito da moda, precisamos, então, remexer no baú histórico para poder encontrar no século XVIII os movimentos primeiros de medição e de comparação que viria, mais tarde, a desempenhar um papel transformador nas práticas referentes à produção e consumo de roupas/de modas. Estamos falando, nesse caso, da emergência de um elemento simples, mas que serviu de base para grandes transformações:

A fita métrica, dividida em centímetros impessoais e universais e que podia ser usada para medir a todos e então permitir a comparação dos resultados, só foi inventada por volta de 1820. Ela foi utilizada com o propósito explícito de confeccionar de uma vez só trajes bem-feitos para muitos homens que não haviam tirado medidas, aplicando um princípio de regras comuns para as proporções físicas masculinas. Esquemas novos de medida foram inventados por alfaiates habilidosos e experientes

para a criação de padrões variáveis que tornariam as roupas prontas para o uso bem-feitas e desejáveis. (HOLLANDER, 2003, p. 136).

A invenção da fita métrica vem ao encontro de uma necessidade de uma época em que uma figura central aparece como resultado de saberes alçados a condição de científicos. É nesse momento histórico que Foucault identifica o nascimento do homem como ser que produz saberes e é ao mesmo tempo sujeito desses saberes. Trata-se de um sujeito constituído na confluência do trabalho, da linguagem e da vida e que será adotado para as então incipientes ciências humanas. Nesse contexto histórico, o aparecimento da fita métrica, como apontado por Hollander no excerto acima, pode ser entendido como uma ferramenta constituída por ou a partir de saberes da época e também como parte constitutiva de saberes produzidos a partir de então. Esse pequeno objeto possibilitou extrair especificidades ainda maiores sobre esse ser que havia nascido e tinha data para desaparecer.

Em outra parte da matéria, intitulado “Como usar jeans no trabalho” (figura 48), a revista disponibiliza ao leitor um pequeno manual de uso de calça *jeans*, já que “83% dos nossos leitores usam *jeans* para trabalhar praticamente todos os dias”, segundo a própria revista informa.

A figura 48 é composta exatamente por uma listagem de seis dicas do que fazer ou não em relação ao uso do *jeans*. Na parte superior da figura, adverte-se que o leitor não deve comprometer sua reputação (“Não comprometa a sua reputação”) e sentencia: “continue com as regras”. Pautados em números que conferem ao texto uma espécie de recurso ou atestado “científico” (“83% dos nossos leitores usam *jeans*”), observa-se neste excerto mais um ponto nessa rede mantenedora de uma noção de virilidade ou reafirmadora de um modelo de masculinidade, calcado na tradição e/ou na não inovação. Além disso, a explicitação quanto à obrigação de agir no interior da regra ou, mais precisamente, da norma, nos leva à ideia de que estar dentro regras, andando em conformidade com certos limites, sem

Estilo Jeans

Como usar jeans no trabalho

Não comprometa sua reputação, continue com as regras...

Sentidas-feiras casuais podem ser complicadas. Se você não se veste adequadamente, sua credibilidade será prejudicada – mesmo nesses dias! Seu chefe pode não advertir, mas vai fazer uma nota mental que pode custar-lhe uma promoção. Para evitar isso, saiba como manter seu estilo e sua imagem profissional intacta.

Não... confunda dias casuais ou sábados à noite. Você quer parecer tão profissional como se estivesse vestindo um terno. Portanto, evite buracos, desgastados e aplicações.

Não... use calças jeans soltas ou apertadas demais. O confortável em excesso pode parecer desleixado, e o apertado demais é o suprassumo da falta de estilo. No trabalho, sua calça deve passar maturidade. Um corte reto somado a uma lavagem clássica trabalha bem para isso.

Não... pense que basta substituir a calça do terno por jeans e pronto. Nem toda peça que combina com terno vai combinar com seu jeans. As camisas, por exemplo, são diferentes.

Sim... use jeans com lavagem escura e corte reto, do meio para o slim fit. É universalmente sem erro e não tão casual, como os outros.

Sim... combine com sapatos brogue. Botas de camurça (desert boots) são ótimas. Se você pode usar tênis em seu escritório, certifique-se de que eles sejam discretos, estejam limpos e tenham um perfil elegante.

Sim... você pode usar aquela camisa com botões no colarinho com jeans. Jogue um blazer por cima e pronto.

Camiseta Tommy Hilfner 178 REAIS
Jeans Renato Kherlakian 229 REAIS
Cinto Redley 150 REAIS
Tênis Freeway 139,90 REAIS

Camisa Richards 250 REAIS
Paletó Gant 1.041 REAIS
Jeans Rockster 258 REAIS
Cinto Rockster 139 REAIS
Sapato Aramis Menswear 289 REAIS

83% DOS Nossos leitores USAM JEANS PARA TRABALHAR PRATICAMENTE TODOS OS DIAS

Figura 48 – Como usar jeans no trabalho? Revista *Men's Health*, 2011.

exageros ou falhas, é o correto, o exemplar. Estamos, pois, no âmbito da normalização. Comentando sobre a norma, do ponto de vista foucaultiano, Veiga-Neto (2007, p. 74) nos esclarece que

[...] é a norma que articula os mecanismos disciplinares (que atuam sobre o corpo) com os mecanismos regulamentadores (que atuam sobre a população). A norma se aplica tanto ao corpo a ser disciplinado quanto à população que se quer regulamentar; ela efetua a relação entre ambos, a partir deles mesmos, sem qualquer exterioridade, sem apelar para algo que seja externo ao corpo e à população em que está esse corpo.

Isso, obviamente, nos faz pensar sobre os mecanismos existentes no interior de uma sociedade de controle, como já discorrido anteriormente, um modelo de sociedade em que o domínio sobre o (corpo do) indivíduo, de seus pensamentos e atitudes, se dá por meios bastante sutis, mas que revelam uma fabricação de um indivíduo exemplar, amparado numa noção de normalidade:

[...] Passamos, então, a viver em uma sociedade de controle, em que somos constantemente vigiados e seguramente punidos, nos diversos estratos sociais, políticos, psíquicos, quando resistimos ao estabelecimento da ordem de um determinado discurso. [...] Refiro-me à produção dos discursos de verdade que regulamentam e funcionam como voz de autoridade na constituição dos sujeitos de cada época. (MILANEZ, 2006b, p. 176)

Isso nos faz refletir também sobre os mecanismos existentes no interior de uma sociedade sob as astúcias de uma biopolítica, como também já comentado outras vezes neste trabalho, um modelo de sociedade em que se busca o controle não mais do indivíduo, mas da população.

Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber que se criam “a serviço” do novo poder destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se cria para dar conta de uma dimensão coletiva que, até então, não havia sido uma problemática no campo dos saberes. (VEIGA-NETO, 2007, p. 72).

Talvez por tais motivos o leitor seja advertido que, caso não se vista adequadamente, sua credibilidade será prejudicada. Nota-se como o indivíduo é incitado a um autocontrole, que inclui não só a adoção da prática de uso de elementos que lhe são exteriores, mas também outros de natureza interna, como a credibilidade, a confiança, (auto)imagem, ou seja, o indivíduo é impelido constantemente a pensar em como se vestir, em como envolver seu corpo, mas também é coagido a fazer uma avaliação de si mesmo sobre o que pensa e o que deseja sob pena de se configurar num padrão de anormalidade, o que, nos tempos atuais, pode

ser entendido como uma espécie de exílio, ou uma forma insidiosa de vida, ou mesmo de morte. Vivendo num mundo de gestão, de negócios, um mundo em que o discurso empresarial toma conta de aspectos até então considerados de natureza muito diversa, sejam eles sexuais, estéticos etc., os indivíduos são chamados a gerir sua própria vida e, para tanto, o “profissionalismo” é um bem a ser conquistado e preservado. “O dever moral foi substituído pelo dever empresarial de ser inovador e flexível, o discurso do dever em relação a si foi substituído pela paixão hiper-realista de vencer e pela religião da qualidade total.” (LIPOVETSKY, 2005, p. 100). Tal pensamento encontra eco em exemplares disponíveis na mídia impressa, como na figura 49, na qual são discriminados os modos de ser ou de se vestir em diferentes ocasiões: no trabalho, no lazer ou no convívio social.

Com que roupa eu vou...					
AO TRABALHO		À FESTA INFANTIL		À VIAGEM DE AVIÃO	
	HOMEM		HOMEM		MULHER
Prefira	Peças sem estampas nem muitos contrastes	Prefira	Calça de sarja ou jeans bem-comportado e mocassim	Prefira	Camisa lisa e calça de sarja, para não ficar amarrotado
Evite	Prendedor de gravata	Evite	Camiseta, calça jeans surrada e tênis	Evite	Camisa de manga curta
	MULHER		MULHER		MULHER
	O tradicional tailleur com meia-calça transparente		Tecidos opacos ou casaco de couro e saia		Terninho de microfibra ou calça de microfibra com twin-set
	Salto muito fino e alto, inadequado e desconfortável		Jaqueta jeans e tênis		Saia e blusa com decote, por causa do ar condicionado

Figura 49 – Com que roupa eu vou. Revista *Veja*, 2002.

Não aleatoriamente, uma das dicas do texto da figura 48 propõe sutilmente que o leitor não use calças consideradas informais:

(vi) “com *buracos, desgastados e aplicações*” sob pena de não parecer tão profissional. Isso confirma a tese de que “[...] trata-se, hoje, de fazer o indivíduo *desejar* os controles exteriores traduzidos, entre outras coisas, por uma responsabilidade dele consigo próprio, tornando-o *um manager de seu corpo*.” (SOARES, 2011, p. 75). Com relação a esse *manager* de si mesmo e de seu próprio corpo, desse gerenciador de si próprio, há, na atualidade, uma devolução para o plano individual dessa responsabilidade do “cuidar de si”, um cuidar diferente da proposta grega, pois está voltado para aspectos relativos, em grande medida, à aparência. Daí a possibilidade de se deparar com enunciados outros nesta rede discursiva que vai ganhando corpo e se transforma, no interior de um mesmo dispositivo ou no confronto com outros, como em (vi), extraído do manual *Chic Homem*, de Glória Kalil (2004, p. 12):

(vi) “Como é que você, um sujeito tão esperto, [...] perde completamente a pose, e se encolhe como um rato, quando o assunto é moda, estilo e comportamento? [...] Você não acha que está na hora de aprender a cuidar de uma das coisas mais importantes da vida – você mesmo?”

É, no entanto, na dica seguinte da figura 48 que a ideia de normalização se mostra de forma ainda mais contundente. Explicitamente, é indicado que não se use calças jeans soltas ou apertadas demais, pois

(vii) “o confortável em excesso pode parecer desleixado; e o apertado demais é o suprassumo da falta de estilo”.

Tal como no discurso da saúde que prega nem o excesso (a obesidade) nem a falta (a anorexia), o discurso da moda também movido pela lógica do *bio*, ou seja, da gerência da vida e tudo mais que a envolve, prega o uso do moderado, do “não de mais e nem de menos”, adotando assim um padrão como o molde que deve ser seguido. Por tal motivo, a revista sentencia, nas dicas afirmativas, que se deve usar calças jeans

(viii) “com lavagem escura e corte reto, do médio para o *slim fit*.”

Essas mesmas orientações encontram-se neste outro exemplar extraído da revista *Veja* (figura 50), em que à ideia de discrição ou sobriedade é atribuída valoração positiva. Nele, lê-se:

(ix) “seres humanos normais precisam de sobriedade e bom gosto todos os dias, pela manhã, sobretudo quando se prepara para ir ao trabalho”.



Figura 50 – Coisas da moda. Revista *Veja*, 2002.

Nas sociedades disciplinares, de controle e, por conseguinte, nas atuais sob as asas do biopoder, os sujeitos são modelados e avaliados a todo momento, desde o elemento mais externo até o mais íntimo, convertendo esses dados em importante arsenal de controle. Não há

como, dessa forma, não incluir o item moda como um elemento considerável na/para a concretização dos ideais dessas sociedades, pois estar com a roupa certa, vestir-se “adequadamente” é essencial para o condicionamento coletivo. Nesse mundo das aparências, “o indivíduo é percebido e, sobretudo, identificado pelo que veste. É crucial que este tenha a total capacidade para saber adequar devidamente os mais variados itens.” (PRADO, 2009, p. 71) para não correr o risco, dentre outras coisas, de não ser aceito ou de ser banido do grupo.

Mas como gerir a própria vida dado que a gama de saberes advindos de variados dispositivos é monumental e, por isso, impediria que tal feito fosse desempenhado da melhor forma possível? É nesse íterim que ganha destaque a figura do especialista. Como elemento comprobatório da emergência e da importância cada vez maior da moda nos meios sociais, seja nos manuais de moda e estilo, ou nas reportagens de revistas e jornais, ou nos programas de televisão, ou ainda na assessoria a candidatos ao poder, essa figura traduz, metonimicamente, algo desse saber-poder relativo ao ato de se vestir e adquire *status* nesses diferentes meios. Tal figura, denominada por alguns de perito ou de especialista, é alguém com autoridade para enunciar certas falas, de como se deve comportar e o que se pode trajar, enfim, que contribui para a formatação quanto ao modo de ser/de vestir dos indivíduos. É o que se depreende da figura 51:

A figura 51 é uma publicidade de uma conhecida marca de joias que lança mão, como recurso argumentativo para a venda do produto, da voz/imagem de autoridade advinda de uma dessas especialistas da área. Ao dizer “Se o que ela diz é moda, imagine o que ela assina”, coloca-se no plano de não contestação o fato de Costanza Pascolato ser uma figura notória ou dotada de notório conhecimento sobre o que se pode/deve vestir, elevada ao *status* de autoridade máxima quanto ao saber referente à moda. No plano linguístico, a condicional, iniciada por *se*, aponta para uma gradação entre



Figura 51 – Se o que ela diz é moda. Revista *Veja* 1997.

o que a especialista diz e o que ela assina, situando-os no plano do que é, sem dúvida, a moda. No plano não verbal, a própria imagem da especialista, situada no canto esquerdo superior da página, sutilmente olhando para o horizonte e amparando o queixo na palma da mão – gestos corporais meticulosamente organizados no espaço da fotografia – evoca outra imagem que

sugere leveza e serenidade, num misto de reflexão e superioridade, a escultura *O pensador*, de *Augusto Rodin*. Há, pois, entre a especialista do texto publicitário e o pensador da escultura, um trabalho de retomadas e reconfigurações que atuam sobre os sentidos provocados no/pelo texto, já que há aí um diálogo¹⁰ entre imagens e “não há imagem que não faça ressurgir em nós outras imagens, quer essas imagens tenham sido já vistas ou simplesmente imaginadas” (COURTINE, 2011, p. 160).

Tomados de um saber e no exercício do poder que se lhes é atribuído, tais especialistas influenciam na constituição discursiva dos sujeitos, que, subjetivados por seus dizeres, passam a gerir suas “escolhas”, acreditando ter poder sobre suas vontades e sua vida pessoal, numa simulacro de autonomia. Quanto à atuação de tais especialistas, vale mencionar o pronunciamento Machado (2011, p. XXII):

Vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar ao que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem o poder.

Dentre os inúmeros especialistas encontrados, forjados, criados, enfim, possíveis de serem identificados no dispositivo de moda, ganham destaque: editora de moda, estilista, figurinista, consultora, *personal stylist*, *personal shopper*, comprador de moda/comprador de varejo, agente de modelo, assessoria de imprensa, cabeleireiro/maquiador, desenvolvimento de produto, fotógrafo de moda, jornalista de moda, modelista, modelo, *booker*, produtor de moda, produtor de desfile, produção executiva de desfile, vendedora, engenheiro têxtil, gerente de marca, gerente de linha de produto, *marketing* de moda, pesquisador de tendências de moda/*cool hunter*, pilotista, vitrinista etc. Cada um com seu espaço, dotados de saberes e no desempenho de poderes, dando sustentação, ao final, ao dispositivo.

O vestir-se à moda é um ato que se baseia na aquisição de um saber específico que possibilitará ao indivíduo criar em si/para si mesmo simulacros de identidade por meio da aparência. Tais saberes não são do tipo que se produz em laboratórios, mas estão intimamente ligados a práticas presentes no mundo social, práticas cotidianas diversas que incluem noções

¹⁰ A esse diálogo, Courtine (2011, p. 160) dá o nome de intericonicidade: “A intericonicidade supõe, portanto, dar um tratamento discursivo às imagens, supõe considerar as relações entre imagens que produzem os sentidos: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma arqueologia, de modo semelhante ao enunciado em uma rede de formulações, em Foucault; mas também imagens internas, que supõem a consideração de todo conjunto da memória da imagem no indivíduo e talvez também os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas ou fantasiadas que frequentam o imaginário.”

do que vestir, de como vestir, de onde vestir e para quem vestir. Essas práticas, seja por meio de falas, imagens, representações, advindos de lugares diversos e, especialmente, da mídia, fazem parte daquilo que os indivíduos acabam por se tornar; além disso não são estanques, apesar de algumas existirem há tempos, são práticas que variam ao sabor da história e das sociedades, daí serem da ordem discursiva. Os indivíduos dotados de saberes vindos do mundo da moda assim se constituem para que possam circular socialmente e fazer parte do mundo do trabalho, do lazer, enfim, do teatro chamado sociedade.

Finalizando, gostaríamos de retomar as palavras de Veiga-Neto (2007), segundo o qual foi n'*Arqueologia do saber* que Foucault explicou detalhadamente como colocou a arqueologia em funcionamento para descobrir como nos tornamos, na Modernidade, o que somos como sujeitos de conhecimento e como assujeitados ao conhecimento. Assim, para o filósofo francês, o sujeito moderno não está na origem ou no centro dos saberes; ele não é somente o produtor de saberes, mas, antes de tudo, ele é um produto dos saberes. “Ou, talvez melhor, o sujeito não é um produtor, mas é produzido no interior dos saberes.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 44).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou se inserir numa rede formada por outras cuja finalidade principal consiste em analisar discursos que circulam socialmente e que, de alguma maneira, refletem e refratam o que somos. Se levarmos em conta que os trabalhos em Análise do Discurso intentam, na linha de pensamento de Michel Foucault, entender o presente, isto é, o que somos e por que nos tornamos o que somos hoje, então podemos dizer que, ampliando e/ou invertendo isso, talvez o nosso propósito, ao olharmos agora para trás, quando da realização deste trabalho, tenha sido não somente descobrir e entender o que somos, mas desconstruir e, sobretudo, recusar o que somos: “Temos de imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização próprias às estruturas do poder moderno.” (FOUCAULT, 2010a, p. 283).

Sendo assim, este trabalho não se imbuí da tarefa de detectar qual a cor irá imperar no próximo verão ou que peça do vestuário fará sucesso no inverno que se aproxima. Coloca-se, de um lado, em comunhão com aqueles que buscaram o mesmo em relação a outros discursos, descrevendo e analisando aquilo que foi efetivamente dito num certo momento e num determinado local, representados pela tendência denominada AD de cunho foucaultiano. Por outro lado, opõem-se àqueles que buscaram aproximar-se da moda, pautando-se em referenciais teóricos limitados, a nosso ver, por sua complexidade e tamanha volatilidade, tomando por base pressupostos sociológicos e antropológicos, ou ainda sistêmicos (BARTHES, 2009) ou comunicacionais (LURIE, 1997). Um empreendimento nada fácil sim, mas motivante e, em grande medida, instigante, que procurou trazer, de alguma maneira, contribuições para o debate existente no interior do universo linguístico-discursivo. Isto quer dizer que abordar aspectos discursivos da moda a partir de textos extraídos da mídia nos ajudou um pouco mais a compreender os processos nos quais estão imersos e pelos quais passam os indivíduos nas sociedades modernas, que os transformam – ou contribuem para transformá-los – em “sujeitos dóceis e úteis” uma vez que, essa é parte da nossa hipótese, esses discursos contribuem decisivamente na criação de indivíduos jovens, saudáveis e “de bem com a vida”.

Enquanto efeito, ou seja, enquanto produto discursivo, resultantes das condições de produção dos discursos, a moda em si não existe, não há um elemento dado *a priori* e que seja referência para o que se pode vestir. Em verdade, pelo menos é o que apontou nossa pesquisa, ela é um eficiente dispositivo fruto da comunhão de discursos que circulam num dado

momento, resultante do imbricamento entre diferentes formações discursivas que, agindo uma sobre a outra, fazem emergir aquilo que pode e deve ser dito, ou ainda, aquilo que pode e deve ser utilizado sobre o corpo. Assim, se numa dada época é possível utilizar uma peça do vestuário com certas características, como por exemplo, uma calça jeans *skinny* ou com boca de sino e, em outra, isso possa ser considerado inapropriado ou *demodé*, é porque isso obedece a um regime discursivo, uma economia discursiva: são os discursos que estabelecem aquilo que poderá ser ostentado e aquilo que não o poderá. E tais discursos conjugam em sua essência aquilo que é próprio do dispositivo de onde provém: os saberes, os poderes e os sujeitos.

O que pudemos observar nas nossas análises foi que o referencial teórico e metodológico adotado, isto é, o arsenal de conceitos, ideias e modos de pesquisa oferecidos pela Análise do Discurso Francesa, de base foucaultiana, satisfaz, em grande medida, o que se intentou por meio deste trabalho. Os processos relativos à moda, dada a sua complexidade e volatilidade, se mostraram melhor compreendidos quando vistos numa perspectiva discursiva. Nesse sentido, segundo o nosso entendimento, o conceito de dispositivo constitui-se como uma ferramenta teórico-metodológica de grande aplicabilidade para se compreender melhor a totalidade e efemeridade do universo da moda. O que se comprovou foi que os textos midiáticos, ao partirem de certo ideal de indivíduo, instituem, por meio de saberes diversos e micropoderes que se comungam, uma certa normalização, um modelo de ser e de comportar que, dadas as evidências, se encaixa num modelo eficiente para a sociedade pautada no biopoder, quer dizer, nessa forma de governar cuja incidência recai sobre a vida e para manter a vida por meio de mecanismos sutis de controle e dominação.

No tocante às estratégias discursivas postas em ação no interior do dispositivo analisado, pode-se notar sua operacionalidade sob diferentes formas e em direções diversas. Primeiramente, cumpre citar, como uma de suas estratégias fundamentais, uma espécie de incitação ao medo. O discurso que se pauta no medo é um mecanismo que se mostra produtivo ao levar o sujeito a pensar, comportar e agir de maneira condicionada, pois se a moda produz visibilidade nos sujeitos, e este é um ponto de grande importância no mundo das aparências em que estão inseridos os sujeitos da modernidade, então estar fora de moda é algo próximo à experiência da invisibilidade ou mesmo da morte. Sobre a temática do medo, sob um enfoque discursivo, interessante e intrigante observação faz Foucault acerca do temor que tem nossa sociedade, sobretudo, pelo próprio discurso, pois, segundo o filósofo francês, a sociedade ocidental vive uma certa logofobia, isto é, um tipo de temor das coisas ditas, dos enunciados, enfim, “desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso”

(FOUCAULT, 2009b, p. 50). Nesse sentido, podemos pensar a estratégia do medo presente no dispositivo da moda como uma materialização dessa logofobia, desse medo maior do/pelo próprio discurso.

Outra estratégia passível de se detectar no interior do dispositivo em análise pode-se traduzir como uma aproximação do que é tido como cotidiano, familiar, conhecido: nada do que já foi (e continua sendo) da alçada do distante, irreal e até mesmo exagerado ganha terreno no *ready-to-wear*, o que vale é o que está na rua, no *shopping center*, naquilo que (quase) todos podem usar e com isso se identificar. É o domínio do *street wear*, da moda que vem e se identifica com o universo urbano, sem rebuscamentos e/ou exageros. Amparada num discurso que aponta para o que se convencionou nomear de “novo”, ou de “novidade”, a moda, sob esse aspecto, sobrevive desse vaivém entre a aniquilação de uma forma anterior e construção de algo “novo” – mesmo que não seja exatamente novo, dado que, na maioria das vezes, situa-se no âmbito de uma releitura do que já esteve em voga em outro momento.

Uma terceira estratégia notada no dispositivo da moda pode ser entendida como um efeito de pertencimento a um grupo. Operando com base numa identificação e também numa uniformização, esse discurso aproxima e faz aproximar de certos grupos os diferentes sujeitos, quer dizer, por mais que um ou outro indivíduo não se encaixe em determinada moda, é passível de encontrar outra da qual pode se aproximar e completar o processo de subjetivação. Ancorado num discurso que se mostra democrático no nível da linguagem, mas que, no âmbito discursivo, demonstra sua verve autoritária – corroborando nossa hipótese inicial –, o dispositivo da moda enreda os sujeitos nas malhas de suas práticas, forjando determinados modos de ser e de estar diante do mundo, mas que, constituído também por brechas, fissuras, rachaduras, permite, no âmbito das resistências, que sujeitos constituam, com os elementos disponibilizados pela própria moda, outras e, por assim dizer, “novas” identidades ou modos de comportamento.

No nível da linguagem, a utilização de termos de origem estrangeira como forma de autopromoção e, por outro lado, de termos pejorativos como forma de desqualificação daqueles que não se coadunam com o que lhes é imposto é também outro importante mecanismo a ser considerado. Como decorrência disso, há ainda outra estratégia de dupla face: a de responsabilização do indivíduo por sua forma de se vestir e de se ser (por meio da obrigação de ter um estilo) e, paradoxalmente, uma pedagogização da população no tocante ao que vestir e como vestir. A aquisição de roupas de modas recentes, que em breve serão rotuladas como obsoletas e exigirão dos indivíduos o consumo de novos modelos, contribui

decisivamente para o funcionamento de um aparato político e econômico devotados à produção e ao consumo.

O trabalho que ora se finaliza, na verdade, não se encerra por completo. A incompletude, longe de ser um erro ou um problema ou algo vergonhoso, é inerente aos discursos, já que não é possível dizer tudo sobre tudo e as rachaduras e os deslizes são um importante componente para que outros também existam e possam ser ditos. Assim, é faz-se necessário esclarecer que o trajeto que trilhamos é apenas um dos inúmeros que foram possibilitados, outros caminhos poderão ser percorridos ou outras pesquisas, seguindo a mesma trilha, poderão encontrar diferentes resultados/entendimentos para o que aqui se propôs. Se em outras disciplinas isso se torna um encaço, para a Análise do Discurso isso é algo já resolvido e pleno de entendimento, uma vez que os sentidos mudam, à medida que são históricos e dependentes de relações entre enunciados.

Para encerrar este trabalho, gostaríamos, então, de chamar à cena Michel Foucault e, mais uma vez, concordar com suas palavras e fazer uso delas:

De que valeria a obstinação de saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (FOUCAULT, 2001, p. 13)

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARNARD, Malcom. *Moda e comunicação*. Tradução Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BARONAS, Roberto Leiser; AGUIAR, Gisele Freitas. *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o político na charge*. São Paulo: Bakhtiniana, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3017/1948>>. Acesso em: 5 out. 2012.

BARTHES, Roland. *Inéditos: imagem e moda*. Tradução Ivone C. Benedetti. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Sistema da moda*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTES, Ivana. O que pode um corpo? Cinema, biopoder e corpos-imagens que resistem. In: VELLOSO, M. P. et al. (Org.). *Corpo: identidades, memórias e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 183-202.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução Ecumêmica. Gênesis 3, 7. São Paulo: Paulinas, 2002.

BRAGA, João. Como saber o que vestir. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Cultura e Elegância*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 225-229.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 87-98.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

CASTILHO, Khatia; VICENTINI, Claudia Garcia. O corte, a costura, o processo e o projeto de moda no re-design do corpo. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; CASTILHO, Kathia (Org.). *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2008. p. 125-136.

CASTRO, Ana Lúcia. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CATOIRA, Lu. *Jeans, a roupa que transcende a moda*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

COLASANTI, Marina. A moça tecelã. In: LADEIRA, Julieta de Godoy. *Contos brasileiros contemporâneos*. São Paulo: Moderna, 1994. p. 44-46.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.

_____. Analyse du discours communiste adresse aux chrétiens. In: *Languages*. n. 62, Paris: Didier/Larousse, 1981.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, Vanice et al. (Org.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 145-162.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.

CRUZ, Márcio Alexandre. Saussure, as teorias linguísticas contemporâneas e a AD: rupturas ou continuidades? In: SARGENTINI, Vanice et al. (Org.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 67-80.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *Foucault*. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005a.

_____. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Tradução Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2005b. p. 83-96.

DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Apêndice da 2ª edição. In: _____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica:*

para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 296-327.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 45-55.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008a.

_____. De sujeito a subjetividade na Análise do Discurso. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008b. p. 69-82.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *O quadro atual da análise de discurso no Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e o desejável conhecimento do sujeito*. Educação e Realidade, v. 4, n. 1, jan./jun. 1999. p. 45

_____. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Vestida para concorrer*. 14 nov. São Paulo, 2008. il.

FONSECA, Márcio. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2011a.

_____. *As palavras e as coisas*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault. Estratégia, poder-saber*. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 253-266. (Ditos e escritos, v. 4).

_____. Estratégia, poder-saber. In: MOTTA, M. B. (Org.). Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. (Ditos e escritos, v. 4).

_____. Ética, sexualidade, política. In: MOTTA, M. B. (Org.). Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. (Ditos e escritos, v.5).

_____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011b.

_____. *O poder psiquiátrico*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Tradução Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. p. 273-295.

_____. Retornar à História. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295 (Ditos e escritos, v. 2).

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: _____. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2001. p. 39-46.

GODART, Frédéric. *Sociologia da moda*. Tradução Lea P. Zylberlicht. São Paulo: Senac, 2010.

GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo Silva. A civilização das formas: o corpo como valor. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). *Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 19-40.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção das identidades. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 4, nº 11, nov. 2007a. p. 11-25

_____. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI et al. (Org.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83-106.

_____. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In: _____ et al. (Org.). *Análise do Discurso: em torno dos sentidos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p. 9-34.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007b. p. 155-168.

_____. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2007c.

_____. *Linguagem e História: relações entre a Linguística e a Análise do Discurso*. 2003a. p. 05. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/proling/pdf/minicurso/texto3_rosario_gregolin.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

_____. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 23-36.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____ (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003b.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-187.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2009.

HARDT, Michael. O pensamento e a obra do milênio. *Folha de São Paulo*. Pensamento Rebelde. Caderno Mais, 2. jun. 1996. p. 07.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Tradução Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

KALIL, Gloria. *Chic Homem: manual de moda e estilo*. São Paulo: SENAC, 2004.

KATZ, Helena. Por uma teoria crítica do corpo. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; CASTILHO, Kathia (Org.). *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2008. p. 67-74.

LAROSSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 35-86.

LAYER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Tradução Armando Brio Ara. Barueri: Manole, 2005.

_____. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Tradução Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. A unidade da linguística. *Revista Calidoscópico*, v. 6, n. 3, p. 160-163, set./dez. 2008. Disponível em: <https://saga.faccat.br/p907/c_arquivo.php?chave=24&baixar=true>. Acesso em: 20 set. 2012.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. *Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão*. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2. jul./dez. 2009. p.226-241.

MEN'SHEALTH. Capa. Edição nº 65. set. São Paulo: Editora Abril, 2011. il.

MEN'SHEALTH. *Como usar jeans no trabalho?* São Paulo: Editora Abril,, 2011. il.

MEN'SHEALTH. *Jeans com a sua cara!* São Paulo: Editora Abril, 2011. il.

MEN'SHEALTH. *Jeans sem erro? Tá aqui*. São Paulo: Editora Abril,, 2011. il.

MENDES, Cláudio Lúcio. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. *Revista de Ciências Humanas*. n. 39. abr. Florianópolis: EDUFSC. 2006. p. 167-181. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/~revista/rch39/RCH39_artigo_9.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

MILANEZ, Nilton. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa*. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara: UNESP, 2006a.

_____. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006b. p. 153-179.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema de Regulação do Ensino Superior: e-Mec. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

MOLINA, Luci; MATHIAS, Milla; KOBAYASHI, Sergio. *Guia de estilo para candidatos ao poder e para quem já chegou lá*. São Paulo: Senac, 2012.

MONNEYRON, Frédéric. *A moda e seus desafios: 50 questões fundamentais*. Tradução Constância Morel. São Paulo: Senac, 2007.

MUSSALIN, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-142.

NAVARRO, Pedro. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: _____. (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 89-100.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-132.

NEGRI, Antônio. *5 lições sobre império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O DIABO veste Prada. Davi de Frankel. EUA. Foxvideo, c2006. DVD.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *Discurso e Textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2010a.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010b.

ORWELL, George. *1984*. Tradução Wilson Veloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. Amizade e modos de vida gay: por uma vida não fascista. In: Albuquerque Júnior, Durval M. e outros (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 53-68.

PALOMINO, Erika. *A moda*. São Paulo: Publifolha, 2010.

PANIAGO, Maria de Lourdes. *Práticas discursivas de subjetivação no contexto escolar*. Tese (Doutorado). Araraquara: UNESP, 2005.

PASCOLATO, Costanza. *Confidencial: segredos de moda, estilo e bem-viver*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Tradução Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethânia S. Mariani. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2010. p. 59-158.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2009. p. 21-26.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 49-58.

PIOVEZANI, C. Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 133-158.

POSSENTI, Sírio *Os limites do discurso: ensaios sobre o discurso e o sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.

_____. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.

_____. Uma leitura política. In: FONSECA-SILVA. *Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 13-16.

PRADO, Gesiel. *No mundo das aparências: uma análise do discurso publicitário da moda*. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVISTA ÉPOCA. O passado de Dilma. Capa. 18 ago. São Paulo: Editora Abril, 2010. il.

REVISTA VEJA. *5001: The best of the century*. Levi's. São Paulo: Editora Abril, 2000. il.

REVISTA VEJA. *A cor certa*. Guia Cuidados. 03 fev. São Paulo: Editora Abril, 1999. il.

REVISTA VEJA. *Afinadinhas*. São Paulo: Editora Abril, 2010. il.

REVISTA VEJA. *Aperto com conforto*. Beleza. nov. São Paulo: Editora Abril, 2005. il.

REVISTA VEJA. *Beleza para todos*. Entrevista com Gilles Lipovetsky. Edição 25 set. 2002, p. 11-15.

REVISTA VEJA. *Cada um no seu estilo*. 13 out. São Paulo: Editora Abril, 1999. il.

REVISTA VEJA. *Coisas da moda*. Guia. Edição 1 mar. São Paulo: Editora Abril, 2002. p. 122. il.

REVISTA VEJA. *Com que roupa eu vou*. 01 maio. São Paulo: Editora Abril, 2002. il.

- REVISTA VEJA. *Confesso que usei*. Estilo e moda. maio. São Paulo: Editora Abril, 2004. Edição especial. il.
- REVISTA VEJA. *Cueca de fora*. São Paulo: Editora Abril, 2008. il. Adaptada.
- REVISTA VEJA. *Dá até cadeia*. São Paulo: Editora Abril, 2008. il.
- REVISTA VEJA. *Da cabeça ao pé*. Moda. maio. São Paulo: Editora Abril, 1991. il.
- REVISTA VEJA. *Da cor do inverno*. 28 jan. São Paulo: Editora Abril, 2004. il.
- REVISTA VEJA. *Dilma 3 momentos*. São Paulo: Editora Abril, 2010.
- REVISTA VEJA. *Elle está onde a moda acontece*. São Paulo: Editora Abril, 2010. il.
- REVISTA VEJA. *Esporte fino*. Moda. 07 out. São Paulo: Editora Abril, 1998. p. 116. il.
- REVISTA VEJA. *Estilo na hora de pensar no futuro*. 30 mar. São Paulo: Editora Abril, 2005. il.
- REVISTA VEJA. *Forum Jeans*. São Paulo: Editora Abril, 2006. il.
- REVISTA VEJA. *It's – Porque só você é igual a você*. São Paulo: Editora Abril, 1996. il.
- REVISTA VEJA. *Levanta a calça, menino*. Edição 06 ago. São Paulo: Editora Abril, 2008. p. 171. il.
- REVISTA VEJA. *Não, não e não*. Moda. maio. São Paulo: Editora Abril, 2004. Edição especial. il.
- REVISTA VEJA. *Nem tudo é permitido*. 15 mar. São Paulo: Editora Abril, 2000. p. 41. il.
- REVISTA VEJA. *O funcionário-modelo*. São Paulo: Editora Abril, 2004. p. 101. il.
- REVISTA VEJA. *O verão é rosa*. 24 set. São Paulo: Editora Abril, 2003. il.
- REVISTA VEJA. *Para ser vista*. Moda. 18 dez. São Paulo: Editora Abril, 2002. il.
- REVISTA VEJA. *Patrulha do umbigo*. Comportamento. 22 ago. São Paulo: Editora Abril, 2001. il.
- REVISTA VEJA. *Patrulheiras do estilo*. Estilo e Moda. maio. São Paulo: Editora Abril, 2004. Edição especial. il.
- REVISTA VEJA. *Perigo, perigo*. Moda. São Paulo: Editora Abril, 2000. il.
- REVISTA VEJA. *Perigos do Verão*. Moda. 18 nov. São Paulo: Editora Abril, 1998. il.
- REVISTA VEJA. *Renner Estilo*. 11 ago. São Paulo: Editora Abril. 2010. il.

REVISTA VEJA. *Revista Estilo*. 09 out. São Paulo: Editora Abril, 2002. il.

REVISTA VEJA. *Se o que ela diz é moda*. 08 out. São Paulo: Editora Abril, 1997. il.

REVISTA VEJA. *Staroup. Força e liberdade*. São Paulo: Editora Abril, 1986. il.

REVISTA VEJA. *Todo mundo ainda vai ter uma*. *Estilo*. 30 jun. São Paulo: Editora Abril, 2004. il.

REVISTA VEJA. *Vestida para mandar*. *Moda*. Edição 06 out. São Paulo: Editora Abril, 2010. il.

REVISTA VEJA. *Vestidos para matar*. *Moda*. 27 mar. São Paulo: Editora Abril, 1996. il.

REVISTA VEJA. *Viu, gostou, rasgou*. Jum Nakao. *Moda*. jan. 2005. p. 51. Disponível em: <jumnakao.com.br/clipping/veja_0105.html>.

REVISTA VOGUE. *Capa*. jun. São Paulo: Editora Abril, 2011. il.

ROSA, Noel. *Com que roupa?* 1931. 1 disco sonoro.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. et al. (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 83-91.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, João Marcos M. (Org.). *Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 101-120.

_____. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em *Análise do Discurso*. In: NAVARRO, Pedro. *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

_____. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 11. Apresentação.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1996.

SECOS & MOLHADOS. *Assim assado*. maio. jun. EastWest. 1973. 1 disco sonoro.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

SOARES, Carmen Lúcia. A educação do corpo e o trabalho das aparências – o predomínio do olhar. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. et al. (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 69-82.

SOUSA, Kátia Menezes de. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (Org.). *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-56.

_____. O corpo enunciado e os movimentos de subjetivação e objetivação no reino do virtual. In: SANTOS, João Bôsko C. (Org.). *Sujeito e subjetividades: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 301-327.

STAROUP. W/Brasil. Passeata. Propaganda. São Paulo: 1989. il. Adaptada.

SVENDSEN, Lars. *Moda: uma filosofia*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TEDESCO, Silvia. Subjetividade e seu plano de produção. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco (Org.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p. 140-149.

TERNES, José. *Michel Foucault e a Idade do Homem*. Goiânia: Editora da UCG, Editora da UFG, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VESTIDA para matar. Diretor Brian de Palma. EUA. Globo Vídeos. 1980. DVD.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução Marcelo J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIGARELLO, Georges. Panóplias corretoras: balizas para uma história. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 21-38.

VINCENT-RICARD, Françoise. *As espirais da moda*. Tradução Maria Inês Rolim. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. Tradução Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.